



ENERGIA EM NÚMEROS

Edição

2019

Ficha Técnica

Título

Energia em Números - Edição 2019

Autor

Observatório da Energia

DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia, Direção de Serviços de Planeamento Energético e Estatística

ADENE – Agência para a Energia, Unidade de Informação

Editor

ADENE – Agência para a Energia

Av. 5 de Outubro 208, 2.º Piso

1050-065 Lisboa - Portugal

Telefone: 214 722 800

Email: geral@adene.pt

Data

Julho 2019

ISBN: 978-972-8521-24-0

Periodicidade: anual

Design e Composição

ADENE – Agência para a Energia

Todos os direitos reservados.

Publicação gratuita

Prefácio

O compromisso com a neutralidade carbónica em 2050 e a inevitabilidade da transição energética obrigam o país a uma mudança do paradigma económico e social, incluindo uma forte aposta na energia de fontes renováveis e a prioridade à eficiência energética.

Para marcar o ritmo dessa mudança, o Plano Nacional Energia Clima (PNEC) estabelece um conjunto de metas ambiciosas em matéria de energia e clima para o horizonte 2021-2030, incluindo a redução das emissões de gases com efeito de estufa entre 45% e 55% face a 2005, a redução do consumo de energia primária em 35% o aumento do peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia para 47%, devendo o peso das renováveis no setor dos transportes atingir 20%, e um nível de interligações elétricas de 15%.

Neste contexto de ambição e compromisso, torna-se importante desenvolver ferramentas que permitam avaliar e medir com rigor a forma como o país está a progredir ao nível dos principais indicadores energéticos, tendo em consideração as metas estabelecidas, ao mesmo tempo que se contribui para melhor comunicar a atualidade e o futuro da transição energética em números.

A mobilização dos cidadãos, das empresas, do meio científico e do setor público e privado, em torno dos objetivos e metas de energia e clima, é um dos desígnios do PNEC 2030, que se afigura como uma oportunidade para o país, que promove a economia, aumenta o investimento e o emprego e reduz as importações de energia. O acesso facilitado à informação, num quadro de clareza, transparência e rigor, é crucial para o desejável envolvimento da sociedade.

O lançamento da 1.^a edição do “Energia em Números” do Observatório da Energia, reúne os principais indicadores estatísticos nacionais resultantes das análises realizadas pela Direção Geral de Energia e Geologia e pela ADENE – Agência para a Energia, e apresenta-se como um importante veículo de comunicação da energia que muito contribuirá para a literacia energética do país.

João Galamba
Secretário de Estado da Energia

Índice

Prefácio	3
Índice de Figuras	7
Índice de Tabelas.....	10
Siglas e Acrónimos.....	11
Sumário Executivo	13
1. Síntese.....	15
2. Indicadores energéticos	44
2.1. Dependência energética.....	44
2.2. Intensidade energética	46
2.3. Indicadores <i>per capita</i>	48
2.4. Emissões de GEE.....	49
2.5. Metas nacionais em matéria de renováveis.....	52
2.6. Metas nacionais em matéria de eficiência energética	54
3. Balanço Energético	57
3.1. Balanço energético nacional sintético	57
3.2. Balanços energéticos sintéticos por NUTs I.....	62
3.3. Saldos energéticos por NUTs II.....	63
4. Fatura energética	66
4.1. Evolução do saldo importador	66
4.2. Importação de produtos energéticos	68
4.3. Exportação de produtos energéticos	69
5. Produção doméstica e transformação.....	73
5.1. Produção doméstica	73
5.2. Transformação.....	74
5.2.1. Consumo para transformação.....	74
5.2.2. Produção a partir de fontes primárias.....	76
5.3. Potência instalada	77
6. Consumo de energia	81
6.1. Transportes marítimos internacionais	81
6.2. Aviação internacional	82
6.3. Consumo final de energia.....	82
6.3.1. Agricultura e Pescas	82
6.3.2. Indústria	83

6.3.3.	Transportes nacionais	83
6.3.4.	Serviços	84
6.3.5.	Residencial.....	85
7.	Preços.....	88
7.1.	Evolução da cotação internacional do petróleo	88
7.2.	Preços médios dos combustíveis rodoviários em Portugal Continental	89
7.3.	Comparativo UE-28	90
7.3.1.	Gasolina 95	90
7.3.2.	Gasóleo rodoviário.....	91
7.4.	Preços médios do fuelóleo em Portugal Continental	92
7.5.	Preços dos combustíveis gasosos em Portugal Continental	92
7.6.	Preços médios de eletricidade	93
7.6.1.	Setor doméstico em Portugal	93
7.6.2.	Setor doméstico – comparativo UE-28.....	93
7.6.3.	Setor indústria em Portugal	95
7.6.4.	Setor indústria – comparativo UE-28	95
7.7.	Preços médios de gás natural.....	97
7.7.1.	Setor doméstico em Portugal	97
7.7.2.	Setor doméstico – comparativo UE-28.....	98
7.7.3.	Setor indústria em Portugal	99
7.7.4.	Setor indústria – comparativo UE-28	100
8.	OLMC.....	103
8.1.	Operador Logístico de Mudança de Comercializador	103
8.1.1.	Eletricidade	103
8.1.2.	Gás natural.....	104
8.2.	Tarifa social de energia	106
9.	Eficiência Energética	109
9.1.	Sistema de Certificação Energética dos Edifícios.....	109
9.1.1.	Certificados energéticos emitidos	109
9.1.2.	Medidas de melhoria e poupança estimada	112
9.2.	Consumidores Intensivos de Energia	117
9.2.1.	Registo de instalações	117
9.2.2.	Planos de Racionalização Aprovados.....	118
9.2.3.	Consumo de Energia dos PREn aprovados.....	118
9.2.4.	Potencial de economias de energia dos PREn aprovados.....	119

9.2.5. Medidas transversais.....	120
Glossário	122
Anexos.....	I
Anexo 1. Principais indicadores energéticos (2000 – 2017)	II
Anexo 2. Balanço energético nacional 2017	III
Anexo 3. Balanço energético 2017 – Portugal Continental.....	VI
Anexo 4. Balanço energético 2017 – Região Autónoma dos Açores.....	IX
Anexo 5. Balanço energético 2017 – Região Autónoma da Madeira.....	XII
Anexo 6. Saldo energético por NUTS II, 2017	XV
Anexo 7. Fatores de conversão da unidade de origem para tep	XVI
Anexo 8. Fatores de conversão da unidade de origem para GJ.....	XVII
Anexo 9. Diagrama do fluxo de energia Portugal, em 2017.....	XVIII

Índice de Figuras

Fig. 1 Evolução da dependência energética de Portugal.....	44
Fig. 2 Evolução da dependência energética normalizada.....	45
Fig. 3 Dependência energética na UE-28 em 2017	45
Fig. 4 Evolução da intensidade energética.....	46
Fig. 5 Evolução da intensidade energética (1997 = 100)	46
Fig. 6 Intensidade energética da economia em energia primária na UE-28 em 2017	47
Fig. 7 Evolução da intensidade energética por setor de atividade	47
Fig. 8 Evolução da intensidade energética por setor de atividade (1997 = 100)	48
Fig. 9 Evolução da consumo de energia per capita	48
Fig. 10 Evolução do consumo de energia per capita (1997 = 100)	48
Fig. 11 Consumo de energia primária per capita na UE-28 em 2017.	49
Fig. 12 Consumo de energia final per capita na UE-28 em 2017.	49
Fig. 13 Evolução das emissões de GEE em Portugal	50
Fig. 14 Evolução da intensidade carbónica da economia.....	50
Fig. 15 Evolução das emissões de CO ₂ e <i>per capita</i>	50
Fig. 16 Emissões per capita na UE-28 em 2017	51
Fig. 17 Evolução da intensidade carbónica no consumo de energia	51
Fig. 18 Emissões anuais de CO ₂ do sistema eletroprodutor nacional	51
Fig. 19 Evolução da incorporação de renováveis no consumo final bruto de energia de acordo com a Diretiva 28/2009/CE.....	52
Fig. 20 Evolução setorial da incorporação de renováveis no consumo de energia de acordo com a Diretiva 28/2009/CE	52
Fig. 21 Quota de produção de eletricidade proveniente de FER.....	53
Fig. 22 Quota de energia proveniente de FER no CFB	53
Fig. 23 Evolução da meta de Portugal em matéria de eficiência energética para 2020.....	54
Fig. 24 Evolução do saldo importador de energia.....	58
Fig. 25 Evolução da produção doméstica de energia	58
Fig. 26 Evolução do consumo total de energia primária.....	59
Fig. 27 Consumo total de energia primária, em 2007	59
Fig. 28 Consumo total de energia primária, em 2017	59
Fig. 29 Evolução do consumo total de energia final, por fonte.	60
Fig. 30 Consumo total de energia final em 2007.....	60
Fig. 31 Consumo total de energia final em 2017.....	60
Fig. 32 Evolução do consumo de energia final por setor de atividade	61
Fig. 33 Consumo de energia final por setor de atividade, em 2007	61
Fig. 34 Consumo de energia final por setor de atividade, em 2017	61
Fig. 35 Evolução do Saldo Importador.....	66
Fig. 36 Evolução do Peso da Importação no PIB (preços de mercados).	66

Fig. 37 Estrutura da importação, em Euros, de produtos energéticos em 2017	69
Fig. 38 Estrutura da importação, em Euros, de produtos energéticos em 2018	69
Fig. 39 Estrutura da exportação, em Euros, de produtos energéticos, em 2017	70
Fig. 40 Estrutura da exportação, em Euros, de produtos energéticos em 2018	70
Fig. 41 Produção doméstica de energia	73
Fig. 42 Produção doméstica - eletricidade	73
Fig. 43 Utilização da biomassa	74
Fig. 44 Transformação para a produção de eletricidade	74
Fig. 45 Transformação de derivados do petróleo	75
Fig. 46 Transformação do gás natural.....	75
Fig. 47 Transformação da biomassa	75
Fig. 48 Produção de eletricidade	76
Fig. 49 Produção de calor em cogeração	76
Fig. 50 Calor da cogeração nos principais setores económicos.....	76
Fig. 51 Potências instaladas para produção de eletricidade	77
Fig. 52 Potência instalada - não renovável.....	77
Fig. 53 Potência instalada - renovável.....	78
Fig. 54 Consumo de energia.....	81
Fig. 55 Transportes marítimos internacionais	81
Fig. 56 Aviação internacional	82
Fig. 57 Agricultura e pescas.....	82
Fig. 58 Indústria	83
Fig. 59 Transportes nacionais	83
Fig. 60 Transporte rodoviário	84
Fig. 61 Serviços.....	84
Fig. 62 Residencial	85
Fig. 63 Evolução do preço médio anual da cotação do Brent	88
Fig. 64 Evolução do preço diário do petróleo bruto, em 2018.....	89
Fig. 65 Evolução dos preços médios de venda ao público de combustíveis rodoviários em Portugal Continental.....	90
Fig. 66 Estrutura do preço médio de venda ao público da gasolina 95	90
Fig. 67 Estrutura do preço médio de venda ao público do gasóleo rodoviário.	90
Fig. 68 Preço médio de venda ao público da gasolina 95 no conjunto dos países da UE-28 em 2018.	91
Fig. 69 Preço médio de venda ao público do gasóleo no conjunto dos países da UE-28 em 2018.	92
Fig. 70 Evolução dos preços médios da eletricidade no setor doméstico (banda DC) em Portugal.	93
Fig. 71 Preços médios de eletricidade no setor doméstico (banda DC) na UE-28 em 2018.	94
Fig. 72 Decomposição dos preços de eletricidade no setor doméstico (banda DC) na UE-28 em 2018.	94
Fig. 73 Evolução dos preços médios da eletricidade na indústria (banda IC) em Portugal.	95
Fig. 74 Preços médios de eletricidade na indústria (banda IC) na UE-28 em 2018.	96
Fig. 75 Decomposição dos preços de eletricidade na indústria (banda IC) na UE-28 em 2018.	96
Fig. 76 Evolução dos preços médios do gás natural no setor doméstico (banda D2) em Portugal.....	97

Fig. 77 Preços médios do gás natural no setor doméstico (banda D2) na UE-28 em 2018.....	98
Fig. 78 Decomposição dos preços do gás natural no setor doméstico (banda D2) na UE-28 em 2018.....	98
Fig. 79 Evolução dos preços médios do gás natural na indústria (banda i3) em Portugal.....	99
Fig. 80 Preços médios do gás natural na indústria (banda I3) na UE-28 em 2018.....	100
Fig. 81 Decomposição dos preços do gás natural na indústria (banda I3) na UE-28 em 2018.....	100
Fig. 82 Evolução do número de clientes nos mercados de eletricidade em Portugal.....	103
Fig. 83 Evolução do número de pedidos de mudança de comercializador nos mercados de eletricidade, em Portugal Continental.....	104
Fig. 84 Evolução do número de clientes nos mercados de gás natural em Portugal.....	105
Fig. 85 Evolução do número de pedidos de mudança de comercializador nos mercados de gás natural, em Portugal Continental.....	105
Fig. 86 Evolução do número de beneficiários da tarifa social de energia (eletricidade) em Portugal.....	106
Fig. 87 Evolução do número de beneficiários da tarifa social de energia (gás natural) em Portugal.....	106
Fig. 88 Certificados energéticos emitidos.....	109
Fig. 89 Certificados energéticos emitidos.....	110
Fig. 90 Tipo de certificados energéticos emitidos	110
Fig. 91 Classe energética do parque habitacional em 2018.....	111
Fig. 92 Certificados energéticos emitidos.....	111
Fig. 93 Tipo de certificados energéticos emitidos	112
Fig. 94 Classe energética do parque de comércio e serviços.....	112
Fig. 95 Medidas de melhoria por âmbito de intervenção	113
Fig. 96 Medidas de melhoria por âmbito de intervenção, em 2018	113
Fig. 97 Evolução do consumo de energia e poupanças estimadas do setor residencial.....	113
Fig. 98 Evolução do investimento e poupança associado às medidas de melhoria	114
Fig. 99 Medidas de melhoria por âmbito de intervenção	114
Fig. 100 Medidas de melhoria por âmbito de intervenção, em 2018	114
Fig. 101 Evolução do consumo de energia e poupanças estimadas do setor comércio e serviços	115
Fig. 102 Investimento e poupança das medidas de melhoria por certificado energético.	115
Fig. 103 Evolução do registo de instalações CIE	117
Fig. 104 Evolução do número de PREn aprovados.....	118
Fig. 105 Evolução do consumo de energia primária dos PREn aprovados.....	118
Fig. 106 Distribuição do consumo de energia primária.....	119
Fig. 107 Evolução do potencial de economias de energia.....	119
Fig. 108 Distribuição do potencial de economias de energia por fonte.....	120
Fig. 109 Distribuição do potencial de economias de energia por tipologia de medida	120

Índice de Tabelas

Tab. 1 Balanço energético nacional sintético 2017 (tep).....	57
Tab. 2 Balanço energético sintético por NUTs I 2017 (tep).....	62
Tab. 3 Saldo energético por NUTs II (tep)	63
Tab. 4 Evolução do saldo importador de produtos energéticos (2016 a 2018).....	66
Tab. 5 Saldo importador de produtos energéticos - Importação/Exportação	66
Tab. 6 Preços médios de importação	68
Tab. 7 Preços Médios de Importação de Produtos Refinados.....	68
Tab. 8 Preços médios de exportação	69
Tab. 9 Preços médios de exportação de produtos refinados	69
Tab. 10 Preço médio da cotação do Brent.....	88
Tab. 11 Preços médios dos Combustíveis rodoviários em Portugal Continental.....	89
Tab. 12 Preço do fuelóleo em Portugal Continental.....	92
Tab. 13 Preços dos combustíveis gasosos em Portugal Continental.....	92
Tab. 14 Preços médios da eletricidade no setor doméstico em Portugal - Banda DC	93
Tab. 15 Preços médios da eletricidade no setor indústria em Portugal - Banda IC	95
Tab. 16 Preços médios do gás natural no setor doméstico em Portugal - Banda D2.....	97
Tab. 17 Preços médios do gás natural no setor indústria em Portugal - Banda I3	99

Siglas e Acrónimos

A

ADENE

ADENE - Agência para a Energia, 104, 118

ARCE

Acordo de Racionalização de Consumos de Energia, 118

AVAC

Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, 113, 114

C

CE

Comissão Europeia, 52, 53, 54, 92, 93, 104

CEF

Consumo de Energia Final, 60

CEP

Consumo de Energia Primária, 59

CFB

Consumo Final Bruto, 52, 53

CIE

Consumidores Intensivos de Energia, 118

CIEGs

Custos de Interesse Económico Geral, 95

CPE

Código de Ponto de Entrega, 105

CUI

Código Universal de Instalação, 106

CUR

Comercializador de Último Recurso, 105, 106

D

DGEG

Direção-Geral de Energia e Geologia, 118

E

EIA

U.S. Energy Information Administration, 89, 90

F

FER

Fontes de Energia Renováveis, 52, 53

G

GEE

Gases com Efeito de Estufa, 49, 50, 51

I

ICESD

Inquérito ao Consumo Energético do Setor Doméstico, 86

INE

Instituto Nacional de Estatística, 46, 47, 50, 67, 83, 86

IVA

Imposto sobre o Valor Acrescentado, 94, 95, 98

O

OLMC

Operador Logístico de Mudança de Comercializador, 104

ORD

Operador de Rede de Distribuição, 105, 106

P

PIB

Produto Interno Bruto, 47, 50

PMST

Preço médio sem taxas, 91, 92

PMVP

Preço médio de venda ao público, 90, 91, 92

PNAEE

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, 54

PNAER

Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis, 52

PNEC

Plano Nacional Energia Clima, 3

PREn

Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, 118, 119, 120, 121

R

RECS

Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, 110

REH

Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação, 110

RGCE

Regulamento de Gestão do Consumo de Energia, 118

S

SCE

Sistema de Certificação Energética de Edifícios, 15, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

T

SEN

Sistema Elétrico Nacional, 104

SGCIE

Sistema de Gestão do Consumos Intensivos de Energia, 15,
118

SNGN

Sistema Nacional de Gás Natural, 104

TCMA

Taxa de Crescimento Média Anual, 58, 59, 60, 89, 94, 96, 98,
100

tep

Tonelada equivalente de petróleo, 46, 47, 48, 118

Sumário Executivo

O Observatório da Energia apresenta a primeira edição do Energia em Números, edição 2019, com os principais indicadores energéticos de Portugal.

Esta é uma publicação desenvolvida em colaboração com a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) que agrega pela primeira vez aos dados mais relevantes sobre o setor da energia produzidos pela DGEG, outros dados sistematizados pela ADENE – Agência para a Energia respeitantes ao sistema de certificação energética de edifícios (SCE), ao sistema de gestão dos consumos intensivos de energia (SGCIE) e, também, à atividade de operador logístico de mudança de comercializador (OLMC).

O Energia em Números contempla uma vasta informação estatística que permite verificar o ponto de situação de Portugal face às metas estabelecidas, nomeadamente para 2020, sendo uma ferramenta de apoio à definição e implementação de políticas públicas.

Grande parte da informação que consta da presente publicação refere-se ao ano de 2017 e anteriores, ainda que, quando disponível, também a relativa ao ano de 2018. A presente publicação, para além de comparar os dados e os indicadores energéticos dos anos mais recentes com os do ano anterior, também se comparam os dados e os indicadores mais recentes com os obtidos há uma década, de modo a conhecer-se melhor a evolução do setor energético de Portugal num período mais alargado.

O Energia em Números, edição 2019, possui a seguinte estrutura:

- Siglas e acrónimos;
- Síntese, para consulta rápida, com os principais indicadores de cada capítulo;
- 8 capítulos com dados detalhados: Indicadores Energéticos, Balanço Energético, Fatura Energética, Produção Doméstica e Transformação, Consumo Final, Preços, Operador Logístico de Mudança de Comercializador e Eficiência Energética, onde se inclui a informação sobre o SCE e o SGCIE;
- Anexos, com informação estatística suplementar.

Estes dados encontram-se disponíveis para consulta em observatoriodaenergia.pt e www.dgeg.gov.pt (em Planeamento e Estatística/Estatísticas e Preços) onde podem ser descarregados em vários formatos.

O Energia em Números pretende ser uma publicação que contempla o maior número de informação, pelo que no futuro é expectável a inclusão de informação de outras entidades que contenham outros dados relevantes do setor.

Lisboa, julho 2019

1



Síntese

1. Síntese

A síntese resume a informação da presente publicação, dando destaque aos números mais relevantes de cada capítulo. São apresentados os principais números de 2017 ou 2018, sempre que disponível, comparados com o ano anterior e com a década, permitindo assim avaliar a evolução de um determinado indicador.

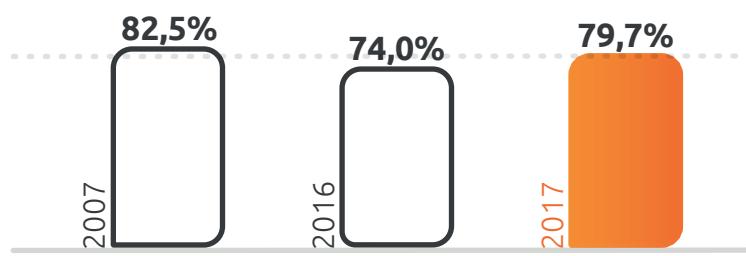
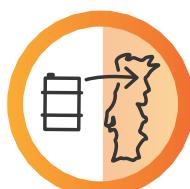
São apresentadas sínteses para todos os capítulos:

- O capítulo 2 referente aos Indicadores Energéticos;
- O capítulo 3 que apresenta o Balanço Energético Nacional;
- O capítulo 4 dedicado à Fatura Energética;
- O capítulo 5 apresenta os dados da Produção Doméstica e Transformação;
- O capítulo 6 referente ao Consumo de Energia;
- O capítulo 7 apresenta os Preços da Energia.
- O capítulo 8 dedicado ao OMLC;
- O capítulo 9 relativo à Eficiência Energética, com dados do SCE e do SGCIE.

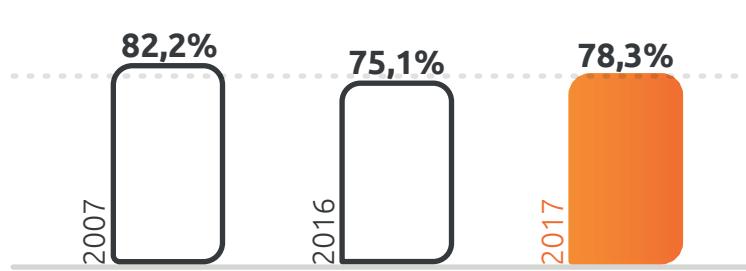
Indicadores energéticos

DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA

DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA



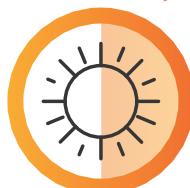
DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA NORMALIZADA



Comparando com os países da UE-28, em 2017, Portugal foi o 4.º país com a maior dependência energética da UE-28, cerca de 25 p.p. acima da média da UE-28 (55,1%).

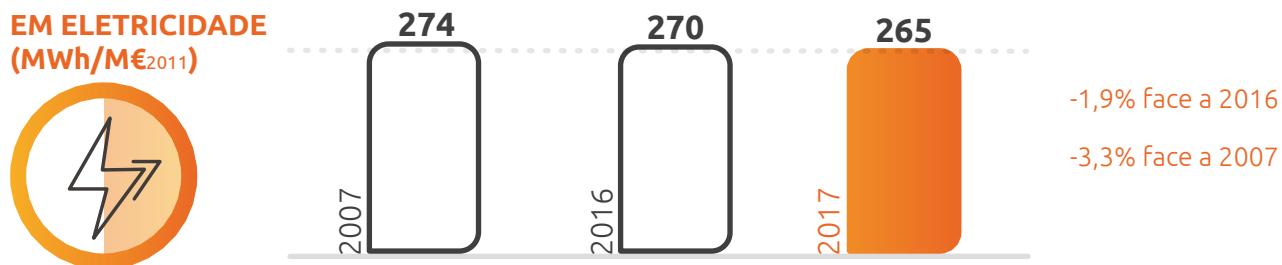
INTENSIDADE ENERGÉTICA DA ECONOMIA

EM ENERGIA PRIMÁRIA (tep/M€₂₀₁₁)



EM ENERGIA FINAL (tep/M€₂₀₁₁)

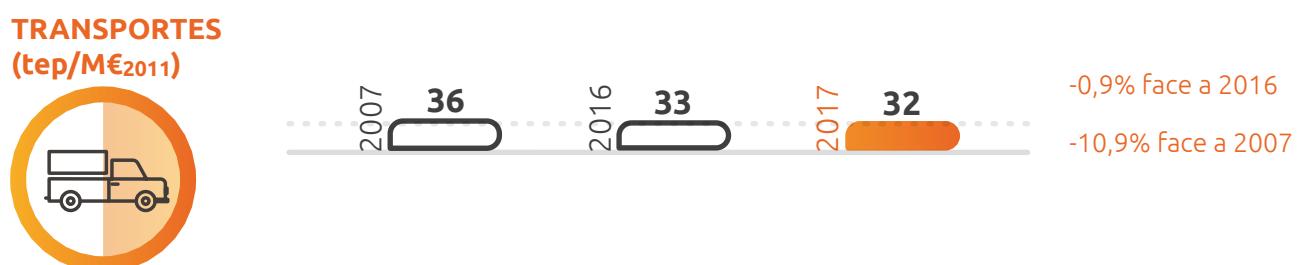
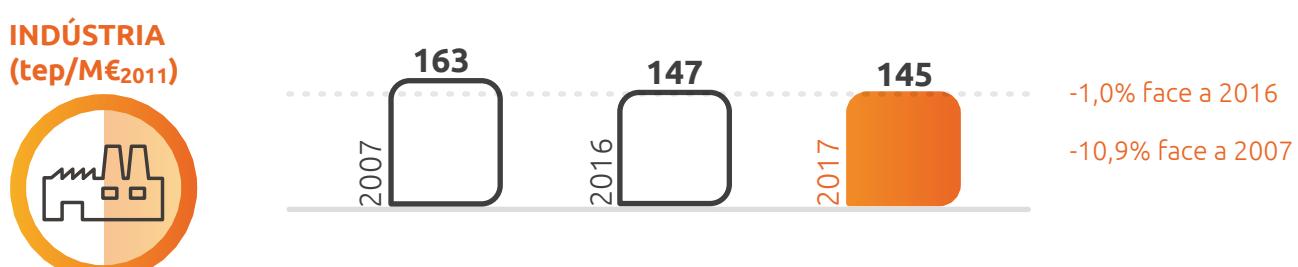
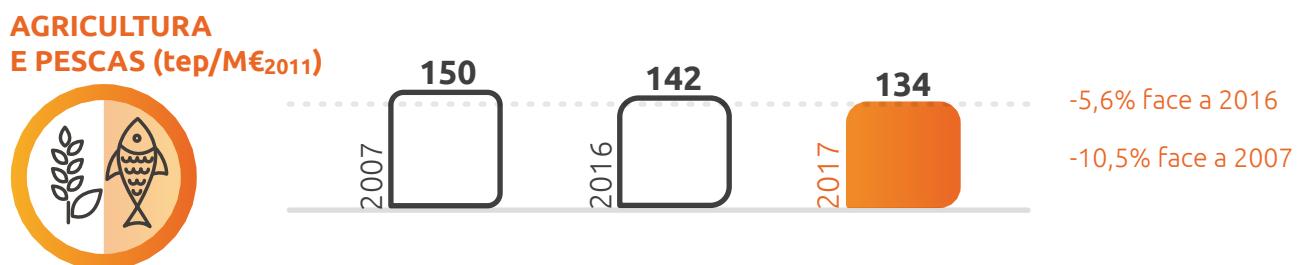




As intensidades energéticas da economia, baseadas no consumo de energia e no PIB (a preços constantes de 2011), têm evoluído de forma satisfatória. Em 2017, a intensidade energética em energia final atingiu o valor mais baixo da série cronológica [1996-2017] e a intensidade energética em energia primária, o 2.º valor mais baixo no mesmo período.

Em 2017, Portugal foi o 15.º país com a menor intensidade energética primária da UE-28, mas ainda 10% acima da média da UE-28 (112,6 tep/M€₂₀₁₁).

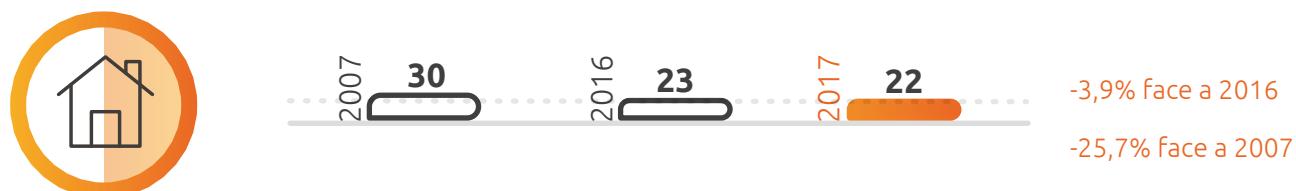
INTENSIDADE ENERGÉTICA POR SETOR DE ATIVIDADE



SERVIÇOS
(tep/M€₂₀₁₁)



DOMÉSTICO
(tep/M€₂₀₁₁)

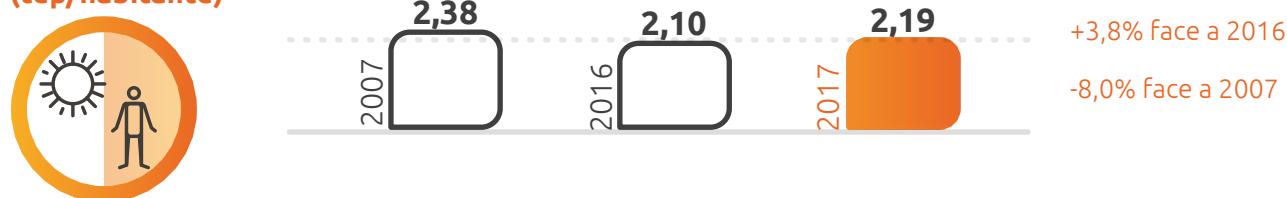


As intensidades energéticas dos setores de atividade, baseadas nos consumos de energia e no VAB dos respetivos setores (no caso do setor doméstico no Consumo Privado), têm evoluído de forma positiva. Em 2017, todas as intensidades energéticas setoriais diminuíram face a 2016 e mais substancialmente em relação a 2007.

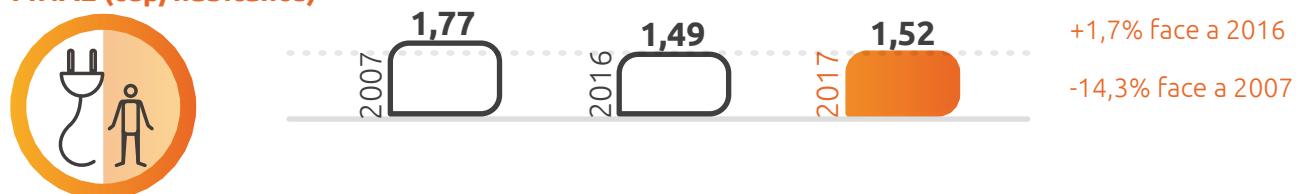
Em 2017, as intensidades energéticas na indústria, nos transportes e no setor doméstico atingiram os valores mais baixos da série cronológica [1997-2017].

INDICADORES ENERGÉTICOS *PER CAPITA*

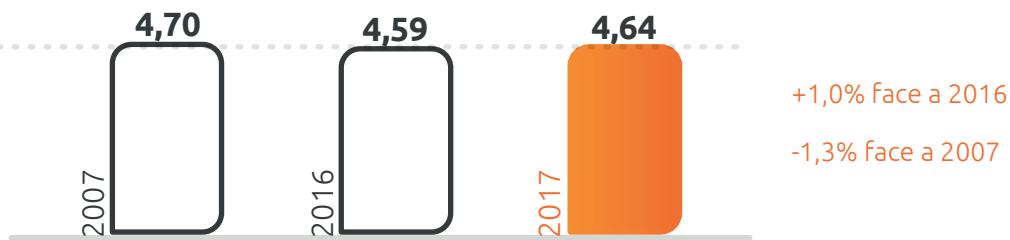
ENERGIA PRIMÁRIA
(tep/habitante)



**ENERGIA
FINAL** (tep/habitante)



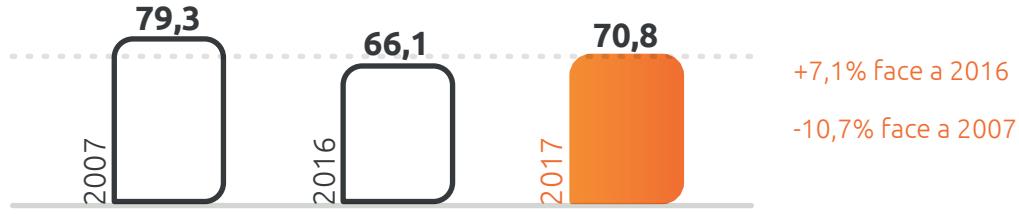
**CONSUMO DE
ELETRICIDADE
(MWh/habitante)**



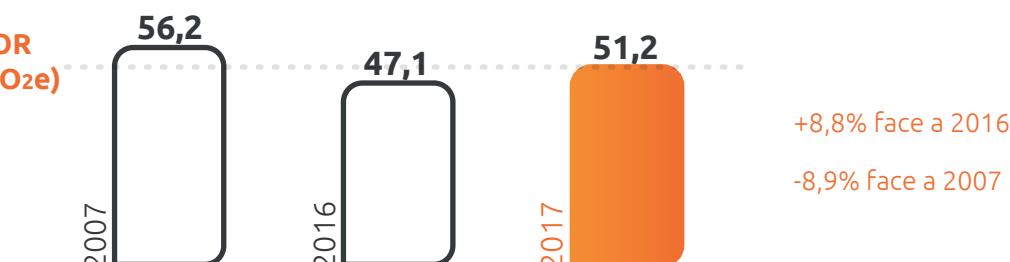
Em 2017, Portugal foi, respetivamente, o 6.º país com menor consumo de energia primária por habitante , menos 27,6% face à média UE-28 (3,05 tep *per capita*) e o 5.º com menor consumo de energia final por habitante, menos 26,8% face à media UE-28 (2,19 tep *per capita*).

EMISSÕES DE GEE

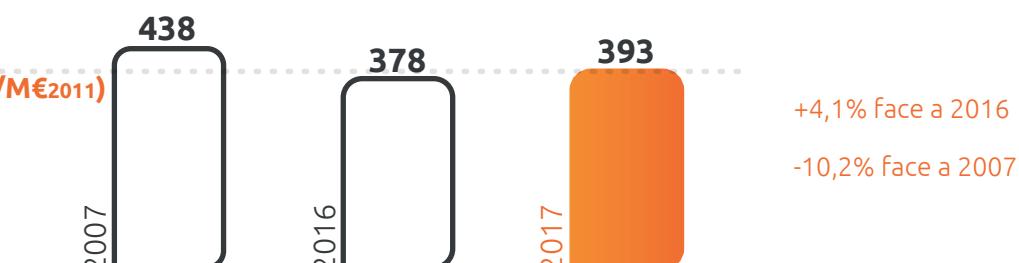
**EMISSÕES
TOTAIS (Mt CO₂e)**



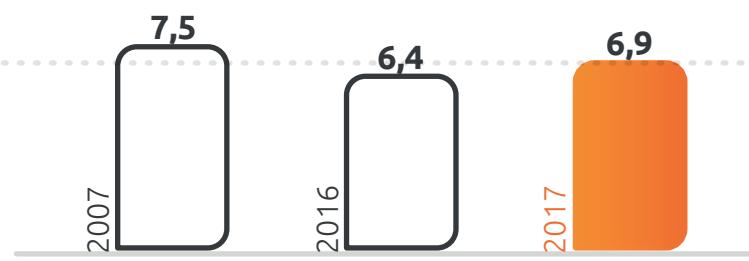
**EMISSÕES DO SETOR
ENERGÉTICO (Mt CO₂e)**



**INTENSIDADE
CARBÓNICA DA
ECONOMIA (tCO₂e/M€2011)**



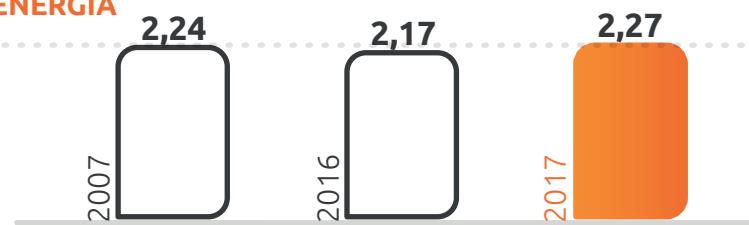
**EMISSÕES DE CO₂
PER CAPITA
(tCO₂e/habitante)**



+7,3% Face a 2016
-8,4% Face a 2007

Em 2017, Portugal foi o 7º país da UE-28 com menor emissões CO₂ por habitante, cerca de 21,0% abaixo do valor médio da UE-28.

**INTENSIDADE CARBÓNICA
NO CONSUMO DE ENERGIA
(tCO₂e/tep)**

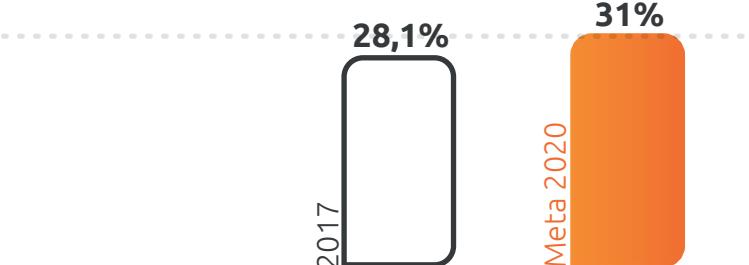


+4,5% Face a 2016
+1,3% Face a 2007

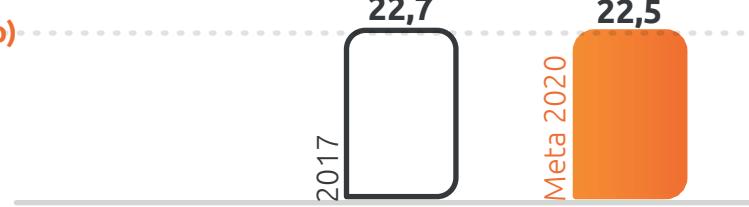
Em 2017, a intensidade carbónica no consumo de energia primária agravou em relação a 2016 e 2007.

METAS NACIONAIS 2020

**ENERGIA
RENOVÁVEIS**



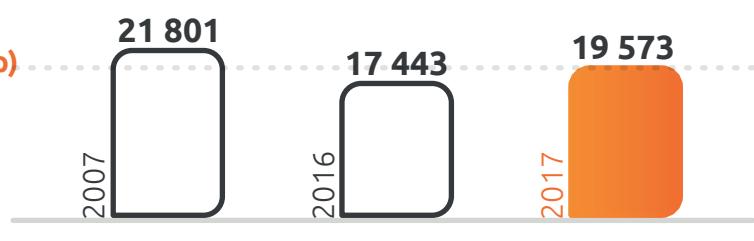
**EFICIÊNCIA
ENERGÉTICA (Mtep)**



Balanço energético

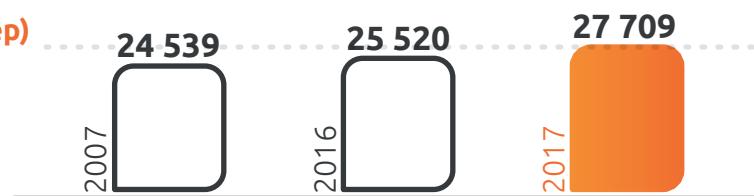
SALDO IMPORTADOR

**SALDO
IMPORTADOR (ktep)**



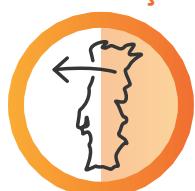
+12,2% Face a 2016
-10,2% Face a 2007

IMPORTAÇÕES (ktep)



+8,6% Face a 2016
+12,9% Face a 2007

EXPORTAÇÕES (ktep)

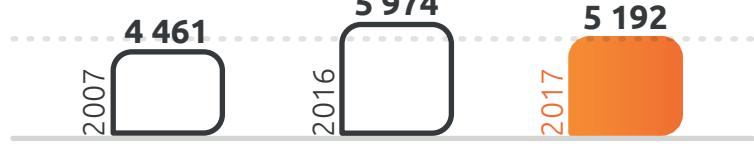


+0,7% Face a 2016
+197,0% Face a 2007

O ano 2017 registou valores máximos nas importações e nas exportações de energia relativamente ao período 1990-2017.

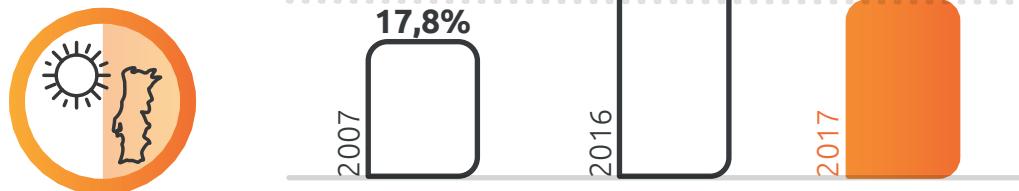
PRODUÇÃO DOMÉSTICA

**PRODUÇÃO
DOMÉSTICA (ktep)**



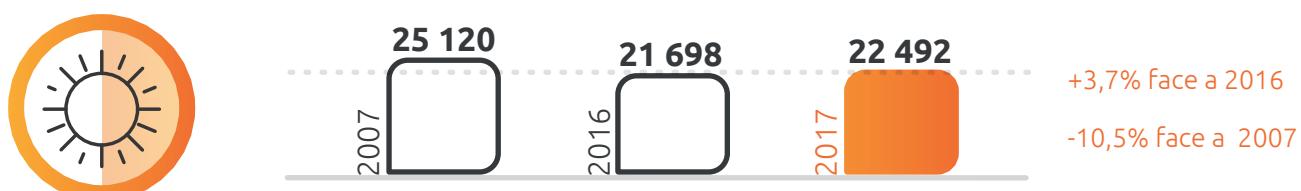
-13,1% Face a 2016
+16,4% Face a 2007

PRODUÇÃO DOMÉSTICA/ ENERGIA PRIMÁRIA



A redução do peso da produção doméstica em comparação com a do ano 2016, deveu-se à forte quebra da produção de hidroeletricidade em 2017.

CONSUMO TOTAL DE ENERGIA PRIMÁRIA (ktep)

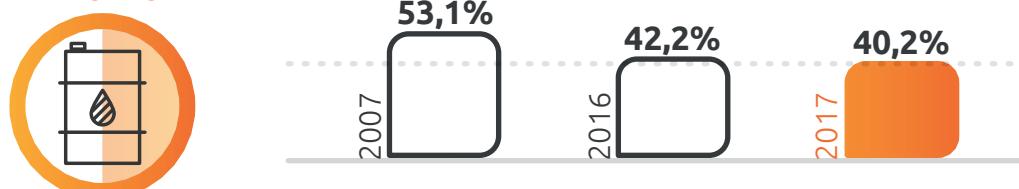


DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA POR FORMAS DE ENERGIA

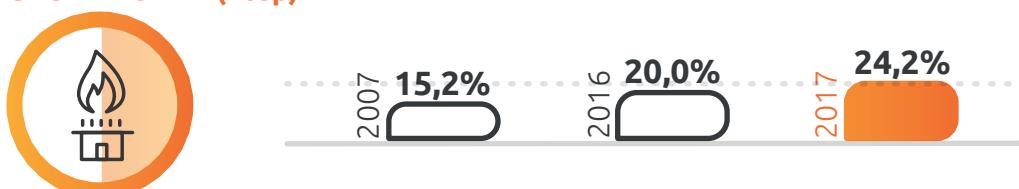
CARVÃO



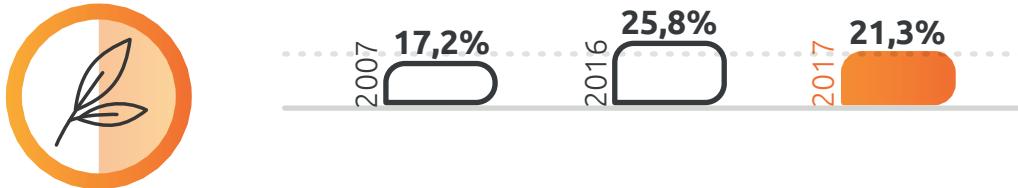
PETRÓLEO



GÁS NATURAL (ktep)



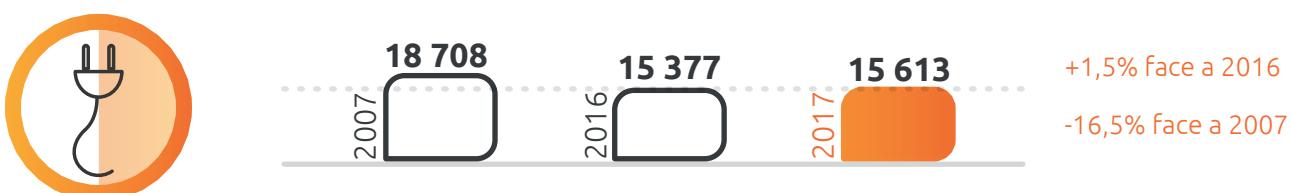
RENOVÁVEIS (ktep)



O petróleo continua a ser a principal componente do consumo de energia primária.

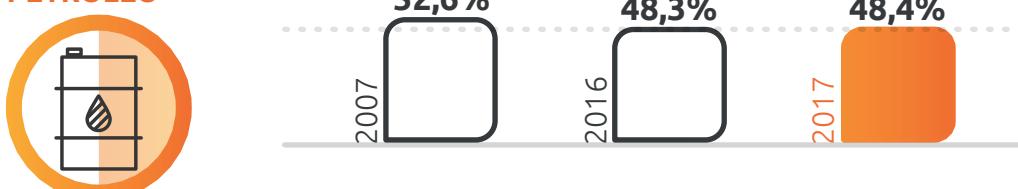
Em 2017, o petróleo registou o valor mais baixo de sempre referente ao período 1995-2017; em sentido contrário, o gás natural registou o valor mais alto de sempre relativo ao período 1997-2017.

CONSUMO TOTAL DE ENERGIA FINAL (ktep)

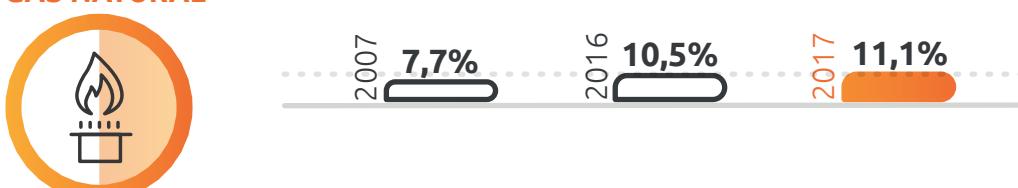


DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA FINAL POR FONTE

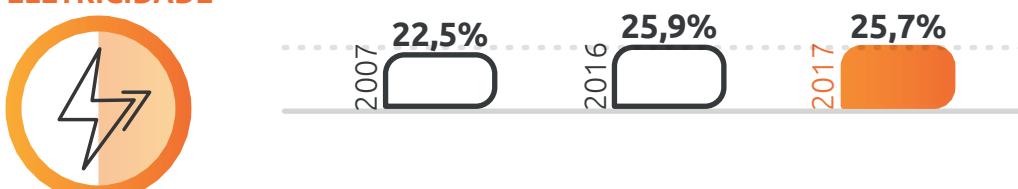
PETRÓLEO

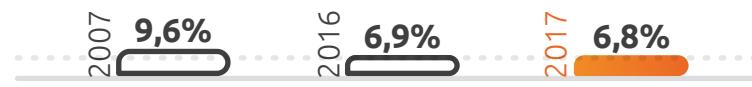


GÁS NATURAL



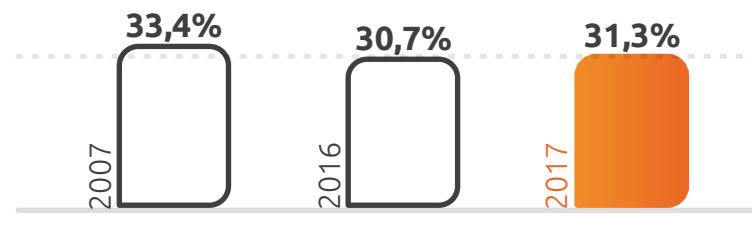
ELETRICIDADE

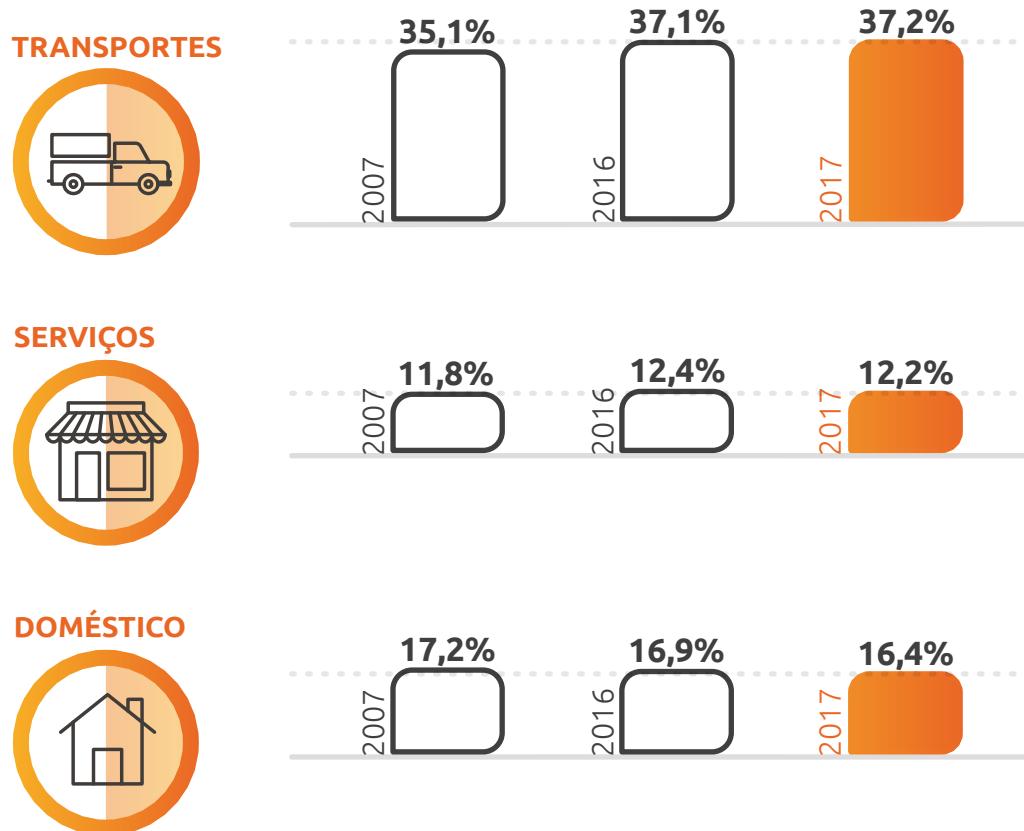




O petróleo (produtos derivados do petróleo) continua a ser a principal componente do consumo de energia final, mas com tendência a decrescer, enquanto que o gás natural atingiu em 2017 o seu valor máximo (1 729 Ktep) relativo ao período 1997-2017.

DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA FINAL POR SETOR





Os transportes continuam a ser o setor com o maior consumo de energia final; em 2017, registou o máximo valor percentual em termos de repartição setorial relativo ao período 1990-2017.

Fatura energética

SALDO IMPORTADOR

**SALDO
IMPORTADOR**
(10⁶ €)



IMPORTAÇÕES
(10⁶ €)



EXPORTAÇÕES
(10⁶ €)



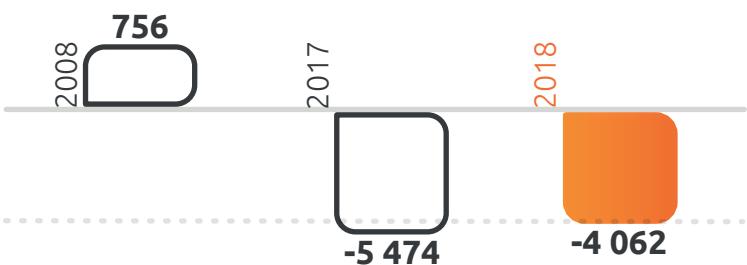
Em 2018, o saldo importador (preços correntes dos respectivos anos) agravou significativamente face a 2017 devido ao elevado aumento das importações, mas melhorou substancialmente em relação a 2008 devido às exportações, que duplicaram o valor desse ano.

SALDO IMPORTADOR POR FONTE DE ENERGIA

**PETRÓLEO
BRUTO** (10³ t)

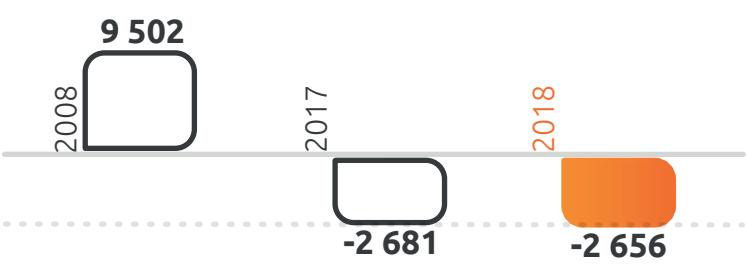


**PRODUTOS DE
PETRÓLEO (10³ t)**



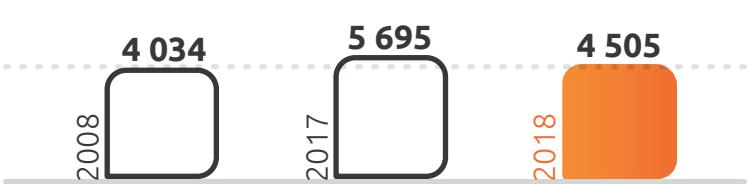
-25,8% Face a 2017
-637% Face a 2008

**ENERGIA
ELÉTRICA (GWh)**



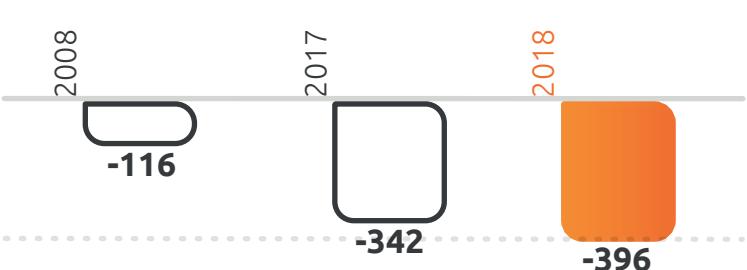
-0,9% Face a 2017
-128% Face a 2008

CARVÃO (10³ t)



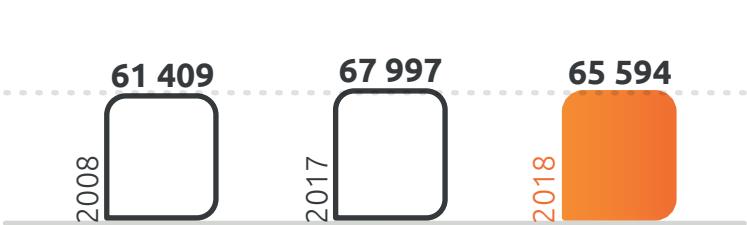
-20,9% Face a 2017
+11,7% Face a 2008

**BIOMASSA E
OUTROS (10³ t)**



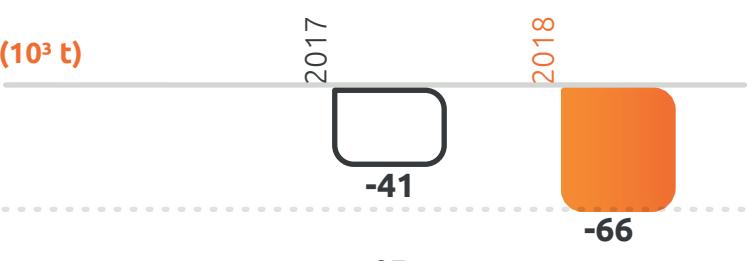
+15,8% Face a 2017
+241% Face a 2008

**GÁS
NATURAL (GWh)**



-3,5% Face a 2017
+6,8% Face a 2008

BIOCOMBUSTÍVEIS (10³ t)



-20,9% Face a 2017

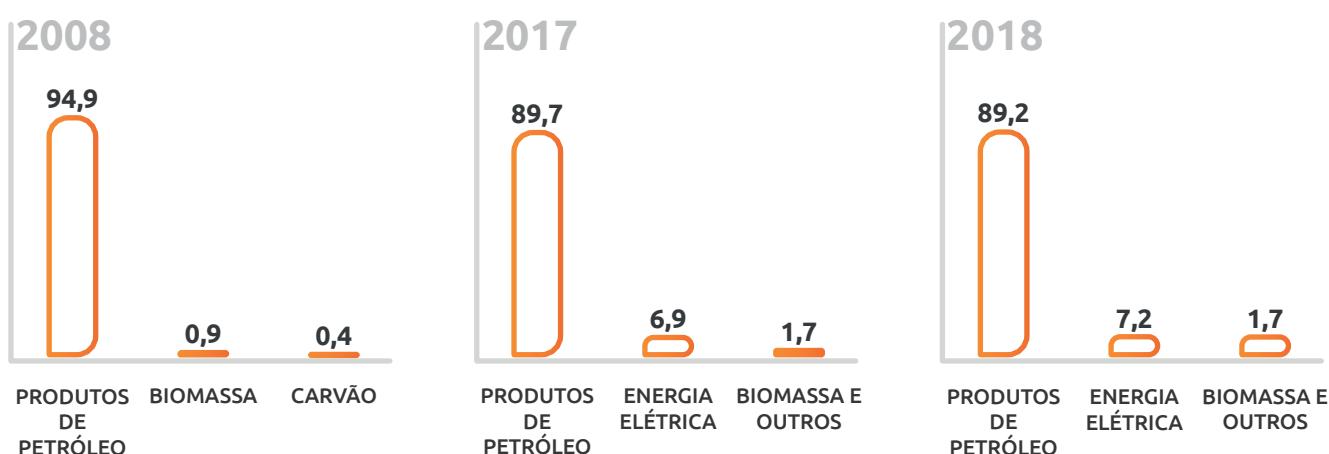
Em 2018, excetuando os produtos de petróleo, o saldo importador relativo a cada produto energético melhorou face a 2017. Comparativamente a 2008, as melhorias são muito significativas com saldos altamente positivos em particular no que respeita aos produtos de petróleo, energia elétrica e biomassa.

ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES EM EUROS (%)



A estrutura das importações em valor (preços correntes de cada ano), respeitante ao três principais produtos energéticos, não tem sofrido alterações significativas; contudo, e face a 2008, é visível nos últimos anos a tendência para o aumento do gás natural em detrimento dos produtos de petróleo.

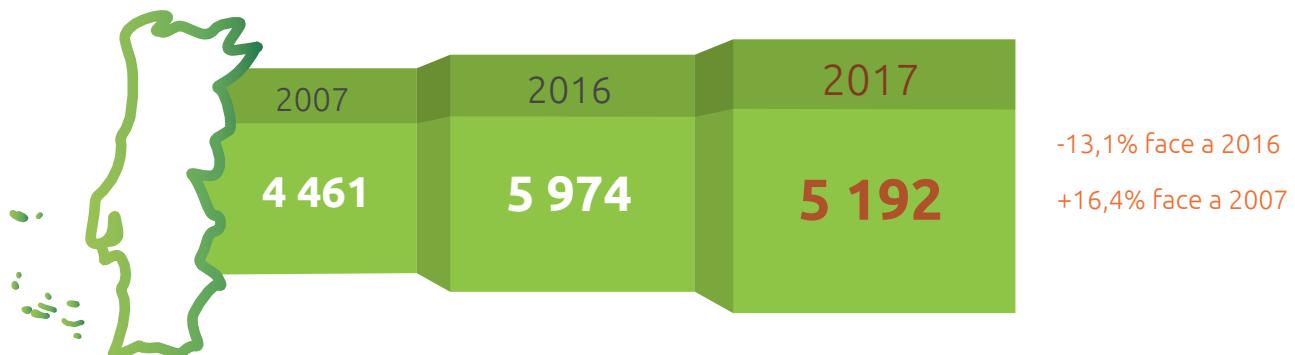
ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES EM EUROS (%)



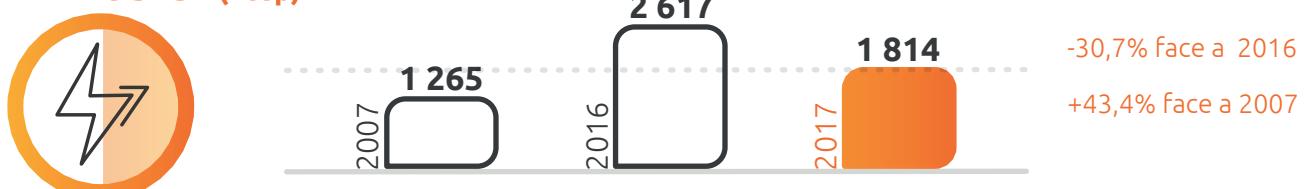
Os produtos de petróleo são de longe o principal produto energético das exportações, em Portugal. Nos anos mais recentes, as exportações diversificaram-se, destacando-se a energia elétrica que, em 2018, representava em valor, 7,2% do total exportado.

Produção doméstica e transformação

PRODUÇÃO DOMÉSTICA



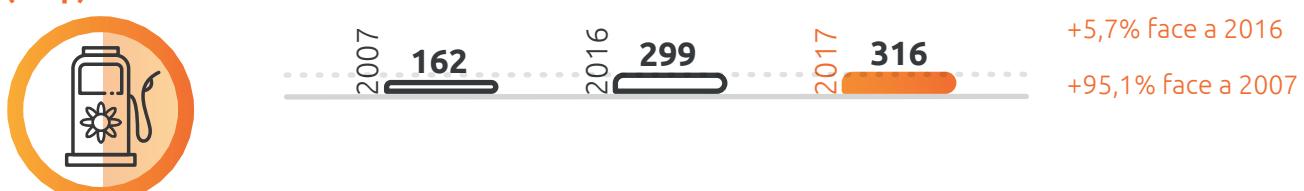
ELETRICIDADE (ktep)



BIOMASSA (ktep)



BIOCOMBUSTÍVEL (ktep)



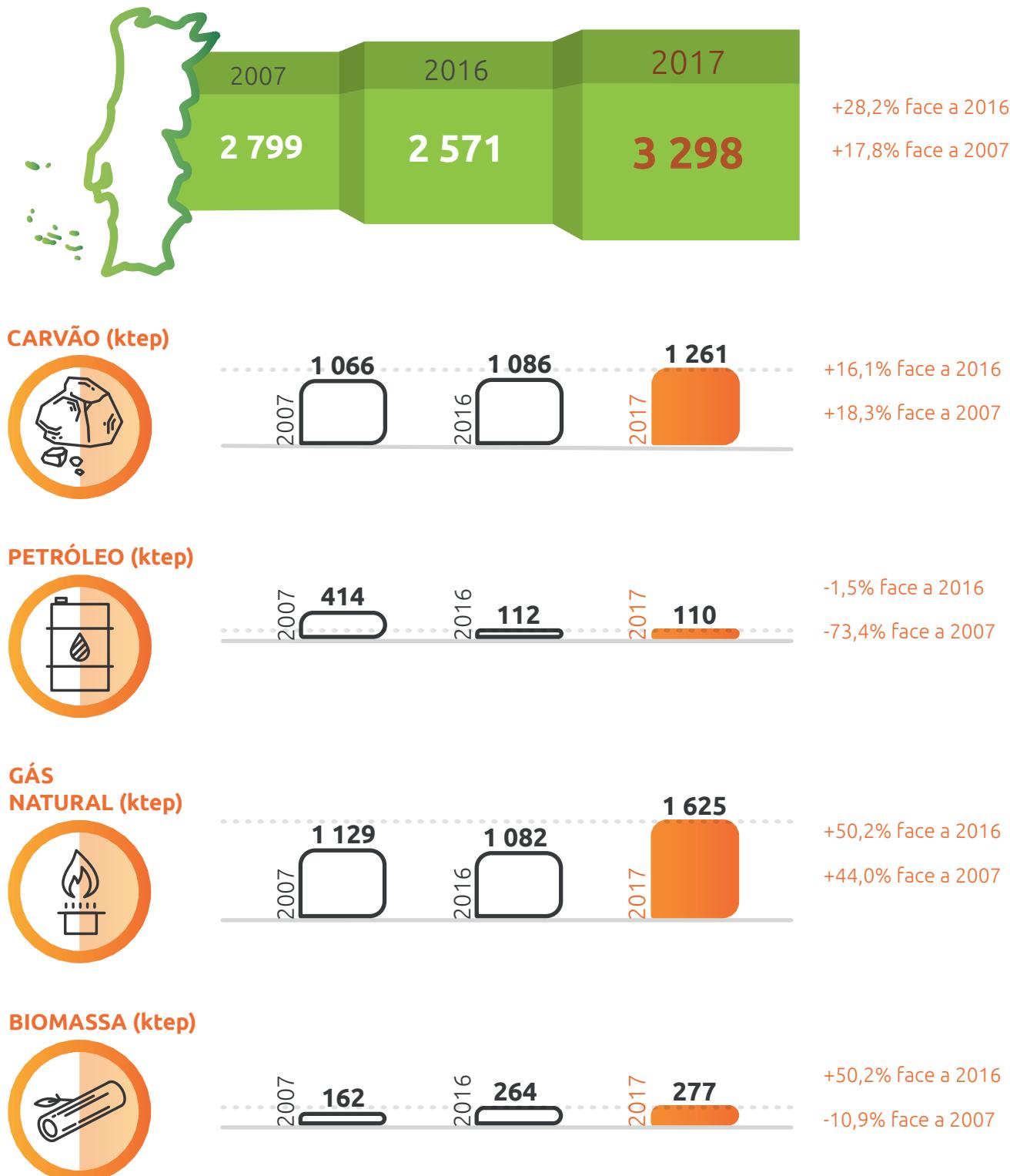
OUTROS (ktep)



A produção doméstica em 2017 caracterizou-se pela diminuição significativa face a 2016, essencialmente devido à forte quebra da produção de eletricidade, em particular, na sua componente hídrica.

O ano do 2017 fica marcado pelos valores recorde da produção fotovoltaica (85 ktep), geotérmica (19 ktep), solar térmica (86 ktep), biogás (85 ktep) e licores sulfíticos (1064 ktep).

TRANSFORMAÇÃO – PRODUÇÃO DE TERMOELETRICIDADE



OUTROS NÃO RENOVÁVEIS (ktep)

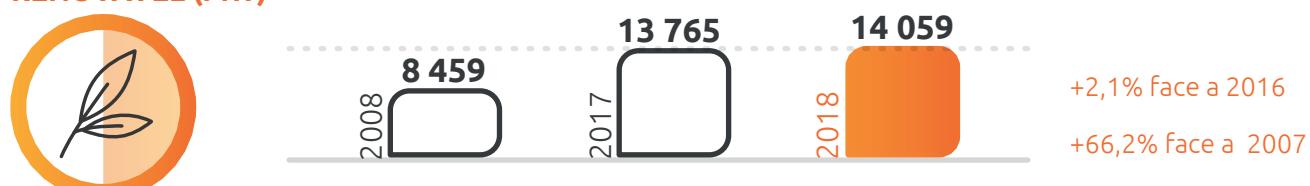


Em 2017, a produção termoelétrica aumentou muito significativamente face a 2016 (e também em relação a 2007), devido sobretudo ao excepcional aumento do consumo de gás natural (superior a 50%); em 2017, a produção total de termoelectricidade e a afeta ao gás natural, atingiram valores máximos desde o ano 2000.

POTÊNCIA INSTALADA



RENOVÁVEL (MW)



NÃO RENOVÁVEL (MW)



Em 2018, a potência instalada das renováveis para a produção de energia elétrica aumentou ligeiramente face a 2017 e muito significativamente em relação a 2008. No ano 2008, a potência renovável representava 51,3% da potência total instalada; em 2018, atingia os 64,2%.

Em 2018, foram atingidos valores máximos das potências instaladas da hidráulica (7 096 MW), eólica (5 379 MW), fotovoltaica (689 MW) e biomassa (861 MW).

Consumo de energia

CONSUMO

CONSUMO FINAL BRUTO(ktep)



CONSUMO FINAL DE ENERGIA (ktep)



Em 2017, o Consumo Final Energético aumentou 1,36% face a 2016, no entanto, o valor mantém-se abaixo 15,65% em relação ao ano de 2007.

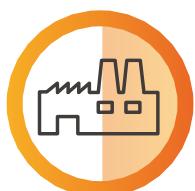
Em 2017, registaram-se também aumentos no consumo destinado à Aviação e Transportes Marítimos Internacionais face a 2016.

CONSUMO FINAL POR SETOR

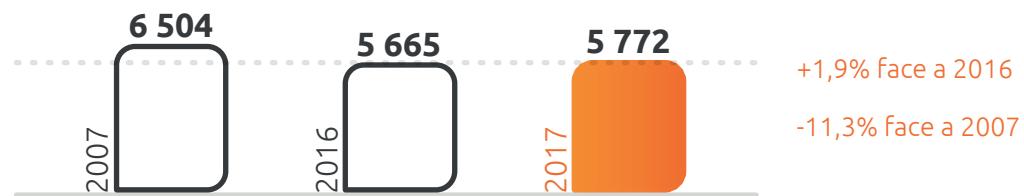
AGRICULTURA E PESCAS



INDÚSTRIA



**TRANSPORTES
NACIONAIS**



SERVIÇOS



**SETOR
RESIDENCIAL**



Em 2017, de um modo geral, o consumo final aumentou face a 2016, impulsionado pelo aumento dos setores mais representativos, a Indústria e os Transportes Nacionais. Estes setores representam 68% do consumo final (30% e 38%, respetivamente), seguidos do setor residencial com 17%, Serviços com 12% e Agricultura e Pescas com 3%.

Destaca-se a redução de consumo em 1,6% face a 2016, do setor residencial, que superou já os 20% de redução face a 2007.

Preços

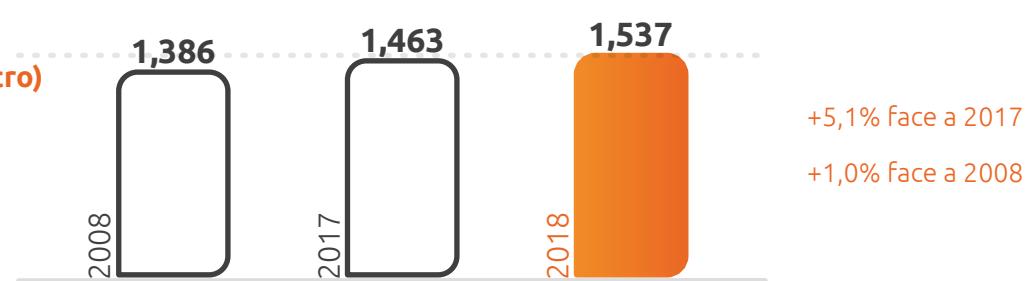
COTAÇÃO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO

PETRÓLEO
BRUTO (€/Barril)

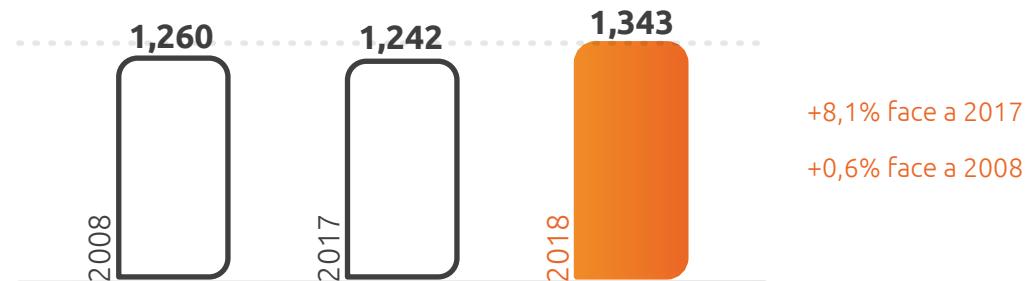


COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM PORTUGAL CONTINENTAL

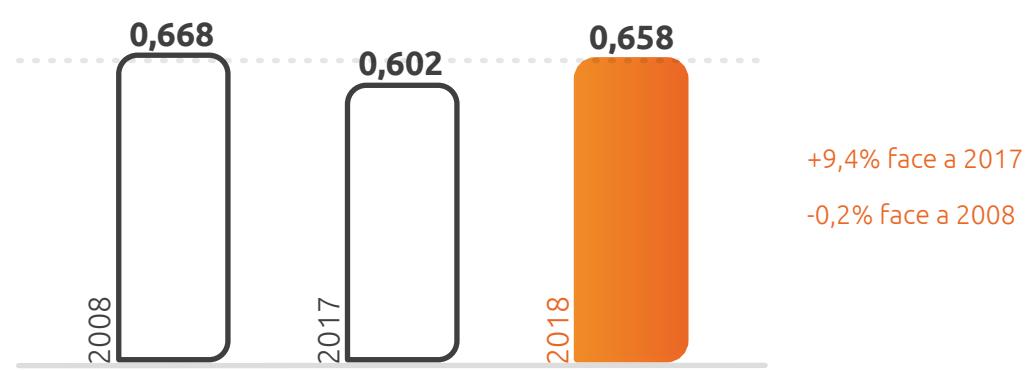
GASOLINA 95 (€/litro)



GASÓLEO (€/litro)



GPL AUTO (€/litro)



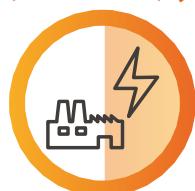
Nota: Os preços apresentados correspondem aos preços correntes dos respetivos anos.

ELETRICIDADE

DOMÉSTICO (BANDA DC) (€/kWh)

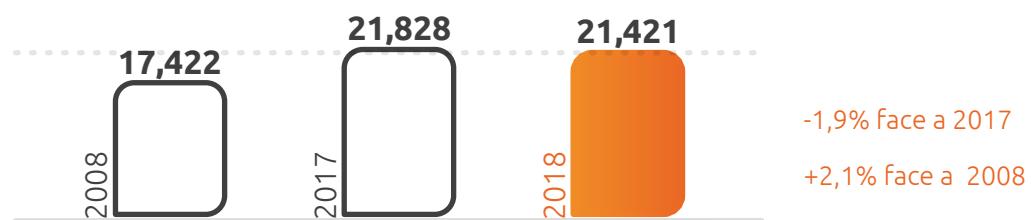


INDÚSTRIA (BANDA IC) (€/kWh)



GÁS NATURAL

DOMÉSTICO (BANDA D2) (€/GJ)



INDÚSTRIA (BANDA I3) (€/GJ)



Em 2018, os preços (com taxas) da eletricidade e do gás natural, registaram aumentos inferiores a 1% no caso das bandas de consumo de referência da eletricidade. No caso do gás natural, verifica-se uma redução do preço (com taxas) no setor doméstico de 1,86% e um aumento de 3,46% no setor industrial.

Comparativamente com os parceiros da UE-28, em 2018, Portugal apresentava o 6.º preço mais elevado para eletricidade destinada ao setor doméstico e o 9.º no caso do setor industrial. No gás natural, em 2018, o preço do setor doméstico era o 10.º mais reduzido e era o 9.º mais reduzido no setor industrial.

Os preços apresentados correspondem aos preços correntes dos respetivos anos.

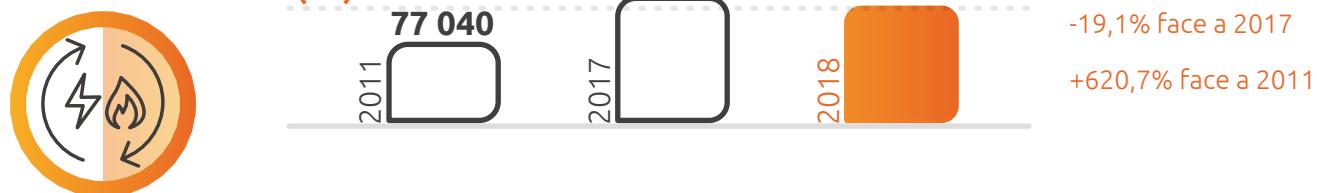
OLMC

ELETRICIDADE

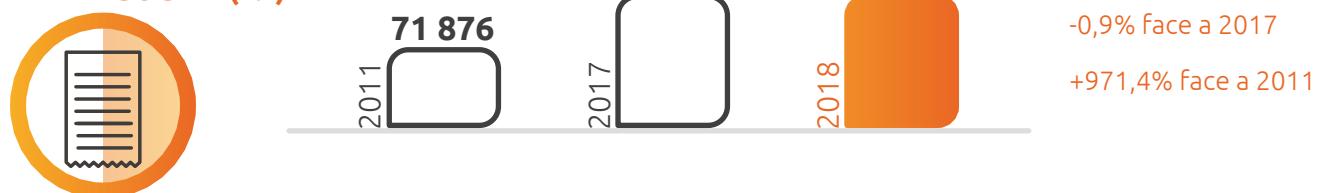
CONSUMIDORES (n.º)



MUDANÇAS DE COMERCIALIZADOR (n.º)



BENEFICIÁRIOS DA TARIFA SOCIAL (n.º)

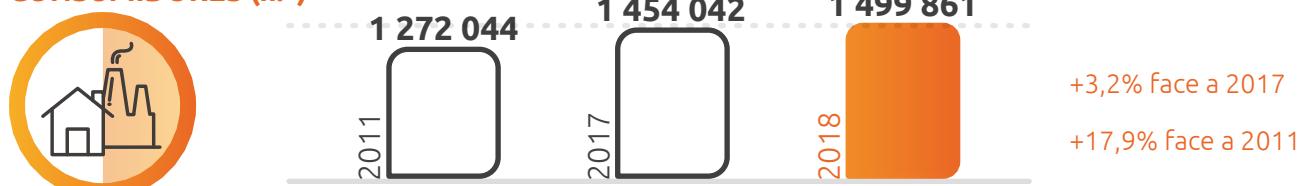


Para estes indicadores considerou-se o ano base de 2011, ano a partir do qual se iniciou a atribuição da Tarifa Social de Energia.

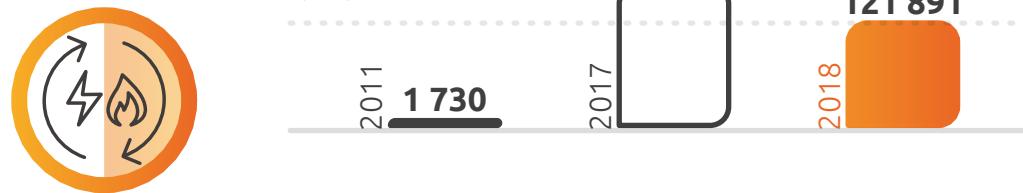
Em 2008 existiam 6 169 017 consumidores e registaram-se 67 568 mudanças de comercializador de eletricidade.

GÁS NATURAL

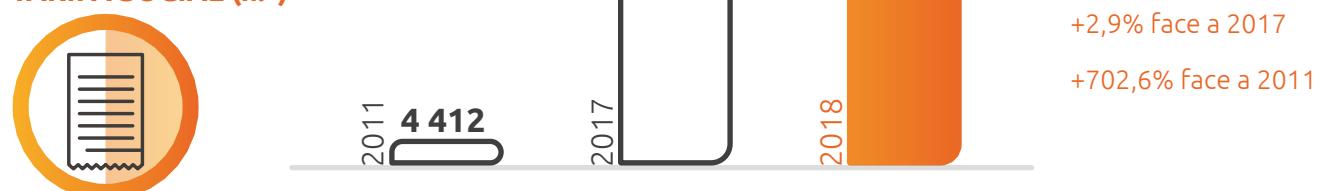
CONSUMIDORES (n.º)



**MUDANÇAS DE
COMERCIALIZADOR (n.º)**



**BENEFICIÁRIOS DA
TARIFA SOCIAL (n.º)**



Para estes indicadores considerou-se o ano base de 2011.

O registo mais antigo de n.º de consumidores de gás natural remonta ao ano de 2010, com 996 794 consumidores.

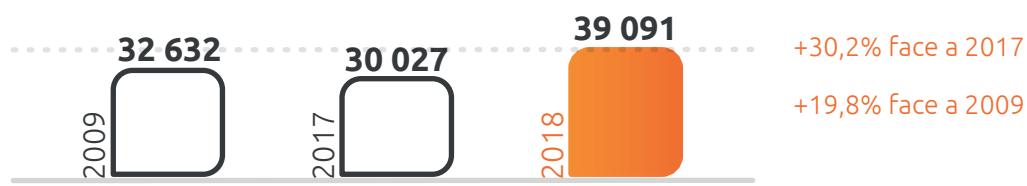
A mudança de comercializador neste setor iniciou-se também em 2011.

Nota: Como mudança de comercializador consideraram-se os pedidos de mudança concluídos.

Eficiência energética

SCE - HABITAÇÃO

PROJETOS DE CERTIFICADO ENERGÉTICO



CERTIFICADOS ENERGÉTICOS



POUPANÇA ESTIMADA (GWh)



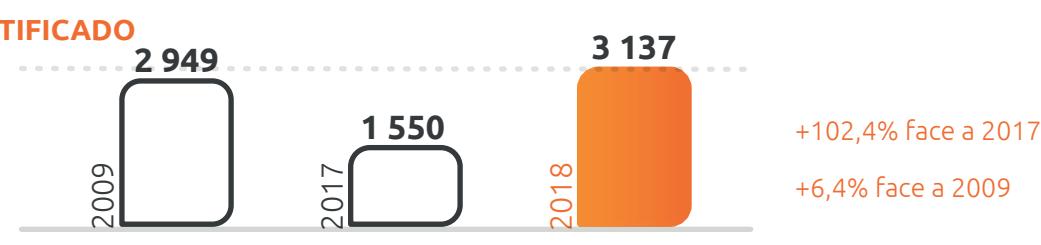
Nota: A metodologia de cálculo utilizada em 2009, não permitia aferir a Poupança Estimada pela implementação das mesmas.

O indicador Certificados Energéticos inclui os certificados emitidos para edifícios de habitação novos, com um valor acumulado, em 2018, de 50 523, e os certificados de edifícios de habitação existentes, com um valor acumulado de 1 103 418.

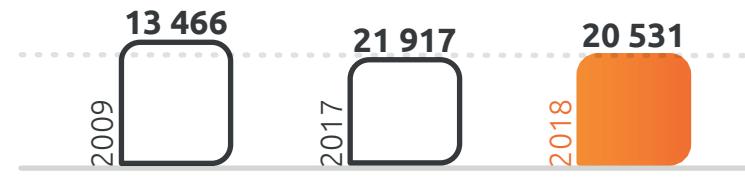
As medidas de melhoria propostas nos certificados energéticos representam um potencial de poupança de 60%, em 2018.

SCE - COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETOS DE CERTIFICADO ENERGÉTICO



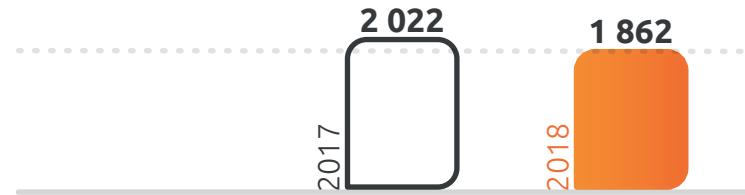
**CERTIFICADOS
ENERGÉTICOS**



-6,3% Face a 2017

+52,5% Face a 2009

**POUPANÇA
ESTIMADA (GWh)**



-7,9% Face a 2017

Nota: A metodologia de cálculo utilizada em 2009, não permitia aferir a Poupança Estimada pela implementação das mesmas.

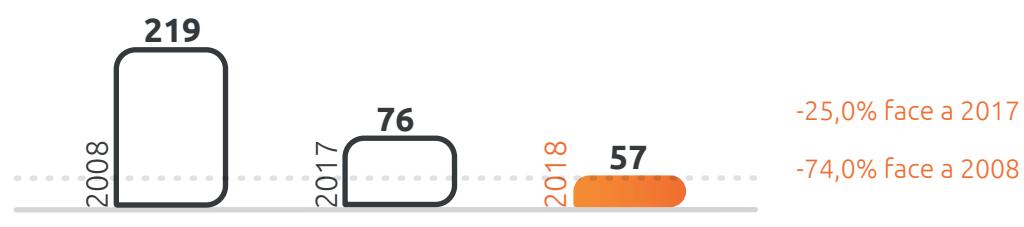
O indicador Certificados Energéticos inclui os certificados emitidos para edifícios de comércio e serviços novos, com um valor acumulado, em 2018, de 2 155, e os certificados de edifícios de comércio e serviços existentes, com um valor acumulado de 156 056.

As medidas de melhoria propostas nos certificados energéticos representam um potencial de poupança de 20%, em 2018.

Eficiência energética

SGCIE

REGISTO DE INSTALAÇÕES (n.º)

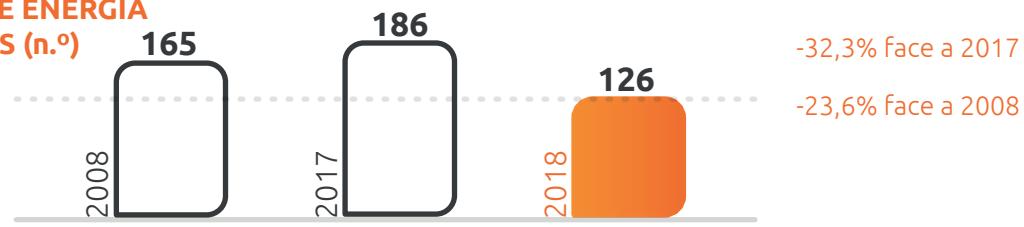


Em 2018, estavam registadas (em termos acumulados) 1 201 instalações.

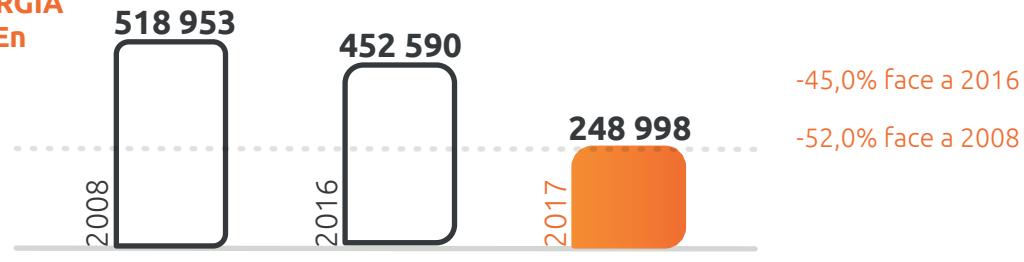
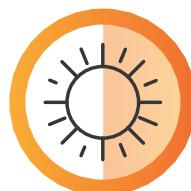
PLANOS DE RACIONALIZAÇÃO

DOS CONSUMOS DE ENERGIA

(PREn) APROVADOS (n.º)

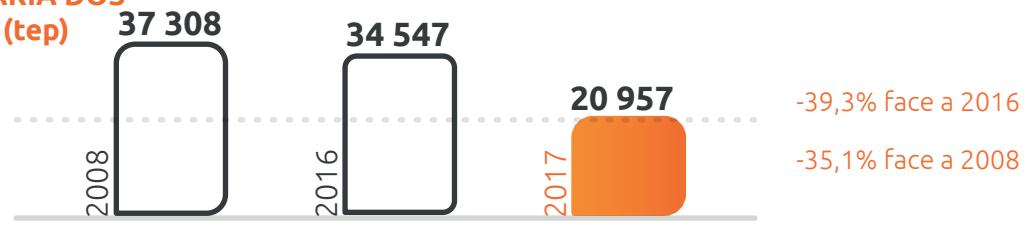


CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA DOS PREn APROVADOS (tep)



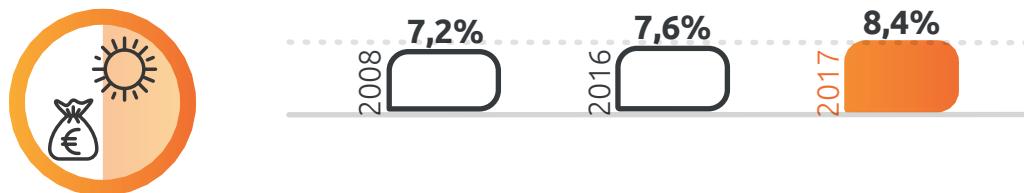
Em 2017, o consumo (acumulado) de energia primária dos PREn aprovados era de 3 652 ktep.

POTENCIAL DE ECONOMIA DE ENERGIA PRIMÁRIA DOS PREn APROVADOS (tep)



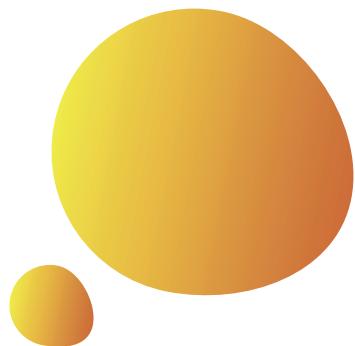
Em 2017, o potencial de economia de energia primária dos PREn aprovados era de 243 ktep.

**POTENCIAL DE ECONOMIA
DE ENERGIA/CONSUMO DE
ENERGIA PRIMÁRIA**



Até 2017, foram apurados 350 M€ no investimento em medidas de eficiência energética, que gerariam um potencial de redução dos custos energéticos na ordem dos 117 M€

2



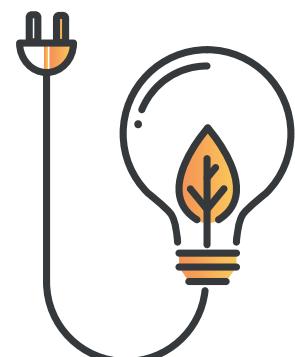
Indicadores energéticos

2. Indicadores energéticos



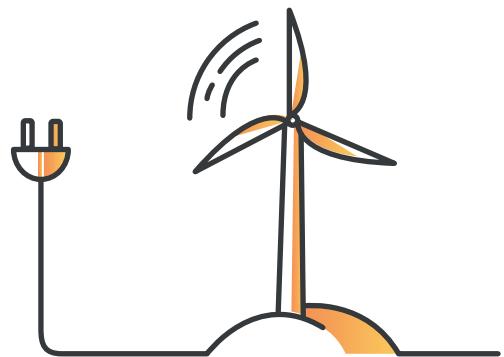
Portugal está mais eficiente em termos da utilização de energia. Em 2017, Portugal consumia **87 tep** em energia final para gerar um milhão de euros de riqueza; em 2007, para gerar o mesmo valor de riqueza eram consumidos **103 tep**.

Em 2017, as energias renováveis representavam **28,1%** do consumo final bruto de energia, sendo **31%** o objetivo que Portugal estabeleceu para 2020.



Em 2017, **22,7 Mtep** foi o consumo de energia primária (sem usos energéticos), valor ligeiramente acima dos **22,5 Mtep**, que é a meta nacional da eficiência energética para 2020.

O potencial de poupança de energia nos edifícios residenciais é de 60%, tomando por base as medidas de melhoria constantes dos certificados energéticos emitidos para **1,7** milhão de frações em Portugal.



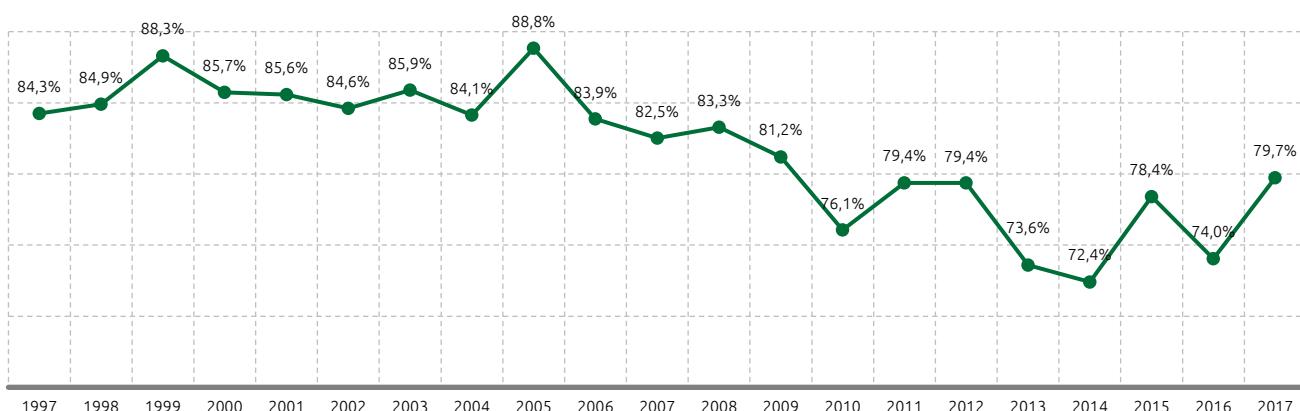
2. Indicadores energéticos

Neste capítulo apresenta-se a evolução dos principais indicadores energéticos de Portugal. Para uma melhor análise, apresenta-se no Anexo 1 uma tabela com a série de dados completa relativa aos últimos 15 anos (período 2002-2017).

2.1. Dependência energética

Um dos principais desafios e objetivos da atual política energética nacional é a redução da dependência energética do exterior. Nos últimos vinte anos, Portugal tem apresentado uma dependência energética entre 70% e 90%, consequência da inexistência de produção nacional de fontes de energia fósseis, como o petróleo ou gás natural, que têm um peso muito significativo no consumo total de energia primária. A aposta nas energias renováveis e na eficiência energética, tem permitido a Portugal baixar a sua dependência energética para níveis inferiores a 80%. No entanto, a variabilidade do regime hidrológico, tem uma grande influência na produção de hidroeletricidade. O ano de 2017 caracterizou-se por um índice de hidraulicidade bastante baixo (0,47), o que provocou uma quebra muito significativa na produção de eletricidade através desta fonte renovável (45% da produção do ano anterior).

A dependência energética foi de 79,7% em 2017, representando uma subida de 5,7 p.p. face a 2016 e uma redução de 9,1 p.p. face a 2005, ano em que se verificou a dependência energética mais elevada dos últimos anos. Esta subida na dependência energética resulta em grande parte do aumento do consumo de carvão e gás natural na produção de eletricidade. A maior utilização de formas de energia de origem fóssil e importadas, na produção de eletricidade, decorreu da necessidade de compensar a forte redução da produção de eletricidade nas centrais hídricas.



Fonte: DGEG

Fig. 1 Evolução da dependência energética de Portugal.

A dependência energética normalizada tem em conta as produções hídrica e eólica normalizadas de acordo com a Diretiva 28/2009/CE de 23 de abril (considera a média dos últimos 15 anos para a hídrica e a média dos últimos 5 anos para a eólica).



Fig. 2 Evolução da dependência energética normalizada.

Fonte: DGEG

Verifica-se em 2017, uma dependência normalizada de 78,3% que compara com uma dependência energética real de 79,7% (Fig. 2).

A análise deste indicador permite atenuar o efeito da variabilidade da produção hídrica e eólica e obter valores de dependência energética para um ano médio de hidraulicidade e eolicidade.

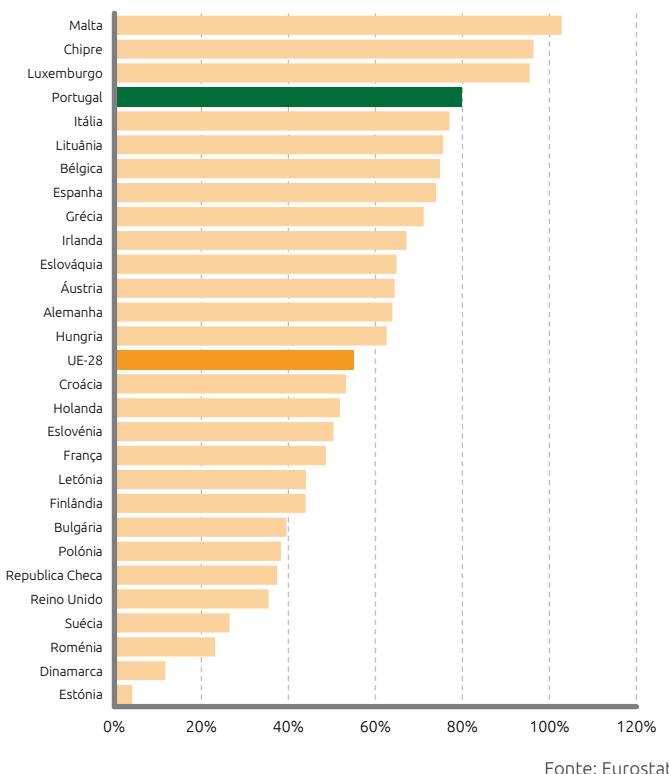


Fig. 3 Dependência energética na UE-28 em 2017

Comparando a dependência energética entre os países da UE-28, verificou-se que em 2017, Portugal foi o 4.º país com a maior dependência energética, cerca de 25 p.p. acima da média da UE-28 (Fig. 3).

2.2. Intensidade energética

Em 2017, a intensidade energética da economia em energia primária situou-se em 125 tep/M€₂₀₁₁ (+0.8% face a 2016) enquanto que a intensidade energética da economia em energia final foi de 87 tep/M€₂₀₁₁ (-1.2%, face a 2016). Por outro lado, a intensidade energética da economia em eletricidade situou-se em 265 MWh/M€₂₀₁₁ (-1.9%, face a 2016).

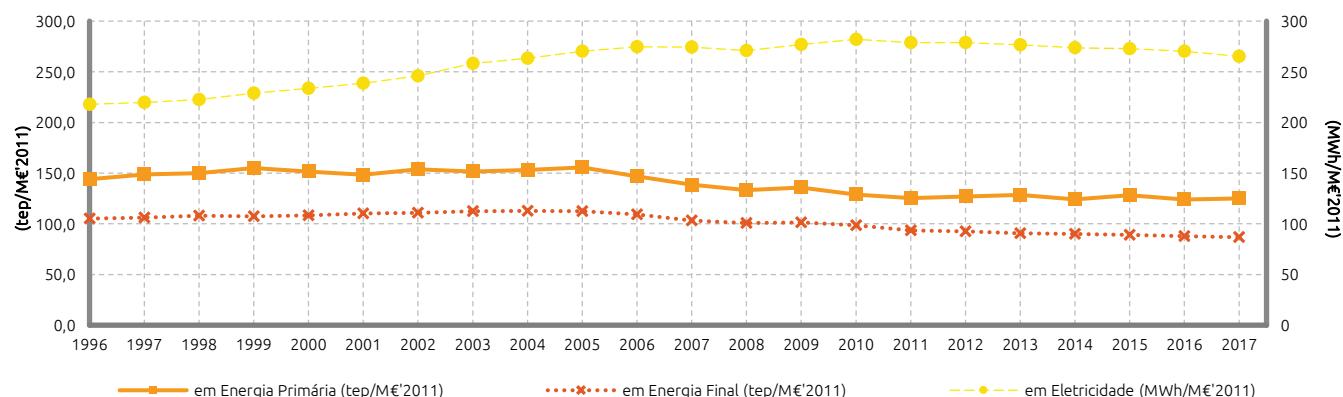


Fig. 4 Evolução da intensidade energética

Fonte: DGEG/INE

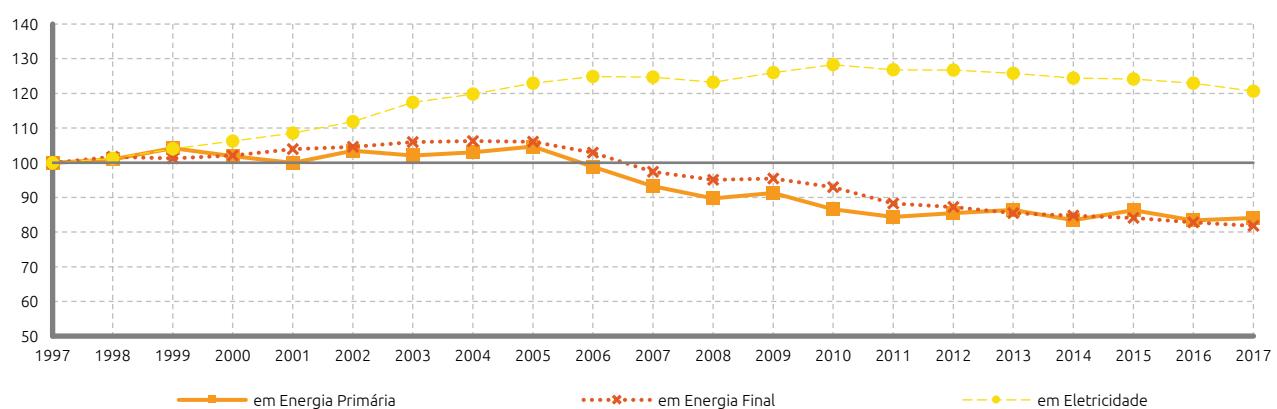
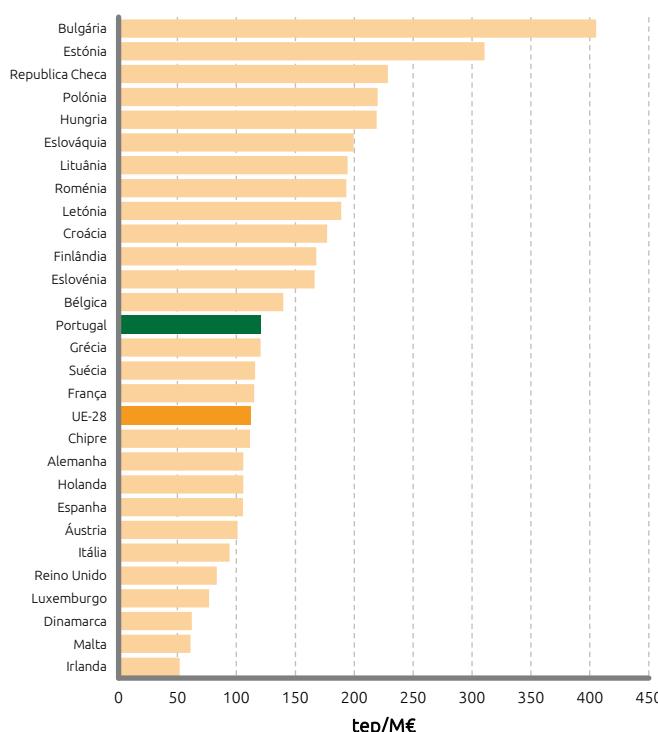


Fig. 5 Evolução da intensidade energética (1997 = 100)

Fonte: DGEG

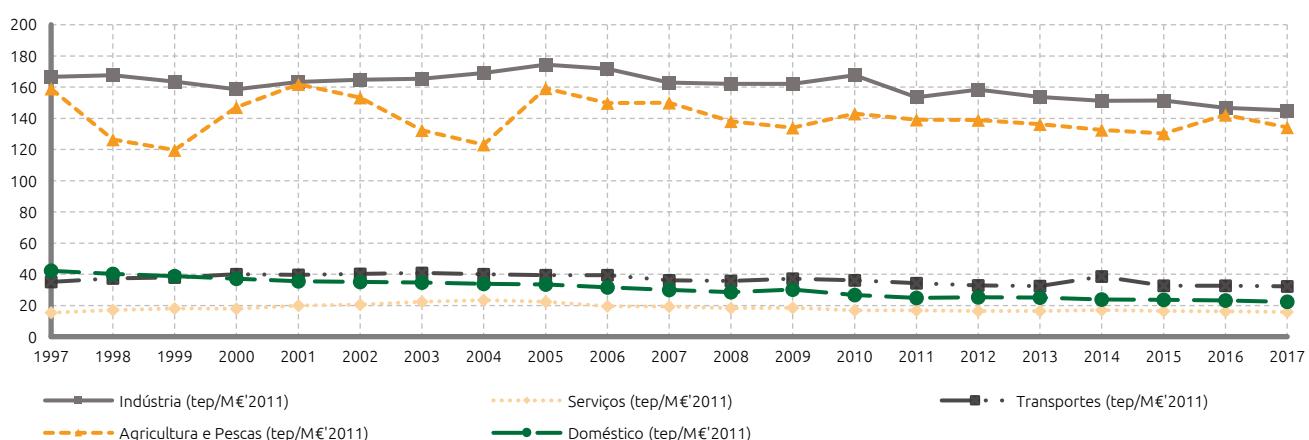


A intensidade energética da economia em energia primária proporciona uma medida da eficiência energética da economia, ou seja, da quantidade de energia necessária para produzir uma unidade do Produto Interno Bruto (PIB).

Comparando os dados dos países da UE-28 (Fig. 6), verifica-se que em 2017 Portugal foi o 15.º país com a menor intensidade energética da economia, cerca de 10% acima da média da UE-28.

Fig. 6 Intensidade energética da economia em energia primária na UE-28 em 2017

Em termos de intensidade energética por setor de atividade, em 2017 o setor da indústria registou uma intensidade energética de 145 tep/M€₂₀₁₁ (-1% face a 2016), o setor da agricultura e pescas 134 tep/M€₂₀₁₁ (-5,6% face a 2016), o setor dos transportes 32 tep/M€₂₀₁₁ (-0,9% face a 2016), o setor doméstico 22 tep/M€₂₀₁₁ (-3,9% face a 2016) enquanto que o setor dos serviços registou uma intensidade energética de 16 tep/M€₂₀₁₁ (-2,2% face a 2016).



Fonte: DGEG/INE

Fig. 7 Evolução da intensidade energética por setor de atividade

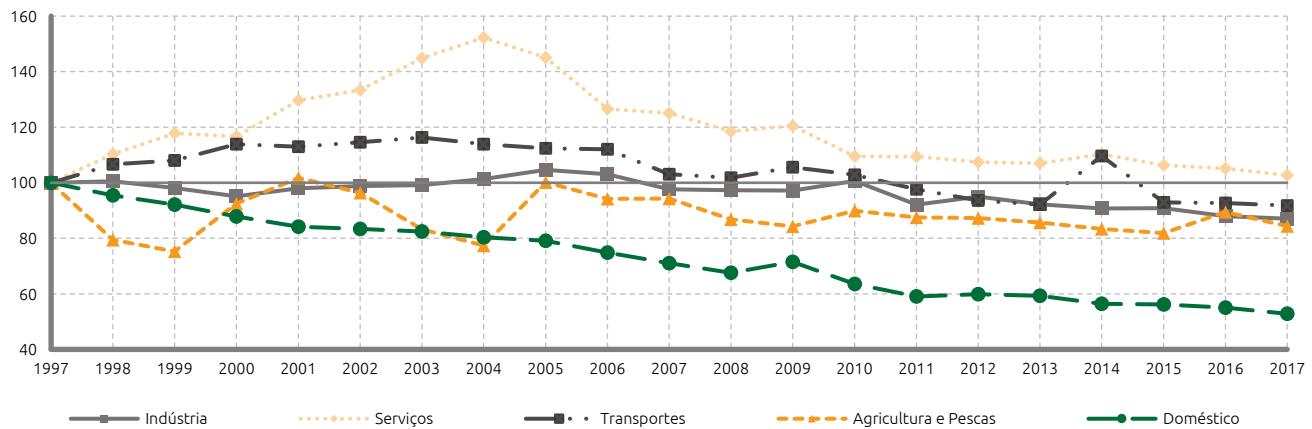


Fig. 8 Evolução da intensidade energética por setor de atividade (1997 = 100)

Fonte: DGEG

2.3. Indicadores *per capita*

Ao nível dos indicadores de consumo de energia per capita, em 2017, verificou-se na energia primária um consumo de 2,2 tep/habitante (+3,8% face a 2016), na energia final 1,5 tep/habitante (+1,7% face a 2016) enquanto que na eletricidade foi de 4,6 MWh/habitante (+1,0% face a 2016).

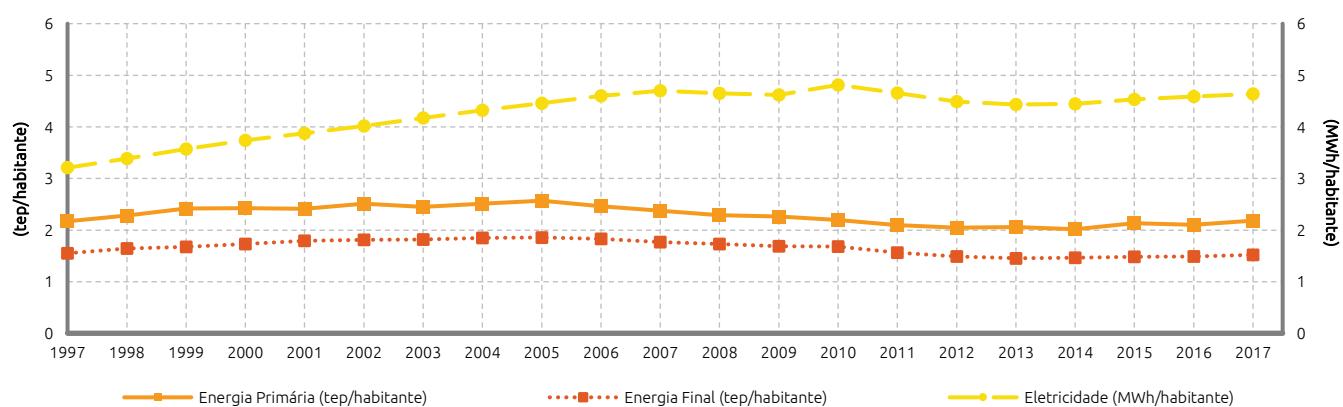


Fig. 9 Evolução do consumo de energia per capita

Fonte: DGEG

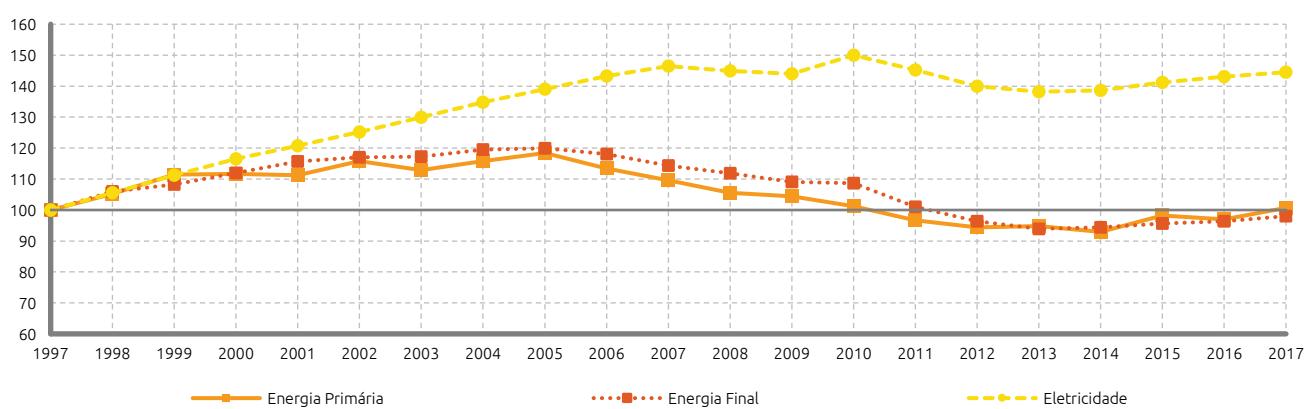
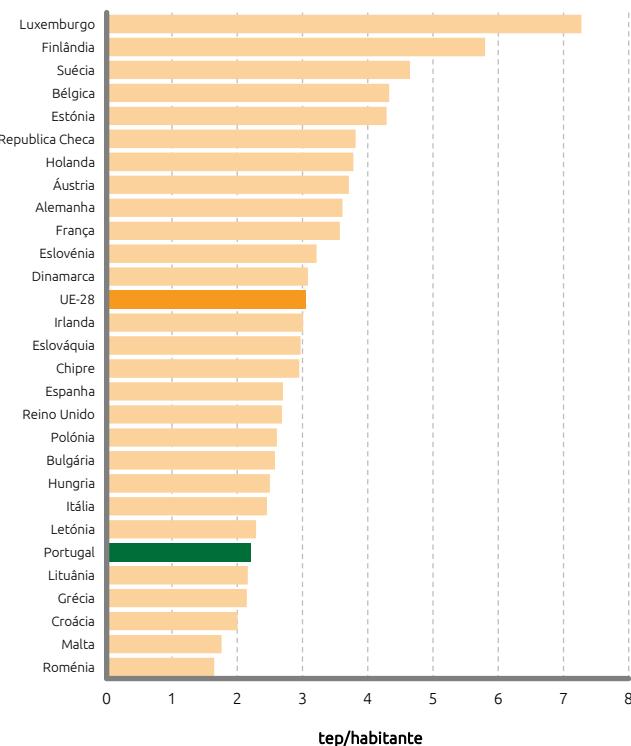


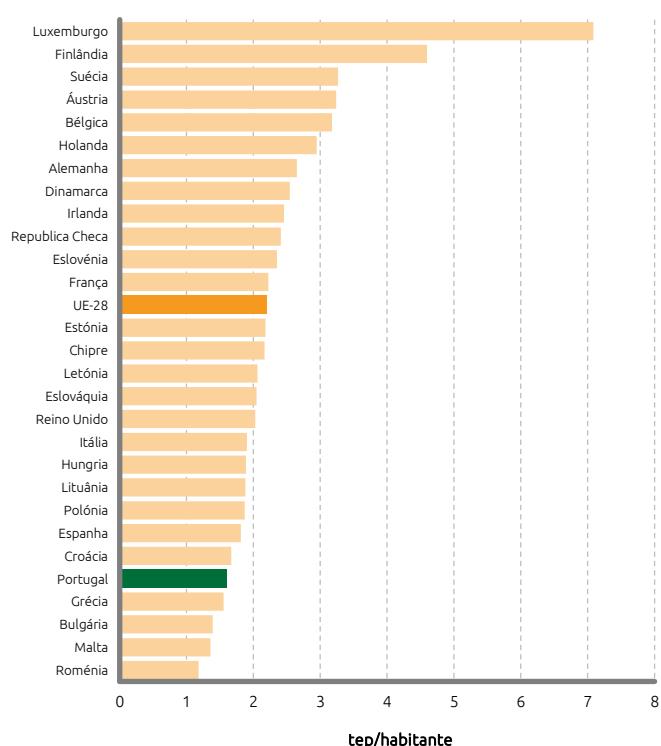
Fig. 10 Evolução do consumo de energia per capita (1997 = 100)

Fonte: DGEG

Comparando o consumo de energia per capita em Portugal com os países da UE-28, verificou-se que em 2017, Portugal foi o 6.º país com o menor consumo de energia primária por habitante (-27,6% face à média da UE-28, Fig. 11), enquanto que no consumo de energia final per capita, Portugal foi o 5.º país com o menor consumo por habitante (-26,8% face à média da UE-28, Fig. 12).



Fonte: Eurostat
Fig. 11 Consumo de energia primária per capita na UE-28 em 2017.



Fonte: Eurostat
Fig. 12 Consumo de energia final per capita na UE-28 em 2017.

2.4. Emissões de GEE

As emissões de gases com efeito de estufa (GEE) situaram-se em 2017 nas 70,8 Mt CO₂e. Como o setor da energia representa cerca de 70% das emissões totais de GEE e como em 2017 se recorreu de forma muito significativa à utilização de combustíveis fósseis para a produção de eletricidade, as emissões totais aumentaram 7% relativamente a 2016 (+9% nas emissões do setor da energia de 2016 para 2017). Apesar disso, analisando o período 2005 a 2017, constatamos um decréscimo de 18% nas emissões totais e 20% nas emissões do setor energético (Fig. 13).

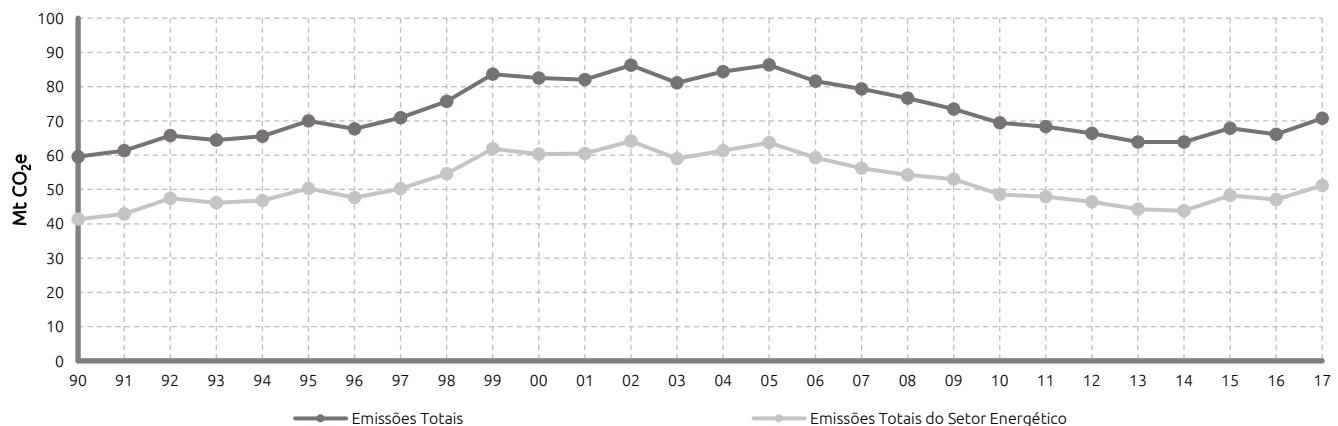
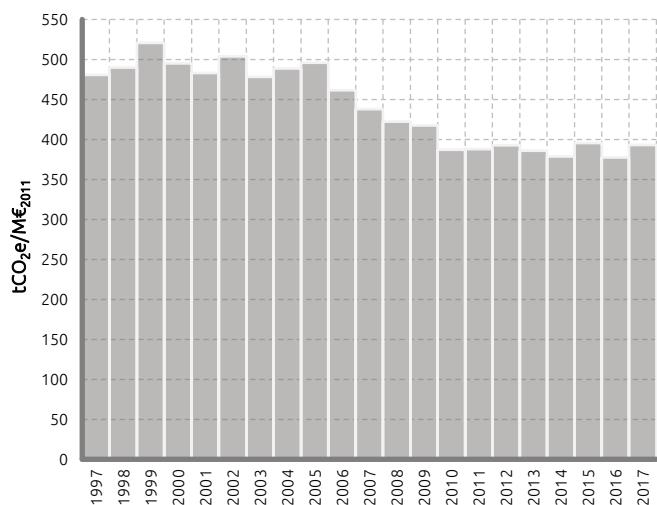


Fig. 13 Evolução das emissões de GEE em Portugal

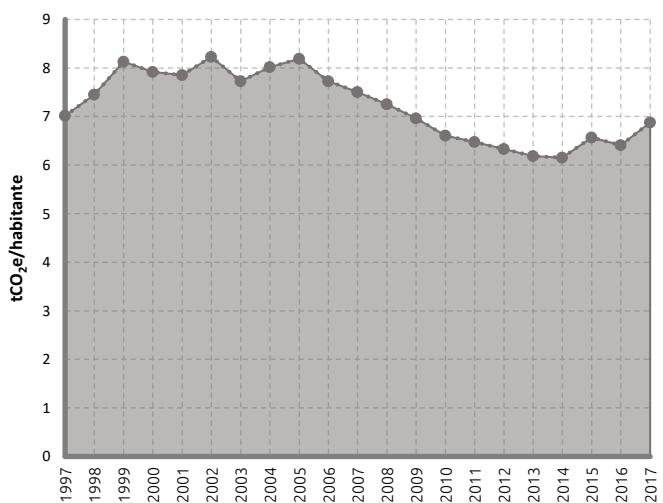
Fonte: APA

Ao nível do indicador intensidade carbónica da economia, que resulta do rácio entre as emissões totais de GEE e o PIB, verificou-se em 2017 uma intensidade de 393 tCO₂e/M€₂₀₁₁ (-23,4% face a 1995 e +4,1% face a 2016). Quanto ao indicador “emissões de GEE per capita”, em 2017 situou-se na ordem das 6,9 t/habitante (-1,6% face a 1995 e +7,3% face a 2016).



Fonte: APA, INE

Fig. 14 Evolução da intensidade carbónica da economia



Fonte: APA, INE

Fig. 15 Evolução das emissões de CO₂e per capita

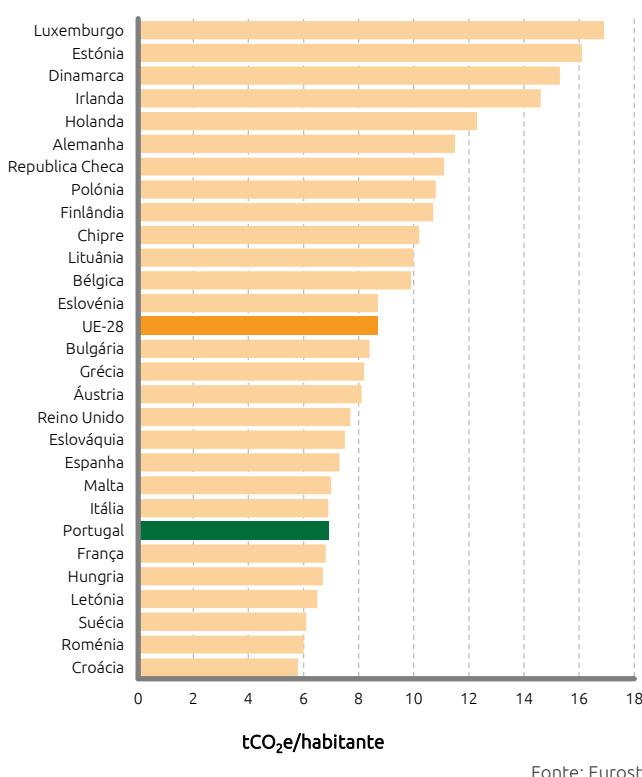


Fig. 16 Emissões per capita na UE-28 em 2017

Comparando as emissões totais de GEE por habitante ao nível dos países da UE-28, em 2017 (Fig. 16), verificou-se que Portugal apresentou um dos valores mais baixos, cerca de 21% abaixo do valor médio registado na UE-28.

Relativamente ao indicador “intensidade carbónica no consumo de energia”, que se obtém no rácio entre as emissões totais de GEE resultantes do consumo de energia e o consumo de energia primária, verificou-se em 2017 uma intensidade de 2,27 tCO₂e/tep (-7,7% face a 1995 e +4,5% face a 2016). Relativamente às emissões do Sistema Eletroprodutor Nacional (Portugal Continental e Regiões Autónomas), que resultam dos dados do consumo das diversas fontes de energia primária (gás natural, hulha, etc.) nas centrais produtoras de energia elétrica (grandes térmicas, cogeração e outras térmicas) em Portugal, verifica-se que em 2017 foi 298 tCO₂e/GWh (+26% face a 2016).

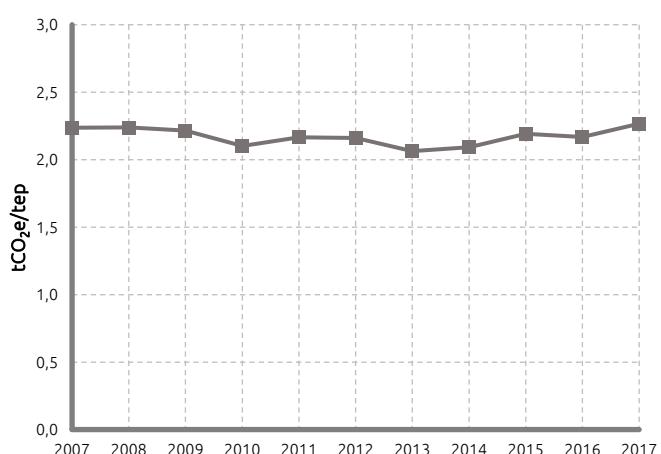


Fig. 17 Evolução da intensidade carbónica no consumo de energia

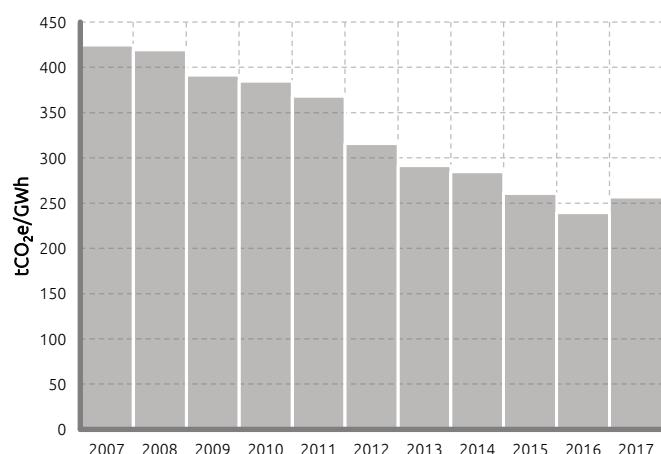


Fig. 18 Emissões anuais de CO₂ do sistema eletroprodutor nacional

2.5. Metas nacionais em matéria de renováveis

A Diretiva 28/2009/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, introduz a obrigatoriedade dos países membros da UE submeterem um plano de promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis. O Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER) fixa objetivos nacionais para cada estado-membro relativos à quota proveniente de Fontes de Energia Renováveis (FER), consumida nos setores dos transportes (FER-T), eletricidade (FER-E) e aquecimento e arrefecimento (FER-A&A) em 2020, bem como as respetivas trajetórias de penetração, de acordo com o ritmo de implementação das medidas e ações previstas em cada um desses setores, tendo em conta os efeitos de outras políticas relacionadas com a eficiência energética no consumo de energia.

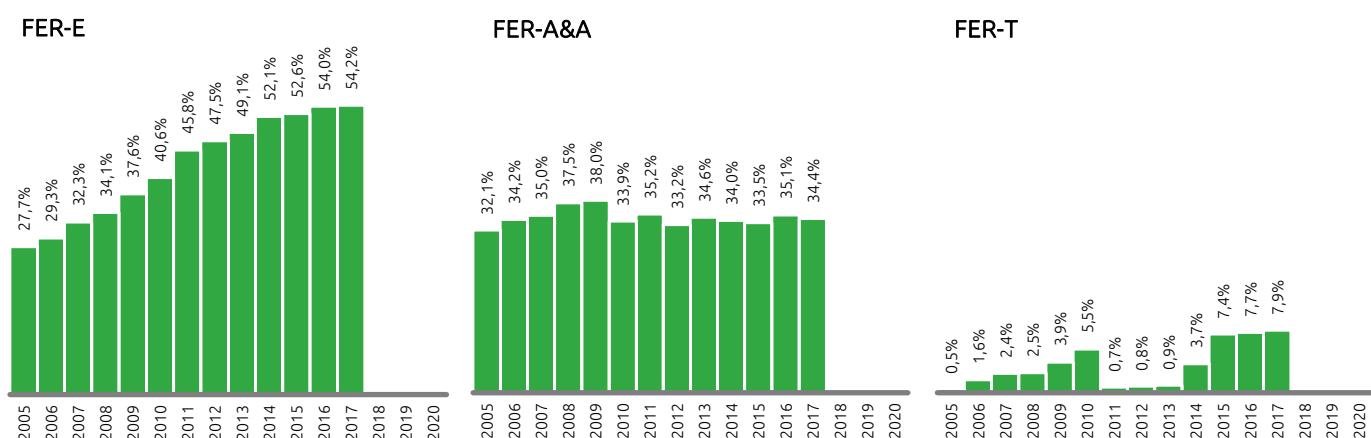
Portugal preparou e apresentou o primeiro plano nacional de ação em 2010, no qual se comprometeu a atingir os objetivos estabelecidos na Diretiva, nomeadamente a meta global de 31,0% de renováveis no consumo final bruto de energia (CFB) e 10,0% de renováveis no consumo final de energia nos transportes.

Em 2017, a incorporação de FER no consumo final bruto de energia situou-se nos 28,1%, -0,3 p.p. abaixo do valor registado em 2016 e 2,9 p.p. acima da trajetória indicativa, o que coloca Portugal com cerca de 91% do cumprimento da sua meta para 2020. A nível setorial, a quota de FER no setor da eletricidade (FER-E) foi de 54,2% (+0,2 p.p. face a 2016), no aquecimento e arrefecimento (FER-A&A) 34,4% (-0,7 p.p. face a 2016) e nos transportes (FER-T) 7,9% (+0,2 p.p. face a 2016).



Fonte: DGEG, Eurostat

Fig. 19 Evolução da incorporação de renováveis no consumo final bruto de energia de acordo com a Diretiva 28/2009/CE

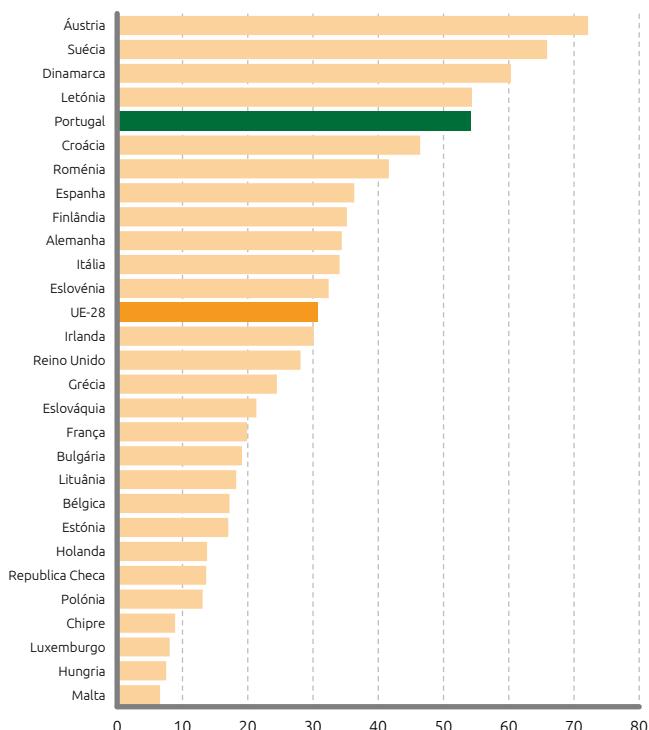


Fonte: DGEG, Eurostat

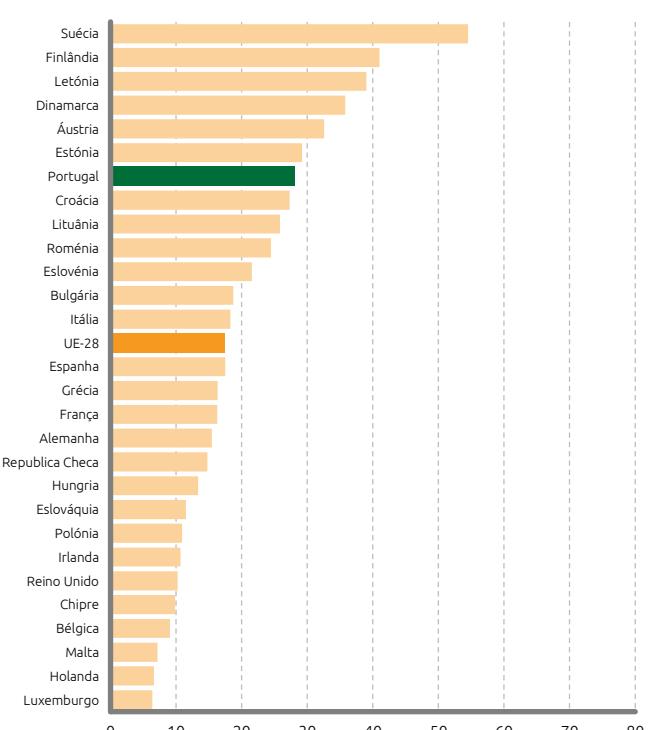
Fig. 20 Evolução setorial da incorporação de renováveis no consumo de energia de acordo com a Diretiva 28/2009/CE

De acordo com a metodologia de cálculo da Diretiva 28/2009/CE sobre a incorporação de energias renováveis, em 2017, Portugal foi o 5.º país da UE-28 com a maior quota de eletricidade proveniente de FER (Fig. 21).

Portugal posicionou-se, em 2017, no 7.º país da UE-28, com o maior peso da energia proveniente de FER no CFB (Fig. 22).



Fonte: Eurostat
Fig. 21 Quota de produção de eletricidade proveniente de FER



Fonte: Eurostat
Fig. 22 Quota de energia proveniente de FER no CFB

2.6. Metas nacionais em matéria de eficiência energética

A Diretiva n.º 2006/32/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2006, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos, transposta pelo Decreto-Lei n.º 319/2009, de 3 de novembro, estabeleceu como objetivo geral indicativo a obtenção de economias de energia de 9% no 9.º ano de aplicação da Diretiva (2016), por comparação com o período 2001-2005, tendo também fixado a obrigação de os estados-membros apresentarem à Comissão Europeia planos de ação de eficiência energética. Neste contexto, foi aprovado pela RCM n.º 80/2008, de 20 de maio, entretanto revogada, o primeiro Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) para o período de 2008-2015, que contemplava um conjunto de medidas com o objetivo de alcançar até 2015, uma melhoria da Eficiência Energética equivalente a 9,8% do consumo final de energia.

Para o Horizonte 2020, e à luz da Diretiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa à eficiência energética, o objetivo foi redefinido para um limite máximo ao consumo de energia primária em 2020 (com base em projeções do modelo PRIMES para a Comissão Europeia realizadas em 2007) equivalente a uma redução de 20% (24,0 Mtep, excluindo usos não-energéticos), tendo sido posteriormente adotado por Portugal uma meta mais ambiciosa de redução de 25% (22,5 Mtep, excluindo usos não-energéticos).

Olhando para a evolução do consumo de energia primária sem usos não-energéticos e incluindo o consumo na aviação internacional, que serve de referência para o cálculo do cumprimento da meta de eficiência energética em 2020, verifica-se que o valor em 2017, posicionou-se ligeiramente acima (22,7 Mtep) do valor de referência para Portugal (22,5 Mtep para garantir o cumprimento da meta de redução de 25%).

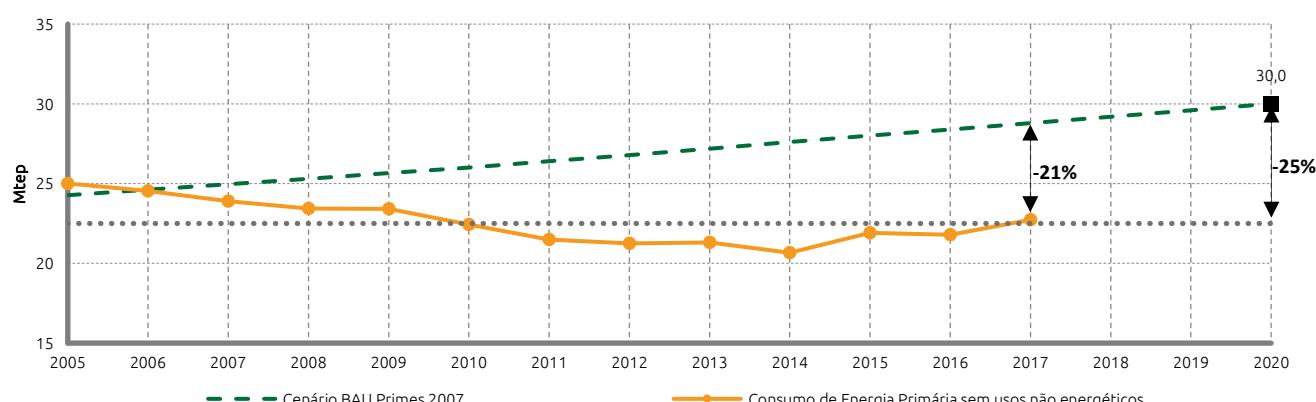


Fig. 23 Evolução da meta de Portugal em matéria de eficiência energética para 2020

Fonte: DGEG

3



Balanço
energético

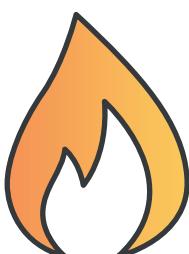


3. Balanço energético



Em 2017, cerca de **53%** das importações totais de energia provinham de apenas uma fonte - o petróleo bruto.

Em 2017, a eletricidade e a produção eólica foram responsáveis respetivamente por **35%** e **20%** da produção doméstica.



Em 2017, **40%** do consumo de energia primária respeitante ao gás natural foi para produção de eletricidade e **22%** para cogeração.

Em 2017, **95%** do consumo total de energia do setor dos transportes respeitava ao modo rodoviário, sendo **79%** deste combustível em gasóleo.



3.Balanço Energético

3.1. Balanço energético nacional sintético

De seguida apresenta-se o balanço energético sintético de Portugal para o ano 2017. Para uma análise completa do Balanço Energético Nacional consulte o Anexo 2 desta publicação.

Tab. 1 Balanço energético nacional sintético 2017 (tep)

	Carvão	Petróleo	Gás Natural	Eletricidade	Calor	Renováveis	Resíduos	TOTAL
Importações	3 533 024	18 140 455	5 460 687	473 493		55 851	45 039	27 708 549
Produção Doméstica				1 813 655		3 220 842	157 605	5 192 102
Variação de "stocks"	160 845	22 153	22 721			11 422		217 141
Saídas	124 887	9 077 278		704 315		284 811		10 191 291
Exportações	124 887	7 021 229		704 315		284 811		8 135 242
Barcos Estrangeiros			775 593					775 593
Aviões Estrangeiros		1 280 456						1 280 456
Consumo de Energia Primária	3 247 292	9 041 024	5 437 966	1 582 833		2 980 460	202 644	22 492 219
Para Novas Formas de Energia	3 236 601	- 194 913	3 613 014	-3 297 596	-1 364 929	1 912 856	107 386	4 012 419
Consumo do Setor Energético		827 700	112 132	869 106	228 440			2 037 378
Consumo como Matéria-Prima		890 564						890 564
Acertos	- 313	- 43 195	- 15 824	9		- 1 346		- 60 669
Consumo Final	11 004	7 560 868	1 728 644	4 011 314	1 136 489	1 068 950	95 258	15 612 527
Agricultura e Pescas		359 526	5 773	90 651	1 793	1 422		459 165
Indústria	10 980	85 687	1 201 131	1 401 902	1 107 038	181 209	95 258	4 883 229
Transportes		5 747 388	14 735	41 246		2 077		5 805 446
Doméstico		420 421	251 733	1 082 712		806 890		2 561 756
Serviços		147 846	255 272	1 394 803		77 352		1 902 931

Fonte: DGEG

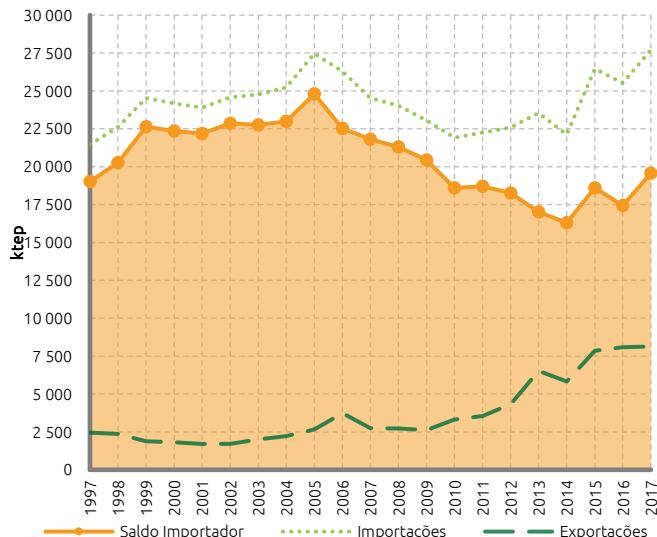


Fig. 24 Evolução do saldo importador de energia

Fonte: DGEG

Em 2017, o saldo importador de energia foi de 19 573 ktep, o que representou um aumento de 12,2%, face a 2016. Nos últimos 10 anos (2008-2017) verificou-se uma taxa de crescimento média anual (TCMA) de -0,9% que contrasta com uma TCMA de +0,8% no período 1998-2007.

Para o aumento do saldo importador de energia, face a 2016, contribuiu o aumento das quantidades importadas de carvão (16,2%), petróleo (2,8%), gás natural (27,6%), eletricidade (19,3%) e dos resíduos não renováveis (51,1%) e um aumento apenas de 0,7% das quantidades exportadas.

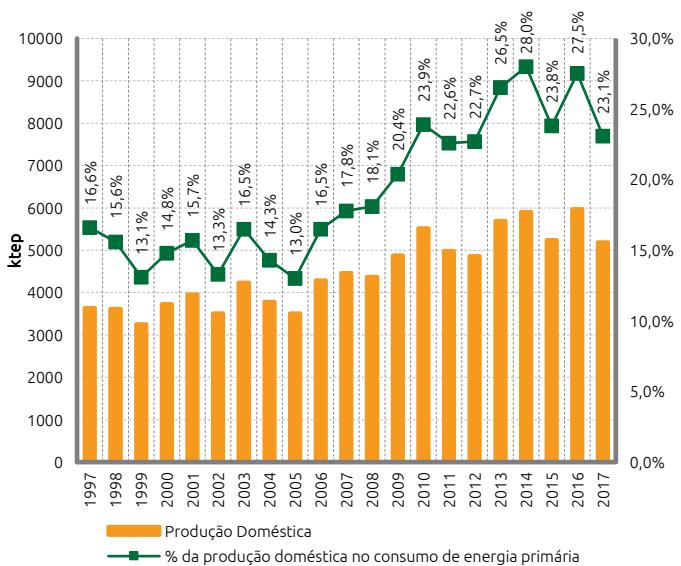


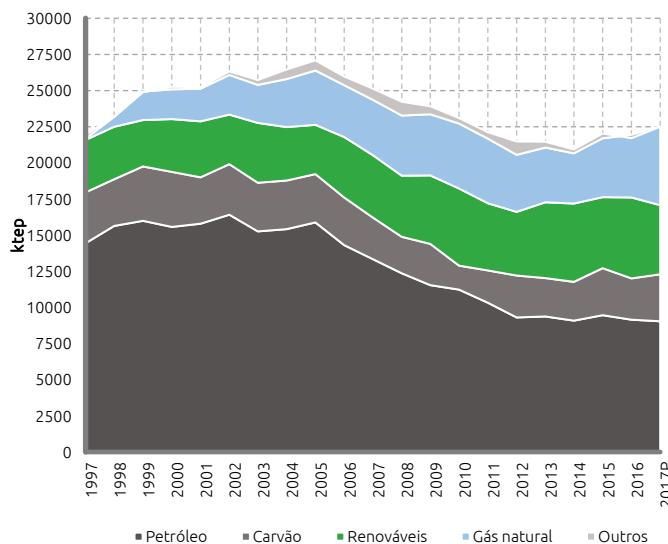
Fig. 25 Evolução da produção doméstica de energia

Em 2017, a produção doméstica de energia foi de 5 192 ktep, registou uma redução de 13,1%, face a 2016. Para o período 2008-2017, verificou-se uma TCMA de 1,9%.

Face ao consumo total de energia primária, a produção doméstica de energia representou 23,1% (-4,4% p.p. face a 2016).

A redução do peso da produção doméstica, quando comparado com o ano de 2016, deveu-se à forte quebra na produção de hidroeletricidade em 2017.

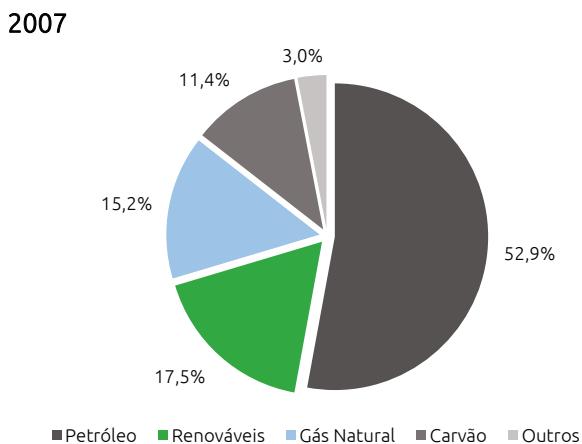
Fonte: DGEG



Fonte: DGEG

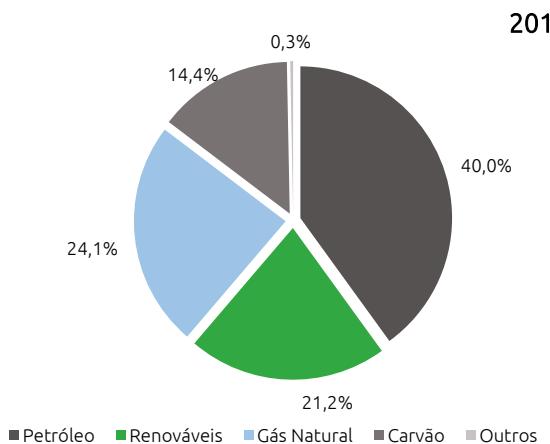
Fig. 26 Evolução do consumo total de energia primária

Nos gráficos das Fig. 27 e Fig. 28, verifica-se que o peso do petróleo tem vindo a decrescer nos últimos anos (52,9% em 2007 vs 40,0% em 2017), enquanto que o peso das renováveis (17,6% em 2007 vs. 21,3% em 2017) e do gás natural (15,2% em 2007 vs. 24,2% em 2017) aumentaram consideravelmente.



Fonte: DGEG

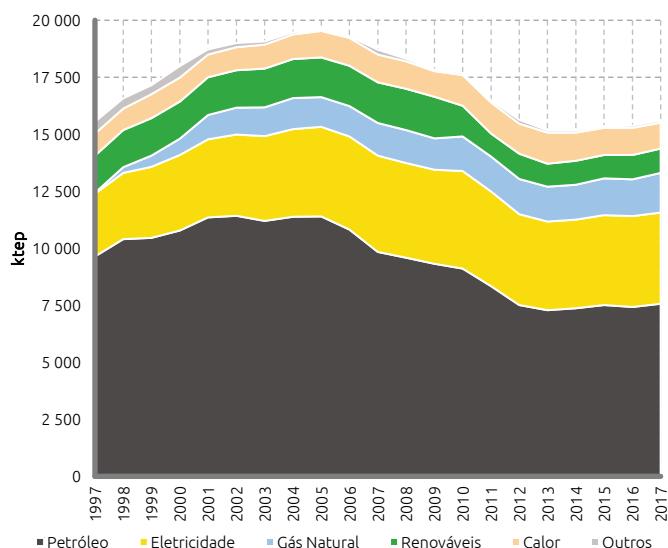
Fig. 27 Consumo total de energia primária, em 2007



Fonte: DGEG

Fig. 28 Consumo total de energia primária, em 2017

¹ NOTA: "Outros" inclui Saldo Importador de Eletricidade e Resíduos Industriais



Em 2017, o consumo de energia final (CEF), foi de 15 613 ktep, o que representa um aumento de 1,5% face a 2016.

No período 2007-2017, o CEF registou uma TCMA de -1,8%.

Fonte: DGEG

Fig. 29 Evolução do consumo total de energia final, por fonte.

Quanto ao consumo final por forma de energia (Fig. 29), verifica-se que em 2017 o petróleo continua a ser a principal fonte de energia (48,4%), seguido da eletricidade (25,7%), gás natural (11,1%), calor (7,3%) e renováveis (6,8%).

De notar que o peso do petróleo (Fig. 30 e Fig. 31) tem vindo a decrescer nos últimos anos (52,6% em 2007 vs. 48,4% em 2017), enquanto que o peso da eletricidade (22,5% em 2007 vs. 25,7% em 2017) e do gás natural (7,7% em 2007 vs. 11,1% em 2017) registaram um aumento.

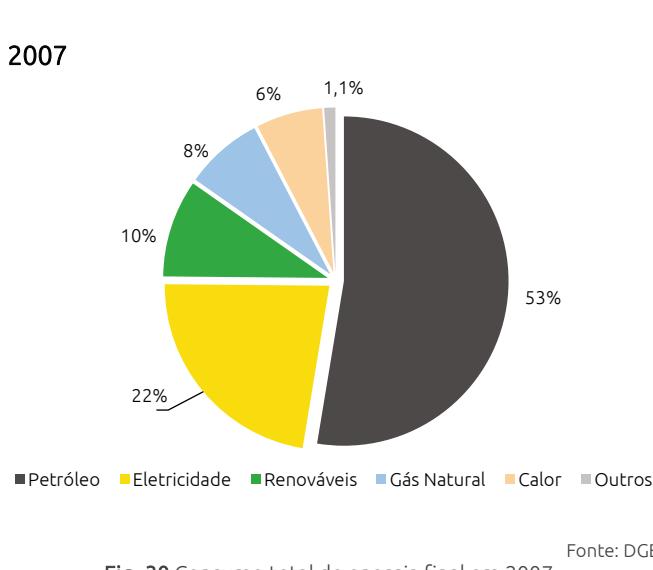


Fig. 30 Consumo total de energia final em 2007

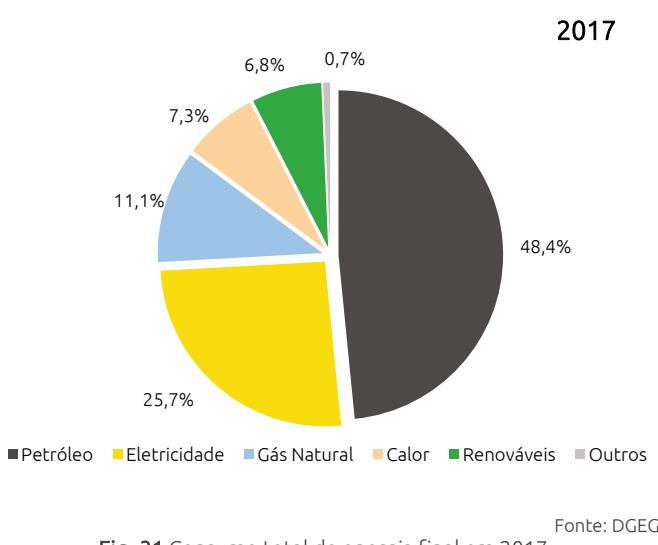


Fig. 31 Consumo total de energia final em 2017

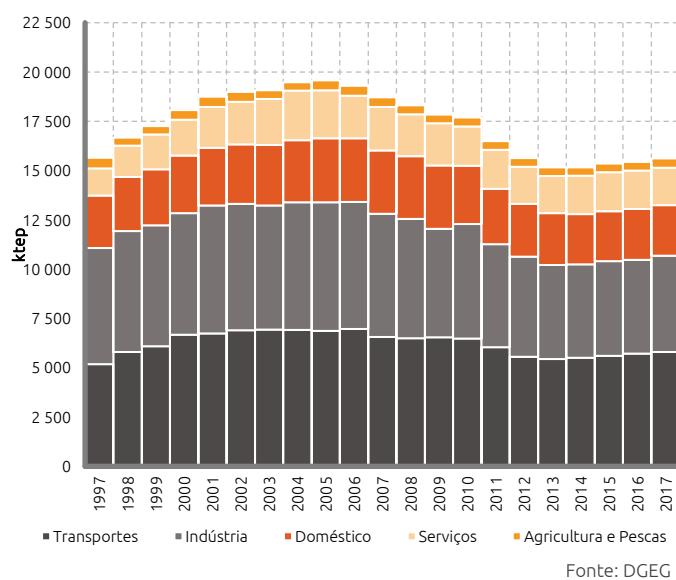


Fig. 32 Evolução do consumo de energia final por setor de atividade

Em 2017, o setor dos transportes continuou a ser o principal consumidor de energia (37,2%), seguido da indústria (31,3%), doméstico (16,4%), serviços (12,2%) e agricultura e pescas (2,9%).

Não se registaram alterações significativas face ao mix de consumo verificado em 2007, registando-se taxas de crescimento médias anuais negativas no período 2007-2017, nos transportes (-1,2%), na indústria (-2,4%), no doméstico (-2,2%), nos serviços (-1,5%), exceto na agricultura e pescas (-0,3%).

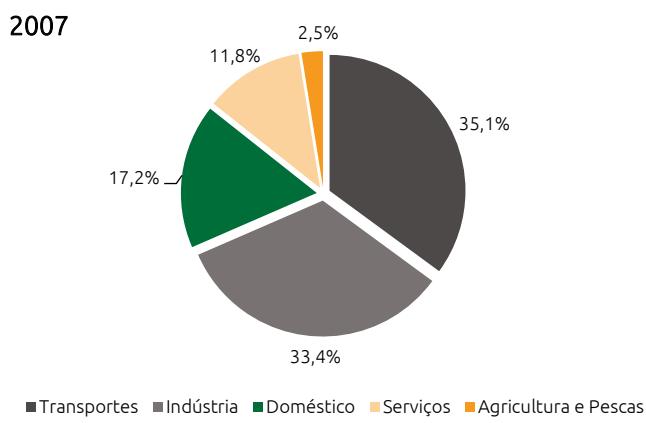


Fig. 33 Consumo de energia final por setor de atividade, em 2007

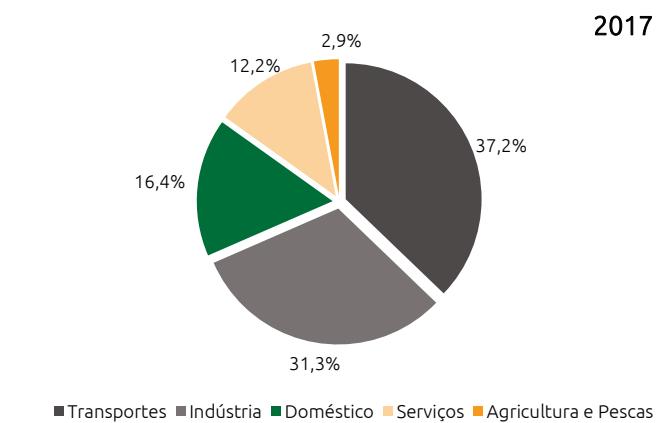


Fig. 34 Consumo de energia final por setor de atividade, em 2017

3.2. Balanços energéticos sintéticos por NUTs I

De seguida apresentam-se os balanços energéticos sintéticos de 2017 por NUTs I (Portugal Continental e Regiões Autónomas). Para uma análise completa dos balanços consulte os Anexos 2 a 5 desta publicação.

Tab. 2 Balanço energético sintético por NUTs I 2017 (tep).

	Portugal Continental	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma dos Açores
Importações	27 006 166	341 362	361 021
Produção Doméstica	5 122 593	42 793	26 716
Variação de "stocks"	199 215	- 5 687	23 613
Saídas	10 115 706	38 015	37 570
Exportações	8 135 242		
Barcos Estrangeiros	763 951	2 714	8 928
Aviões Estrangeiros	1 216 513	35 301	28 642
Consumo de Energia Primária	21 813 838	351 827	326 554
Para Novas Formas de Energia	3 866 062	87 886	58 471
Consumo do Setor Energético	2 020 748	8 368	8 262
Consumo como Matéria-Prima	890 564		
Acertos	-59 429	78	-1 318
Consumo Final	15 095 893	255 495	261 139
Agricultura e Pescas	415 636	10 887	32 642
Indústria	4 825 938	17 376	39 915
Transportes	5 563 648	132 109	109 689
Doméstico	2 479 214	40 296	42 246
Serviços	1 811 457	54 827	36 647

Fonte: DGEG

3.3. Saldos energéticos por NUTs II

De seguida apresentam-se os saldos energéticos sintéticos por NUTs II ao nível de Portugal Continental (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve). Para uma análise completa dos saldos consulte o Anexo 6 desta publicação.

Tab. 3 Saldo energético por NUTs II (tep)

		2015	2016	% 2016/_15	2017	% 2017/_16
Norte	Produção	1 765 990	2 283 424	29,3	1 775 278	-22,3
	Consumo	5 334 433	5 008 215	-6,1	5 214 172	4,1
	Saldo Energético	-3 568 442	-2 724 792	23,6	-3 438 894	-26,2
Centro	Produção	2 301 305	2 605 731	13,2	2 921 387	12,1
	Consumo	5 861 086	5 921 402	1	6 425 996	8,5
	Saldo Energético	3 559 781	-3 315 671	6,9	-3 504 609	-5,7
Lisboa	Produção	681 341	641 136	-5,9	611 190	-4,7
	Consumo	3 809 882	3 791 500	-0,5	3 852 917	1,6
	Saldo Energético	-3 128 541	-3 150 364	-0,7	-3 241 726	-2,9
Alentejo	Produção	1 419 294	1 216 190	-14,3	1 330 751	9,4
	Consumo	5 036 458	4 856 301	-3,6	5 177 423	6,6
	Saldo Energético	-3 617 164	-3 640 111	-0,6	-3 846 673	-5,7
Algarve	Produção	75 025	80 001	6,6	81 733	2,2
	Consumo	674 670	667 734	-1	701 894	5,1
	Saldo Energético	-599 645	-587 733	2	-620 161	-5,5

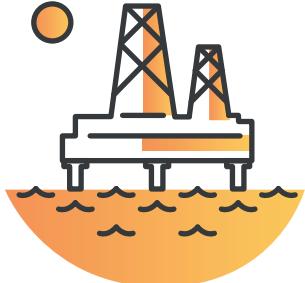
Fonte: DGEG

4



Fatura
energética

4. Fatura energética



Em 2018, **20%** das importações de petróleo bruto (em toneladas) provinham da Rússia; Angola foi o 2º país fornecedor com **16%**.

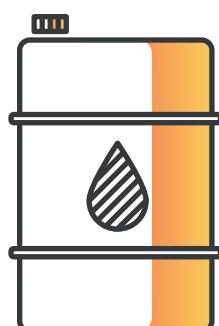
Em 2018, **63%** das importações líquidas de gás natural (em Nm³) foram transportadas por barco e **37%** por gasoduto. O principal fornecedor de gás natural foi a Nigéria, com **41%** do total importado.



A Colômbia tem sido o principal fornecedor de carvão; em 2018, **83%** do total do carvão importado (em toneladas) era proveniente deste país.

Em 2018, o gasóleo representava **20%** dos produtos do petróleo exportados, e a gasolina **25%**.

Os mercados de Espanha e de Marrocos foram responsáveis respetivamente por **23%** do total de gasóleo exportado. **88%** do total de gasolina exportada teve por destino os EUA.



4. Fatura energética

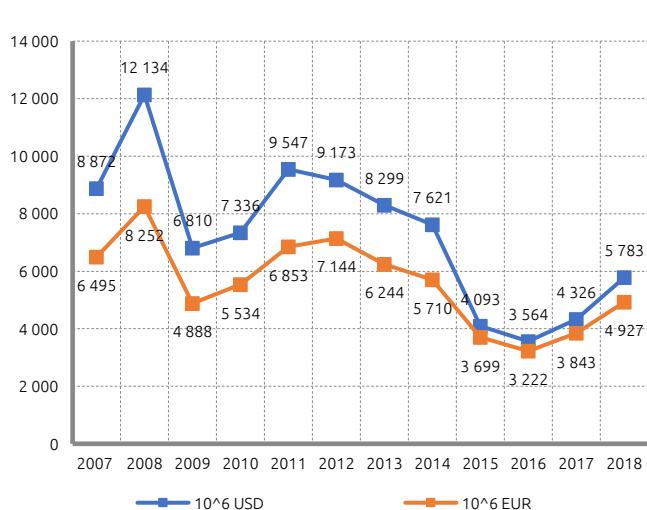
4.1. Evolução do saldo importador

Em 2018, o saldo importador de produtos energéticos foi de 4 927 milhões de euros o que, face a 2017, representou um agravamento de 28,2% em euros e de 33,7% em dólares.

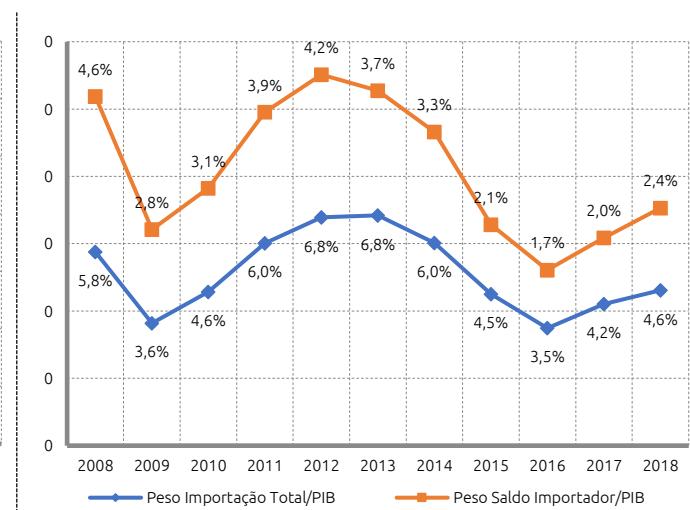
Tab. 4 Evolução do saldo importador de produtos energéticos (2016 a 2018).

	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
10 ⁶ USD	3 564	4 326	21,4	5 783	33,7
10 ⁶ €	3 222	3 843	19,3	4 927	28,2

Fonte: DGEG



Fonte: DGEG



Fonte: DGEG

Na Tab. 5 apresenta-se a desagregação do saldo importador, com destaque para os respetivos fluxos físicos e monetários que o compõem.

Tab. 5 Saldo importador de produtos energéticos - Importação/Exportação

Rúbricas	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
1. IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO E REFINADOS	10 ³ t	17 676	17 431	-1,4	16 106	-7,6
	10 ⁶ €	5 123	6 255	22,1	7 345	17,4
1.1. PETRÓLEO BRUTO	10 ³ t	14 219	13 823	-2,8	12 606	-8,8
	10 ⁶ €	3 985	4 779	19,9	5 566	16,5
1.2. REFINADOS	10 ³ t	3 457	3 608	4,4	3 499	-3,0
	10 ⁶ €	1 138	1 476	29,7	1 779	20,5

Rúbricas	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
2. IMPORTAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA ⁽¹⁾	GWh	1 974	3 072	55,6	2 995	-2,5
	10 ⁶ €	88	168	90,0	175	4,1
3. IMPORTAÇÃO DE CARVÃO	10 ³ t	5 100	5 905	15,8	4 696	-20,5
	10 ⁶ €	264	448	69,6	378	-15,6
5. IMPORTAÇÃO DE BIOMASSA ⁽²⁾ E OUTROS	10 ³ t	275	251	-8,9	194	-22,5
	10 ⁶ €	23	22	-5,2	21	-2,2
6. IMPORTAÇÃO DE GÁS NATURAL	GWh	58 059	68 058	17,2	65 680	-3,5
	10 ⁶ €	976	1 265	29,6	1 373	8,6
7. IMPORTAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL	10 ³ t	29	22	-21,8	11	-49,7
	10 ⁶ €	35	26	-27,2	11	-56,1
8. IMPORTAÇÃO TOTAL (1+2+3+4+5+6+7)	10 ⁶ €	6 510	8 184	25,7	9 304	13,7
9. EXPORTAÇÃO DE REFINADOS	10 ³ t	8 326	9 082	9,1	7 561	-16,7
	10 ⁶ €	2 834	3 893	37,4	3 905	0,3
10. (RE)EXPORTAÇÃO DE CARVÃO	10 ³ t	217	210	-3,5	191	-9,0
	10 ⁶ €	16	21	32,2	22	4,1
11. EXPORTAÇÃO DE BIOMASSA ⁽²⁾ E OUTROS	10 ³ t	641	593	-7,5	590	-0,5
	10 ⁶ €	80	75	-5,9	76	0,4
12. EXPORTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ⁽¹⁾	GWh	7 057	5 753	-18,5	5 651	-1,8
	10 ⁶ €	260	299	15,2	316	5,6
13. (RE)EXPORTAÇÃO DE GÁS NATURAL	GWh	2 754	61	-97,8	86	41,7
	10 ⁶ €	55	2	-96,9	2	31,1
14. EXPORTAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL	10 ³ t	59	63	7,4	77	22,0
	10 ⁶ €	44	51	17,9	56	9,5
15. EXPORTAÇÃO TOTAL (9+10+11+12+13+14)	10 ⁶ €	3 288	4 341	32,0	4 377	0,8
16. SALDO IMPORTADOR (8-15)	10 ⁶ €	3 222	3 843	19,3	4 927	28,2

Fonte: DGEG - Sistema Estatístico do Petróleo, Carvão e Gás Natural

(1) INE - Comércio Internacional de Bens (CI)

(2) INE - Comércio Internacional de Bens (CI) - Capítulo 44 (Madeira, carvão vegetal e obras de madeira)

4.2. Importação de produtos energéticos

No que se refere aos preços médios de importação dos produtos energéticos e face ao ano anterior, a tabela seguinte é demonstrativa do aumento generalizado dos preços, à exceção do preço do biocombustível.

Tab. 6 Preços médios de importação

	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Petróleo bruto	€/t	280,24	345,72	23,4	441,57	27,7
Gás Natural	€/kwh	0,017	0,019	10,5	0,021	12,5
Hulha	€/t	51,12	75,42	47,5	79,86	5,9
Coque e Antracite	€/t	298,30	313,29	5,0	333,19	6,4
Biomassa	€/t	83,02	86,46	4,1	109,09	26,2
Energia elétrica	€/kwh	0,045	0,055	22,1	0,058	6,8
Biocombustível	€/ton	1233,67	1149,36	-6,8	1004,25	-12,6

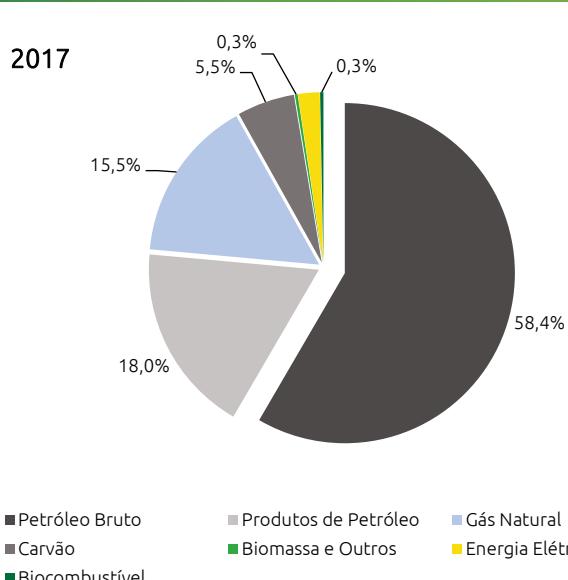
Fonte: DGEG

Tab. 7 Preços Médios de Importação de Produtos Refinados

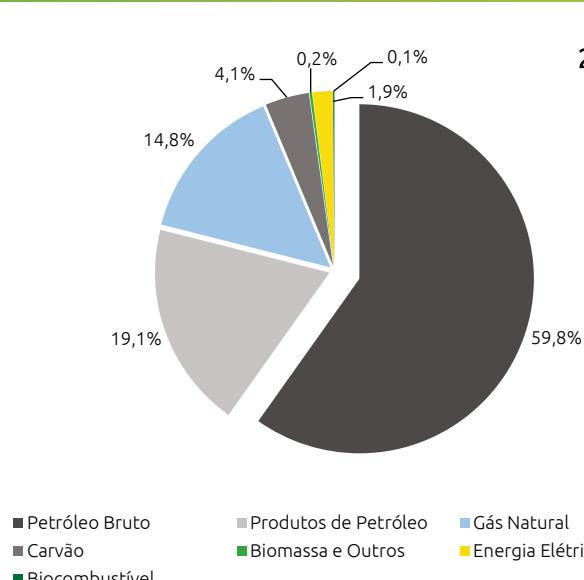
Produtos Refinados	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
GPL	€/ton	402,44	518,63	28,9	582,64	12,3
Gasolinas	€/ton	847,39	890,19	5,1	983,05	10,4
Gasóleos	€/ton	377,66	465,59	23,3	548,35	17,8
Jets	€/ton	590,56	479,29	-18,8	717,85	49,8
Fuelóleo	€/ton	239,51	301,72	26,0	359,92	19,3
Lubrificantes	€/ton	1 545,60	1 689,08	9,3	1 872,15	10,8
Nafta Química	€/ton	342,36	440,34	28,6	473,01	7,4
Asfaltos	€/ton	191,88	277,30	44,5	351,03	26,6
Coque de Petróleo	€/ton	43,91	71,23	62,2	82,43	15,7

Fonte: DGEG

Em 2018, na estrutura de importação (em euros, apresentada na Tab. 6), destaca-se o petróleo bruto (59,8%) e os produtos de petróleo (19,1%). O gás natural e carvão representaram 14,8% e 4,1%, respetivamente. Face a 2017, a dependência externa registou um agravamento de 2,5 p.p. relativamente ao petróleo bruto e produtos de petróleo.



Fonte: DGEG
Fig. 37 Estrutura da importação, em Euros, de produtos energéticos em 2017



Fonte: DGEG
Fig. 38 Estrutura da importação, em Euros, de produtos energéticos em 2018

4.3. Exportação de produtos energéticos

Em 2018, de acordo com a Tab. 8, registou-se uma subida generalizada de todos os preços de exportação, com exceção do gás natural (-7,5%), bicombustível (-5,6%) e gasolinas (-19,5%), Face a 2017.

Tab. 8 Preços médios de exportação

	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Gás Natural	€/kwh	0,020	0,028	39,7	0,026	-7,5
Carvão	€/t	72,22	98,96	37,0	113,21	14,4
Biomassa	€/t	125,04	127,16	1,7	128,34	0,9
Energia elétrica	€/kWh	0,037	0,052	41,3	0,056	7,5
Biocombustível	€/t	744,411	817,032	9,8	733,873	-10,2

Fonte: DGEG

Tab. 9 Preços médios de exportação de produtos refinados

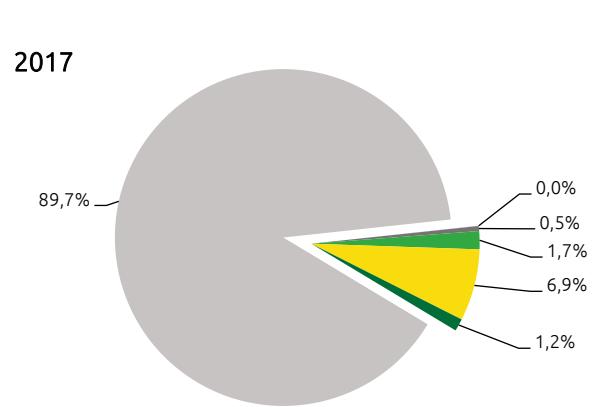
Produtos Refinados	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
GPL	€/t	349,75	454,85	30,0	505,69	11,2
Gasolinas	€/t	404,16	676,34	67,3	543,16	-19,7
Gasóleos	€/t	359,60	436,57	21,4	530,87	21,6
Jets	€/t	430,67	517,62	20,2	629,56	21,6
Fuelóleo	€/t	194,78	268,21	37,7	331,29	23,5

Produtos Refinados	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Lubrificantes	€/t	769,73	810,61	5,3	856,93	5,7
Nafta Química	€/t	432,44	479,49	10,9	565,07	17,8
Asfaltos	€/t	172,89	240,01	38,8	286,47	19,4

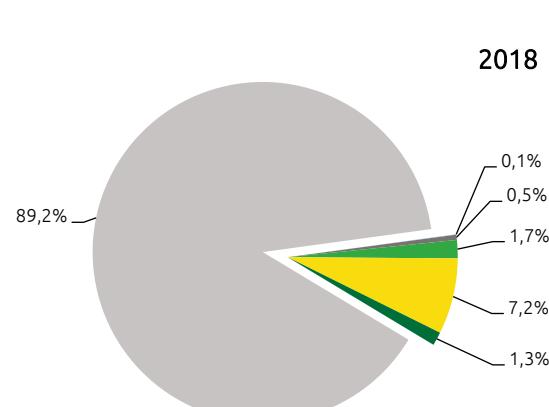
Fonte: DGEG

Em termos de estrutura de exportação, em 2018, os produtos refinados foram os que mais contribuíram para a exportação (Fig. 39) Fonte: DGEG

Fig. 39 e Fig. 40), representando 89,2% do total exportado, verificando-se uma ligeira redução face a 2017 (-0,5 p.p.).



Fonte: DGEG
Fig. 39 Estrutura da exportação, em Euros, de produtos energéticos, em 2017



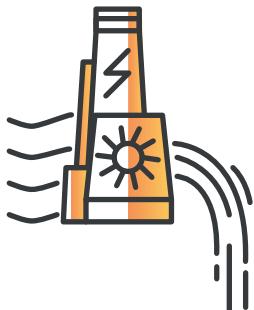
Fonte: DGEG
Fig. 40 Estrutura da exportação, em Euros, de produtos energéticos em 2018

5



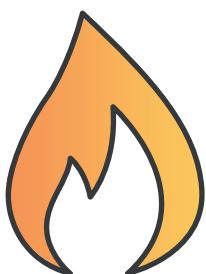
Produção
doméstica e
transformação

5. Produção doméstica e transformação



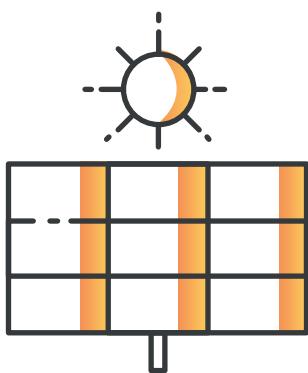
Em 2017, a produção hidroelétrica foi **656 ktep**, menos **55%** que a produção do ano anterior e a mais baixa desde 2010.

Em 2017, a energia eólica foi responsável por **58%** da produção doméstica de eletricidade.



Em 2017, na transformação do gás natural para novas formas de energia, **60%** foi para a produção de eletricidade.

Entre 2008 e 2018, a potência instalada do solar fotovoltaico aumentou **11** vezes, e em 2018, apenas diferia **172 MW** da potência instalada da biomassa.



5. Produção doméstica e transformação

A **produção doméstica de energia**, corresponde a toda a energia extraída e utilizável de recursos naturais do País. Estes recursos tanto podem ter proveniência de minas de carvão, jazigos de petróleo ou gás natural, biomassa, centrais hídricas, eólicas, fotovoltaicas, fabrico de biocombustíveis, etc.

Uma forma energética produzida a partir de outra, não é considerada **produção doméstica**, mas sim **transformação**. É o caso da produção de eletricidade a partir do carvão, do petróleo, do gás natural, da biomassa, etc.

5.1. Produção doméstica

A produção doméstica de energia, ou seja, a energia que é produzida a partir de fontes endógenas é dominada pela biomassa e eletricidade.

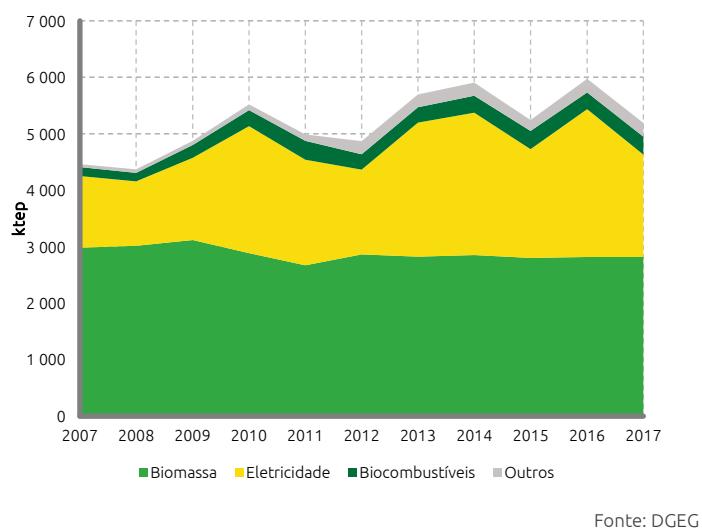


Fig. 41 Produção doméstica de energia

Outros, engloba solar térmico, resíduos não renováveis e geotermia de baixa entalpia, que no seu conjunto, em 2017, representaram 5% da produção doméstica.

Em 2017, a principal fonte endógena para a produção doméstica de energia, foi a biomassa com uma contribuição de 54% do total da produção (Fig. 41).

A eletricidade, foi a segunda fonte endógena com 35%. Este valor foi bastante baixo devido à fraca produção hídrica.

Os biocombustíveis nos últimos anos têm representado cerca de 6% da produção doméstica.

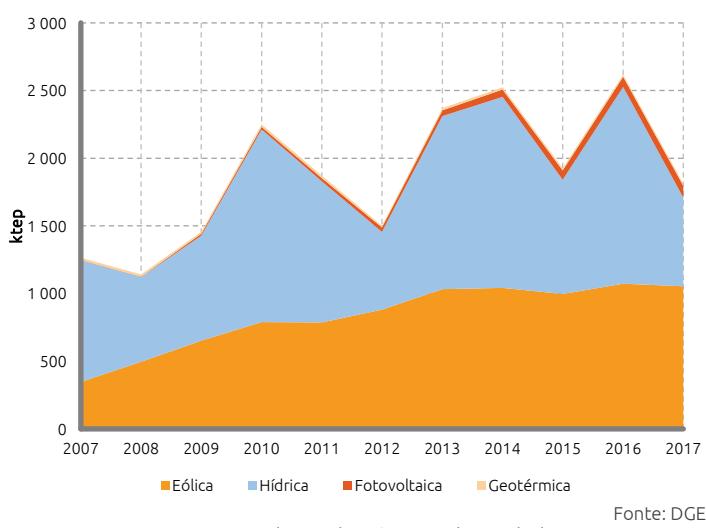


Fig. 42 Produção doméstica - eletricidade

A produção de eletricidade é maioritariamente proveniente da hídrica e eólica, com cerca de 95% do total. A produção de eletricidade proveniente do solar, tem vindo a crescer de forma significativa, representando em 2017 cerca de 5% (Fig. 42).

A eletricidade produzida por geotermia, tendo um peso baixo no contexto nacional (inferior a 1%), assume particular relevância na Região Autónoma dos Açores, onde assegura cerca de 30% do consumo final de eletricidade desta Região Autónoma.

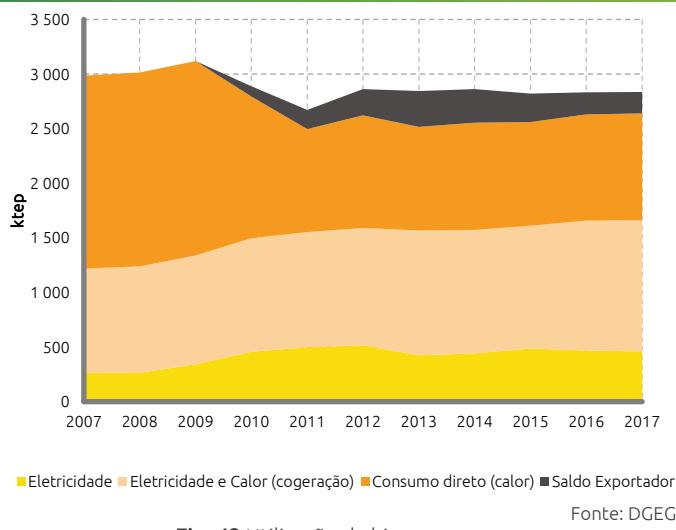


Fig. 43 Utilização da biomassa

Nos últimos anos (Fig. 43), verifica-se que cerca de 57% da biomassa é utilizada para transformação em centrais termoelétricas (térmicas dedicadas, cogeração e outras).

Cerca de 34% do total de biomassa endógena é utilizada diretamente para produção de calor, maioritariamente no setor residencial.

Cerca de 9% da biomassa é exportada sob a forma de pellets e briquetes.

5.2. Transformação

A transformação de energia ocorre sobretudo em dois grandes processos industriais: refinação e produção de eletricidade em centrais termoelétricas, incluindo cogerações.

5.2.1. Consumo para transformação

Nos gráficos que se seguem, caracteriza-se o consumo das diversas formas de energia na sua transformação.

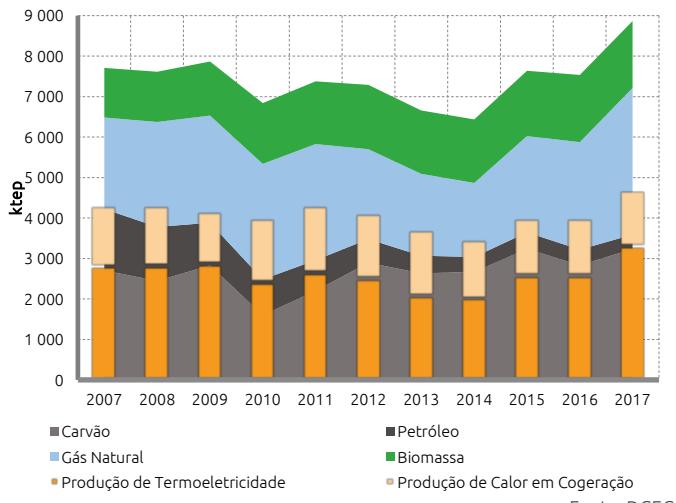


Fig. 44 Transformação para a produção de eletricidade

O ano de 2017 foi particularmente seco, provocando um aumento da utilização de gás natural e carvão. A intensidade da utilização destas formas energéticas depende dos anos hidrológicos (Fig. 44).

A utilização do petróleo para a produção de eletricidade está em declínio. É utilizado com maior preponderância nas regiões autónomas.

Nos últimos 10 anos, a utilização da biomassa nas centrais termoelétricas e cogeração teve um aumento de 34%.

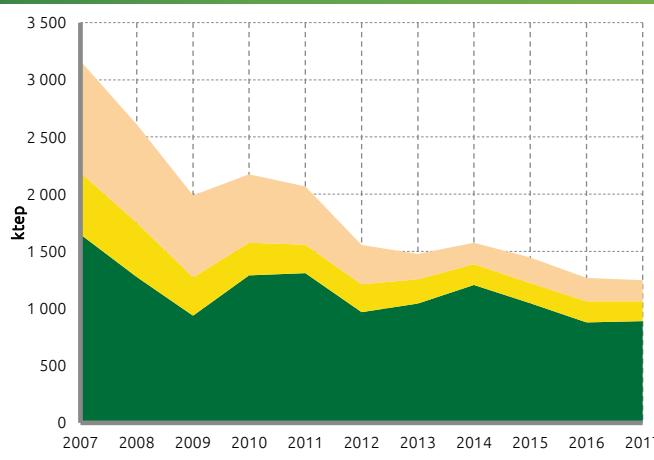


Fig. 45 Transformação de derivados do petróleo

Fonte: DGEG

A utilização de derivados de petróleo como matéria-prima, na indústria petroquímica, é a principal transformação associada a esta forma energética (Fig. 45).

O consumo dos derivados do petróleo para a produção de eletricidade, cogeração incluída, tem vindo a ser substituído sobretudo pelo gás natural.

As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são as principais utilizadoras do gasóleo e fuelóleo, na produção de eletricidade.

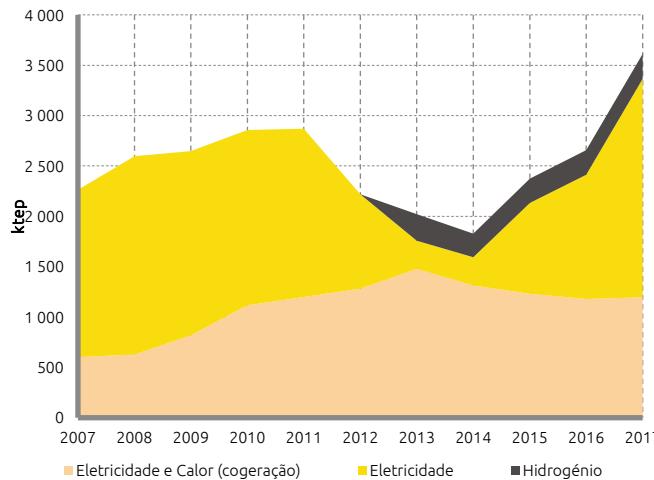


Fig. 46 Transformação do gás natural

Fonte: DGEG

A utilização do gás natural, para a produção de energia eléctrica em centrais dedicadas, está muito dependente da falta de produção hídrica (Fig. 46).

O consumo de gás natural, em regime de cogeração, tem-se mantido estável nos últimos três anos.

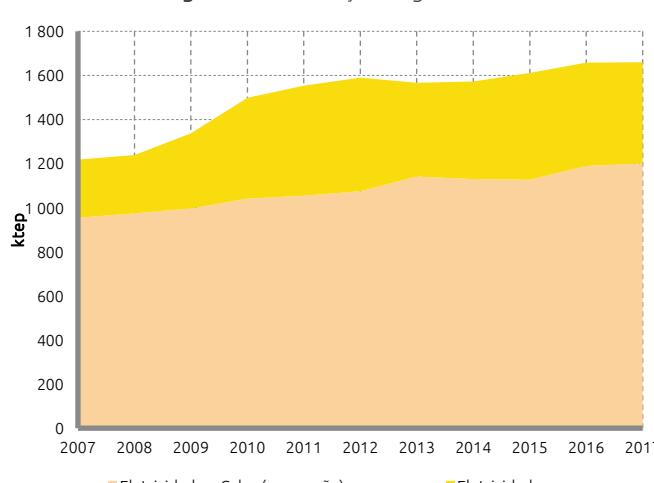


Fig. 47 Transformação da biomassa

Fonte: DGEG

A utilização de biomassa na produção de eletricidade em centrais termoelétricas (cogeração incluída) cresceu 34% nos últimos dez anos.

Nas centrais dedicadas, o crescimento foi mais acentuado neste período, cerca de 74%.

5.2.2. Produção a partir de fontes primárias

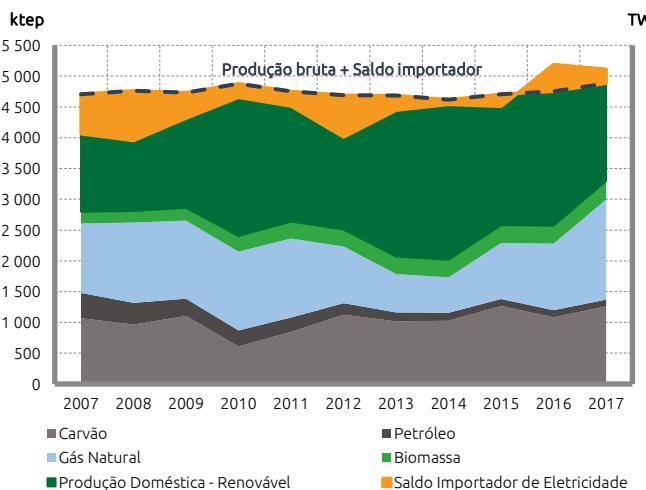


Fig. 48 Produção de eletricidade

Fonte: DGEG

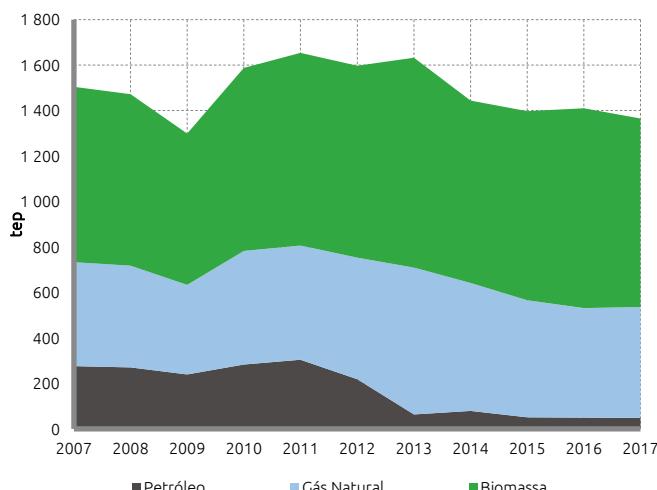
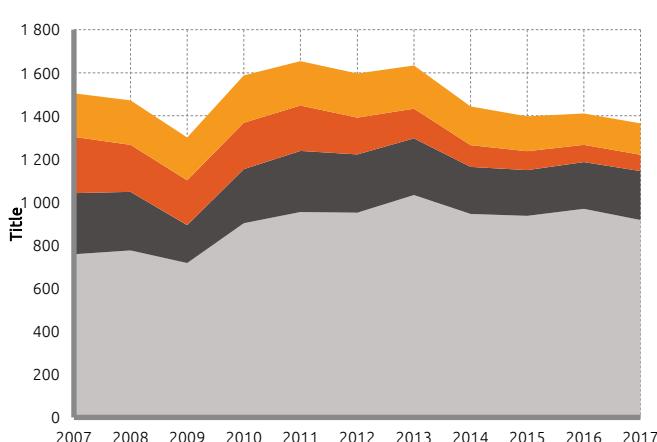


Fig. 49 Produção de calor em cogeração

Fonte: DGEG



■ Pasta e papel ■ Refinaria de Petróleo ■ Químicas, Plásticos e Borracha ■ Restantes setores

Fig. 50 Calor da cogeração nos principais setores económicos

Fonte: DGEG

A produção de eletricidade em centrais térmicas, nos últimos dez anos, tem oscilado entre 44% a 71% da produção bruta. Esta variação é fortemente influenciada pela disponibilidade de produção de hidroeletricidade.

Em 2016 e 2017, a produção de eletricidade foi superior ao consumo nacional, tendo-se verificado a inversão do saldo importador de eletricidade.

A produção de calor em regime de cogeração utiliza a biomassa como principal forma de energia primária, cuja contribuição corresponde a cerca de 60%.

Nos últimos anos, a utilização do petróleo para a cogeração tem sido inferior a 6%, em parte devido à substituição pelo gás natural, cuja contribuição é cerca de 34%.

Cerca de dois terços do consumo de calor produzido em regime de cogeração é utilizado no setor da pasta (celulose) e papel. Neste setor, a principal forma de energia primária utilizada nesta transformação é a biomassa.

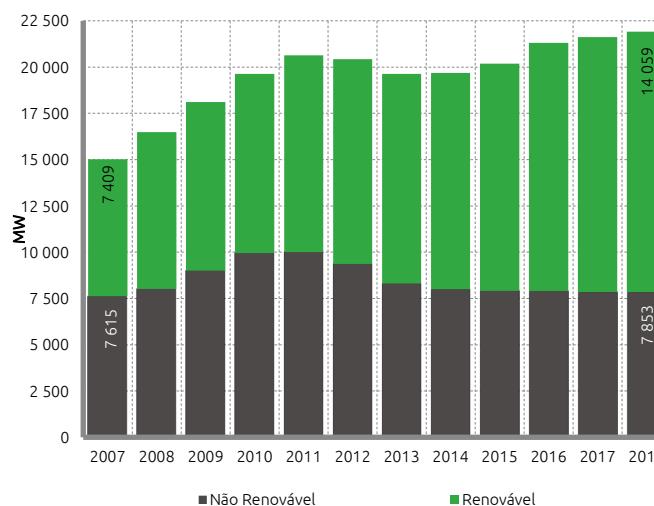
A refinação do petróleo é responsável por 17% desta forma de energia.

As indústrias químicas, dos plásticos e da borracha, são responsáveis por cerca de 6% do calor produzido em regime de cogeração.

Nos restantes setores, encontram-se as indústrias da alimentação e bebidas, dos minerais não metálicos, da madeira, têxteis, vestuário, calçado, curtumes e serviços, totalizando 11%.

5.3. Potência instalada

Desde 2007 a potência instalada subiu 6,9 GW, sobretudo em centrais de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis.

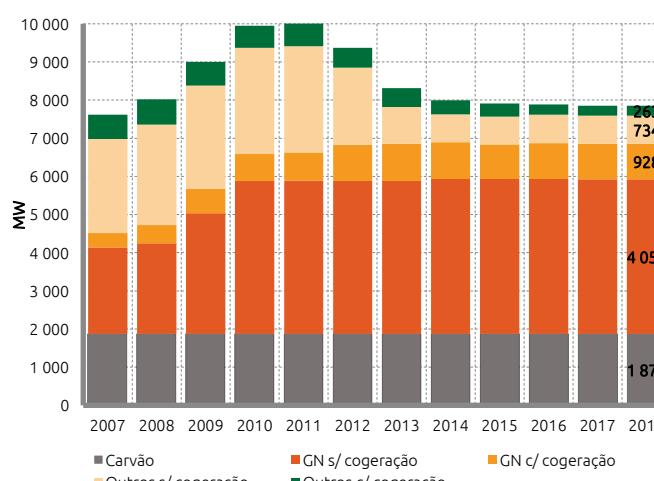


Fonte: DGEG

Fig. 51 Potências instaladas para produção de eletricidade

Desde 2007, a potência instalada para produção de energia elétrica cresceu cerca de 46% (Fig. 51).

Em igual período a potência instalada das centrais de produção de eletricidade não renovável aumentou 3,1%, enquanto a potência instalada das centrais de produção de eletricidade renovável aumentou 89,7%.



Fonte: DGEG

Fig. 52 Potência instalada - não renovável

Entre 2011 e 2014 ocorreu o descomissionamento de centrais a fuel totalizando cerca de 2,3 GW.

A potência instalada das centrais a gás natural (GN), cresceu 2,1 GW nos últimos dez anos.

Neste período, as instalações de cogeração a GN, cresceram 290 MW.

Desde 2007 as instalações fotovoltaicas passaram de uma potência residual para 689 MW. A potência instalada da biomassa cresceu 90% no mesmo período. No último ano 62,9% da potência destas instalações funcionou em regime de cogeração (Fig. 53).

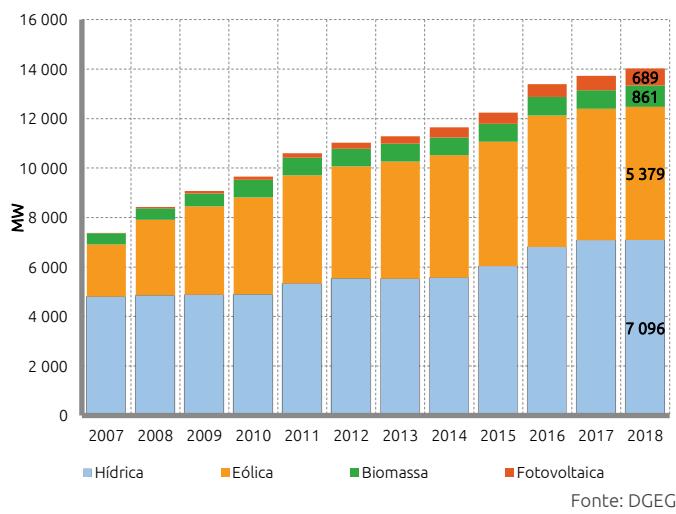


Fig. 53 Potência instalada - renovável

Neste período, as centrais eólicas tiveram um crescimento de 155%.

Em 2018, cerca de 39% da potência instalada em centrais hídricas tinha capacidade de produção em bombagem. Cerca de 6% do total da potência instalada encontrava-se em pequenas centrais hídricas (com potência inferior a 10 MW).

Desde 2007, a potência instalada hídrica subiu cerca de 48%.

Nota: A potência elétrica geotérmica, não se encontra representada, devido à reduzida dimensão do valor, sendo de 34MW em 2018.

6



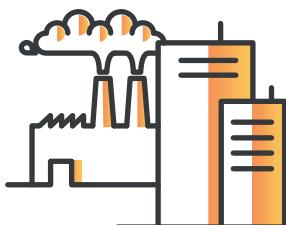
Consumo de
energia

6. Consumo de energia



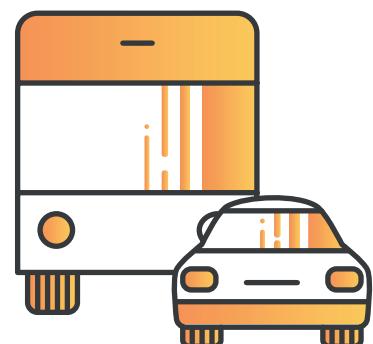
Em 2017, o Consumo Final de energia aumentou 1,4% face a 2016, situando-se nos **15 302 ktep.**

Em 2017, existiam cerca de **10,30M** de habitantes em Portugal, representando uma redução de 1% face a 2016 e de 2,5% face a 2007.



Do setor industrial faziam parte **68 617** empresas em 2017, representando um aumento de 1% face a 2016 e uma redução de 20% face a 2007. O setor do comércio e serviços contava com **1,06M** empresas em 2017, representando um aumento de 4% face a 2016 e uma redução de 3% face a 2007.

Os transportes nacionais representavam 38% do consumo final em 2017, sendo que os transportes rodoviários representam **95%** deste valor.



6. Consumo de energia

No presente capítulo, apresenta-se a evolução dos consumos, desagregados por forma de energia e setor económico. Embora sejam apresentados os consumos relativos aos transportes marítimos internacionais e aviação internacional, estes valores não são incluídos no consumo final de energia.

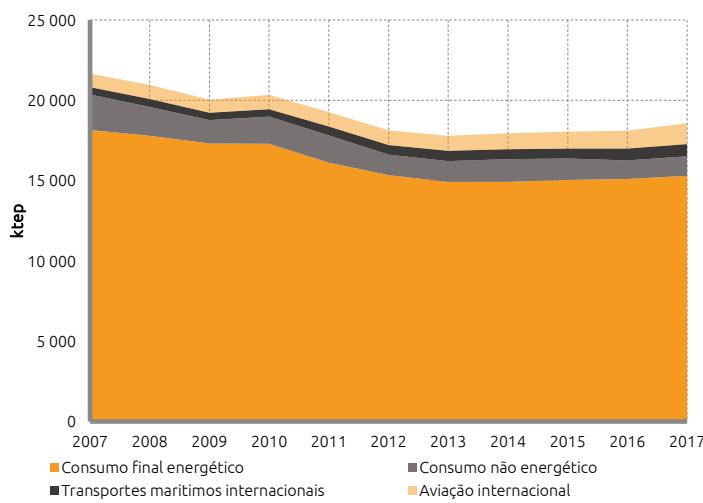


Fig. 54 Consumo de energia

O consumo final para fins energéticos caiu 15,7%, no período 2007 a 2017 (Fig. 54).

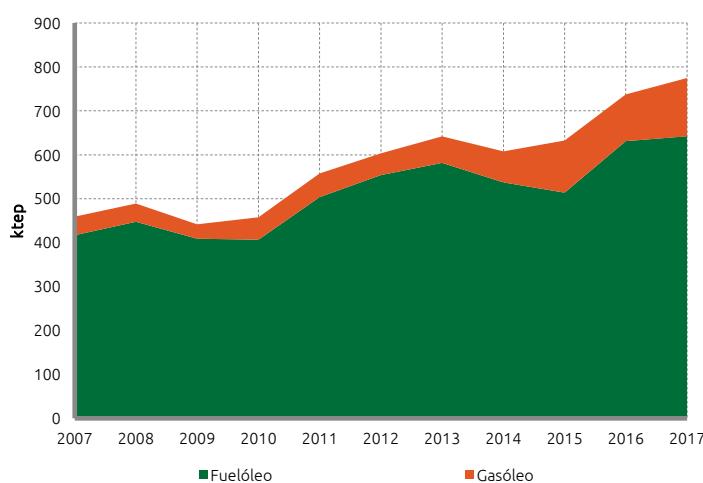
O consumo de derivados de petróleo utilizados para fins não energéticos caiu 45,7%, no mesmo período.

Os consumos energéticos associados aos transportes marítimos internacionais e à aviação internacional subiram 68,9% e 51,7%, respetivamente, no mesmo intervalo temporal.

Fonte: DGEG

6.1. Transportes marítimos internacionais

O consumo em transportes marítimos internacionais corresponde ao abastecimento de embarcações utilizadas em transporte cujo destino imediato é um porto num país estrangeiro. Excluem-se as embarcações militares e de pesca, independentemente da nacionalidade.



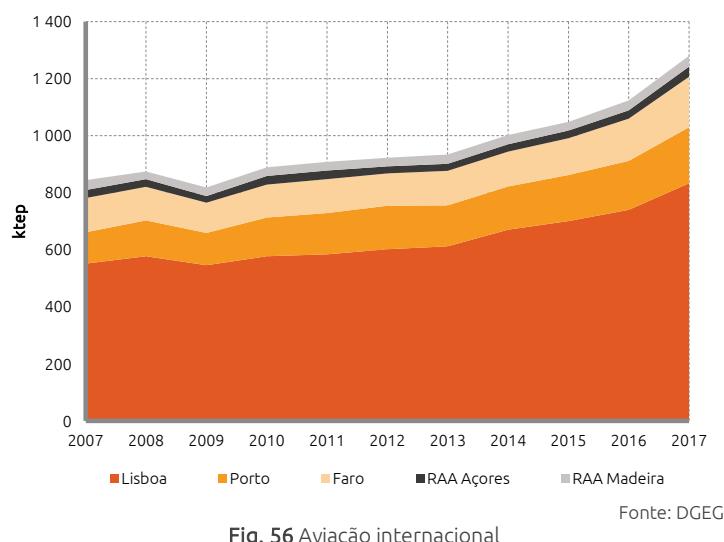
De 2007 a 2017, o consumo do gasóleo (*marine diesel*) e fuelóleo nos transportes marítimos internacionais, cresceu 115% e 54%, respetivamente (Fig. 55).

Fonte: DGEG

Fig. 55 Transportes marítimos internacionais

6.2. Aviação internacional

A aviação internacional corresponde a toda a aviação civil que tem como destino imediato um aeroporto num país estrangeiro.



O consumo de jet fuel na aviação internacional no período 2007 a 2017 cresceu 51,7%, tendo o aeroporto do Porto, registado o maior crescimento, cerca de 70% (Fonte: DGEG).

Fig. 56).

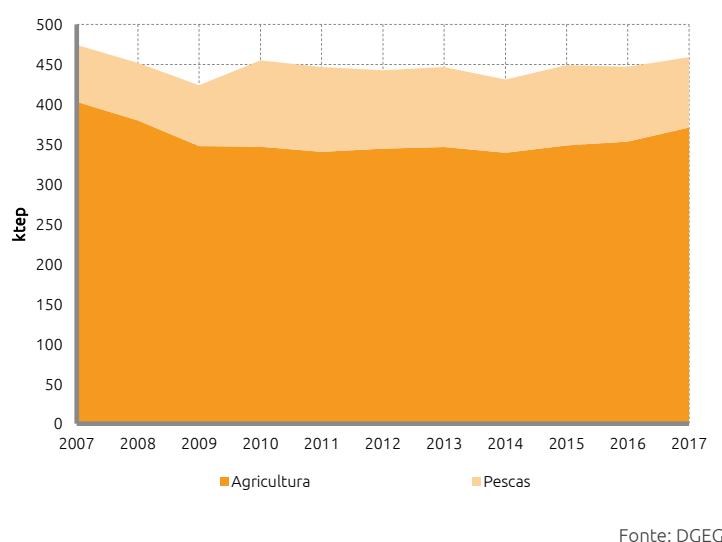
O aeroporto de Lisboa, no ano de 2017 representou cerca de 65% do consumo da aviação internacional. Neste ano, os consumos nos aeroportos do Porto e de Faro, representaram 15% e 14%, respetivamente. Os aeroportos das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira representaram 3% cada.

Verifica-se que o consumo de gasolina de aviação não tem expressão face ao consumo de *jet fuel*.

6.3. Consumo final de energia

6.3.1. Agricultura e Pescas

A forma energética predominante neste setor de atividade é o gasóleo, representando cerca de 80% do total do consumo (Fig. 57). Os restantes 20% são, na sua maioria, consumo de eletricidade.



Em 2017, o consumo energético na agricultura teve um aumento de cerca de 3%, enquanto o consumo energético no setor das pescas recuou cerca de 6% (Fig. 57).

A redução do consumo no setor das pescas surge em linha com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e Direção Geral de Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos, que apontam igualmente para uma redução total de pescado descarregado em lota de 5,9%.

De 2007 para 2009 ocorreu uma quebra acentuada (10,7%) no consumo energético do setor agrícola, que foi recuperada quase na totalidade de 2010 até 2017.

6.3.2. Indústria

O consumo na indústria, representado no gráfico da Fig. 58, inclui a indústria transformadora, a extrativa, construção e obras públicas. Exclui-se o consumo próprio das refinarias e das centrais termoelétricas, assim como o consumo de produtos utilizados em fins não energéticos.

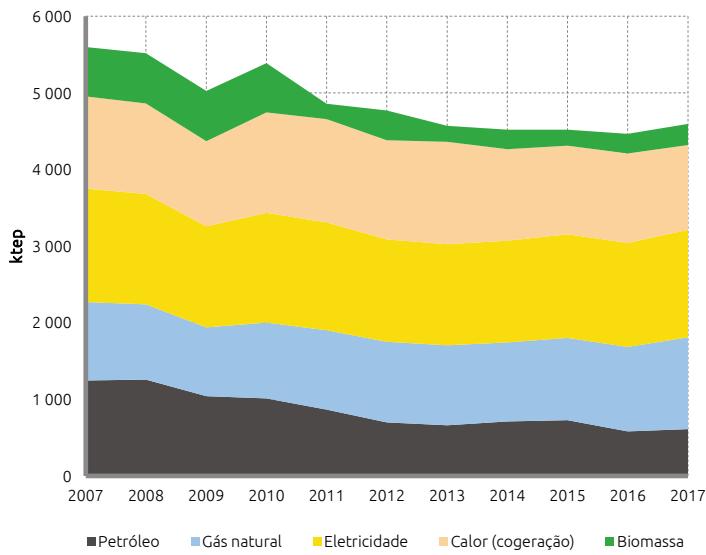


Fig. 58 Indústria

Fonte: DGEG

Nos últimos dez anos, o consumo energético na indústria diminuiu 20% (Fig. 58)². Neste período os produtos de petróleo, passaram de uma contribuição de 21% para 13%, enquanto o gás natural teve um comportamento inverso passando de 18% para 26%.

O consumo de eletricidade, em termos absolutos, tem-se mantido estável embora, em termos relativos, o seu contributo tenha aumentado.

Em 2017, este representou 30% do total de energia consumida, que compara com 26% em 2007. A contribuição do calor proveniente da cogeração tem oscilado entre os 21% e os 29%.

6.3.3. Transportes nacionais

No gráfico da Fig. 59, apresenta-se a evolução do consumo de energia nos transportes nacionais, no qual o transporte rodoviário representa 95% de todo o consumo.

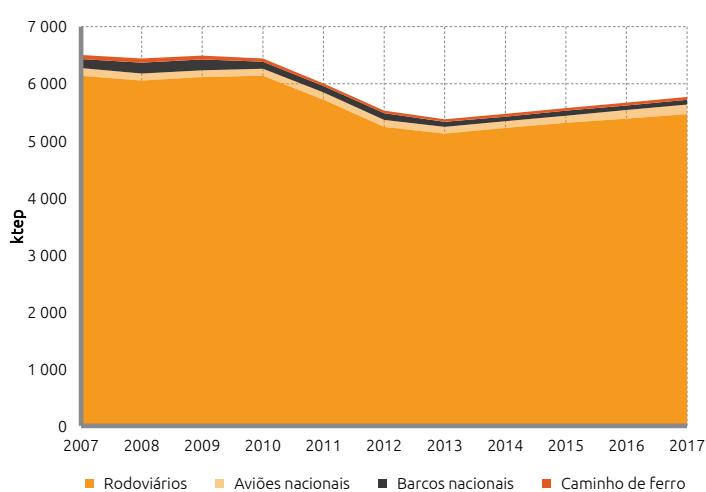


Fig. 59 Transportes nacionais

Fonte: DGEG

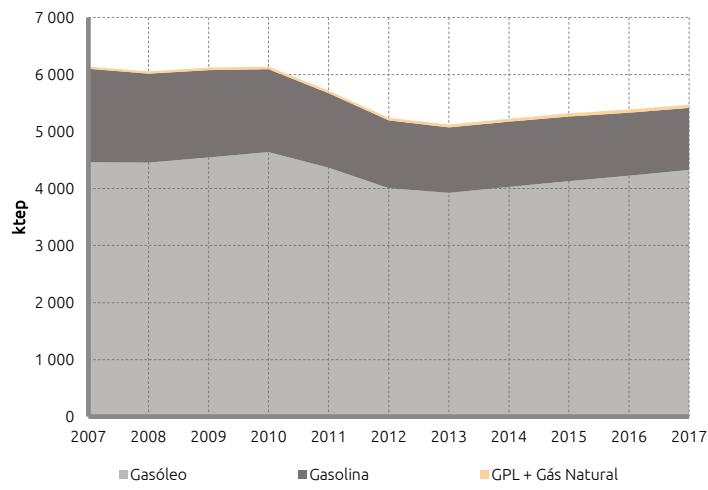
De 2007 para 2017, o consumo de energia nos transportes diminuiu cerca de 11%, devido principalmente à redução do consumo do transporte rodoviário particular.

De 2007 para 2013, o consumo neste setor caiu 17%, tendo recuperado 7% de 2013 para 2017.

²O consumo de biomassa inclui resíduos renováveis e não renováveis.

6.3.3.1. Transporte rodoviário

Nos últimos 25 anos, o peso do consumo do gasóleo nos transportes rodoviários aumentou de 50% para, quase, 80%. A gasolina, nesse período, teve uma evolução inversa, passando de um peso de 50% para 20%.



Fonte: DGEG

Fig. 60 Transporte rodoviário

De 2007 para 2017, o consumo de gasóleo utilizado no transporte rodoviário caiu 3% (Fig. 60).

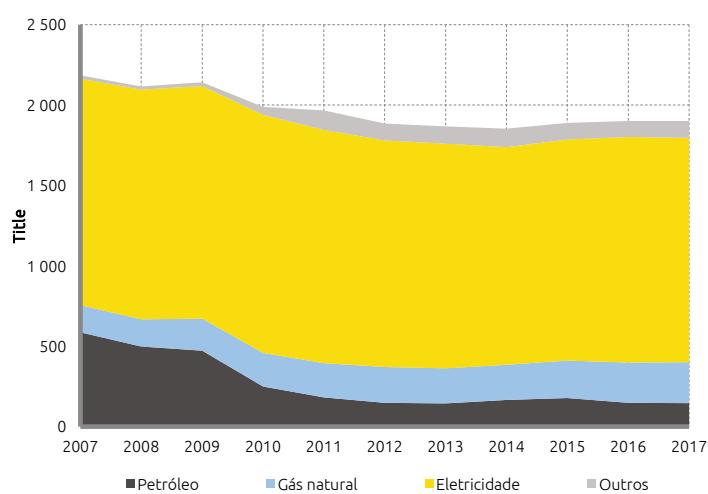
O consumo de gasolina no mesmo período caiu 10%, enquanto o GPL auto e o gás natural veicular, no seu conjunto, subiram 37%.

Em 2017, o peso do GPL auto e do gás natural no total dos transportes foi de 0,7% e 0,3%, respetivamente.

Nesse ano, o peso do consumo de eletricidade nos transportes rodoviários foi residual.

6.3.4. Serviços

Neste setor são incluídos os serviços públicos, serviços privados de saúde e educação, o comércio, a restauração, a hotelaria, a banca e seguros, etc. Nos últimos dez anos, o consumo energético neste setor caiu 10%.



Fonte: DGEG

Fig. 61 Serviços

À semelhança do que aconteceu na indústria, os produtos de petróleo passaram de uma contribuição de 27% em 2007 para 8% em 2017 (Fig. 61).

No sentido inverso, o gás natural evoluiu de uma contribuição de 8% para 13%.

A eletricidade em 2017 representou 73% de todo o consumo energético neste setor. O contributo de outras formas energéticas³ evoluiu de 1% em 2007, para 6% em 2017.

³ "Outros" engloba biomassa, solar térmico, geotermia e calor produzido em regime de cogeração.

6.3.5. Residencial

O consumo do setor doméstico ou residencial apresenta uma quebra de série em 2010, originada pelo Inquérito ao Consumo Energético do Setor Doméstico (ICESD) promovido conjuntamente pelo INE e DGEG.

O ICESD permitiu melhorar o conhecimento acerca do consumo de cada forma de energia, assim como da sua utilização. O inquérito anterior realizado a este setor ocorreu em 1996, o que originou que as estimativas de consumos realizadas, tendo por base esse ano, se afastassem do consumo real de uma forma proporcional ao tempo decorrido. Este inquérito também permitiu conhecer o consumo de gasóleo de aquecimento e GPL (butano e propano) deste setor.

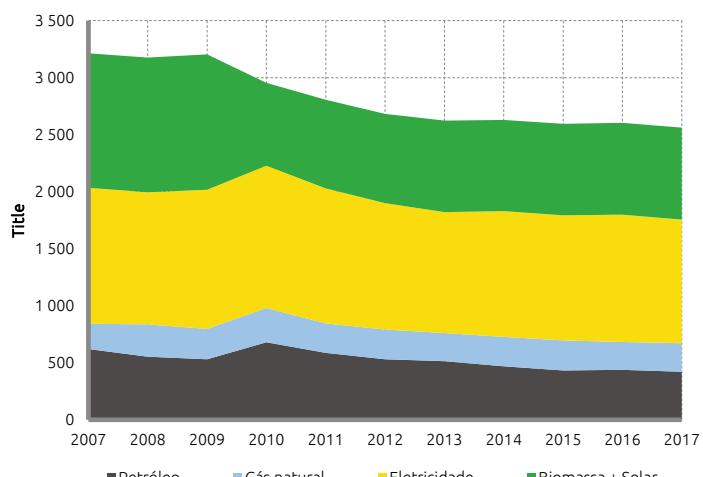


Fig. 62 Residencial

Fonte: DGEG

De 2010 para 2017, o consumo do setor residencial diminuiu 13%, assistindo-se a uma diminuição do consumo dos produtos de petróleo, maioritariamente, gasóleo de aquecimento e GPL, em que o consumo destes caiu 38% (Fig. 62).

No mesmo período, os consumos de gás natural e eletricidade diminuíram 16% e 13%, respetivamente.

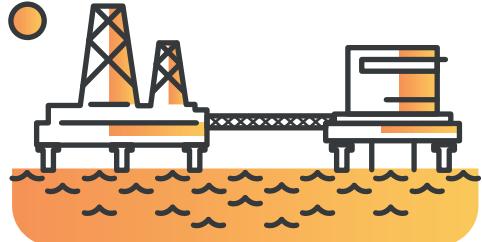
O consumo de energia proveniente de fontes renováveis, como é o caso da biomassa e solar térmico, cresceram 11%, no mesmo período.

7



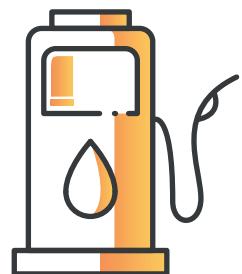
Preços

7. Preços



Em 2018, a cotação do Brent atingiu o valor médio de **60,21 €/barril**, representando, face a 2017, um aumento de **25,3%**.

Para o Gasóleo entre 2008 (1,260 €/litro) e 2018 (1,343 EUR/litro) o PMVP aumentou **6,6%**, a uma TCMA de 0,6%. No caso da Gasolina 95, entre 2008 (1,386 €/litro) e 2018 (1,537 €/litro) o aumento foi de **10,6%**, a uma TCMA de 1,0%.



Em 2018, a evolução dos preços médios da eletricidade ao consumidor final, no segmento doméstico em Portugal (preço com taxas), registou um aumento de **0,6%** e na Indústria manteve-se, face a 2017. Tendo por base as respetivas bandas de referência (DC e IC).

Em 2018, Os preços médios do gás natural ao consumidor final, no segmento doméstico (preço com taxas) em Portugal registaram uma redução de **1,9%** face a 2017, e na Indústria registaram um aumento de 3,5% face a 2017, para as respetivas bandas de referência (D2 e I3).



7. Preços

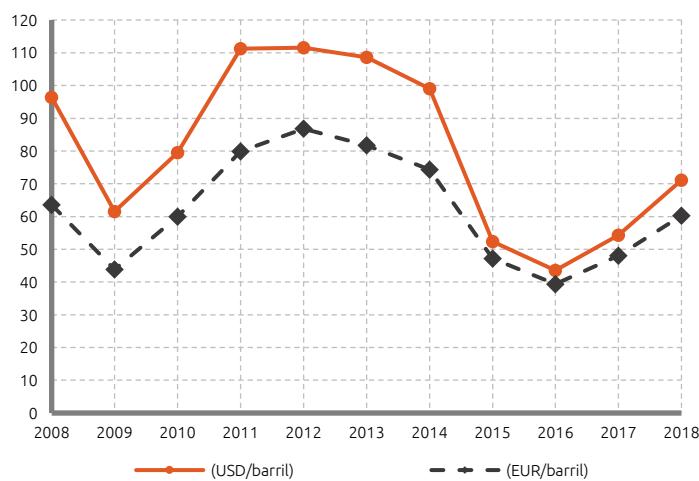
7.1. Evolução da cotação internacional do petróleo

Em 2018, a cotação do Brent atingiu o valor médio de 71,06 USD/barril (60,21 €/barril), representando, face a 2017, um aumento de 31,0% (+25,3%, em €/barril).

Tab. 10 Preço médio da cotação do Brent

Produto	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Petróleo Bruto	USD/barril	43,55	54,25	24,6	71,06	31,0
Petróleo Bruto	€/barril	39,38	48,05	22,0	60,21	25,3

Fonte: EIA



Fonte: EIA

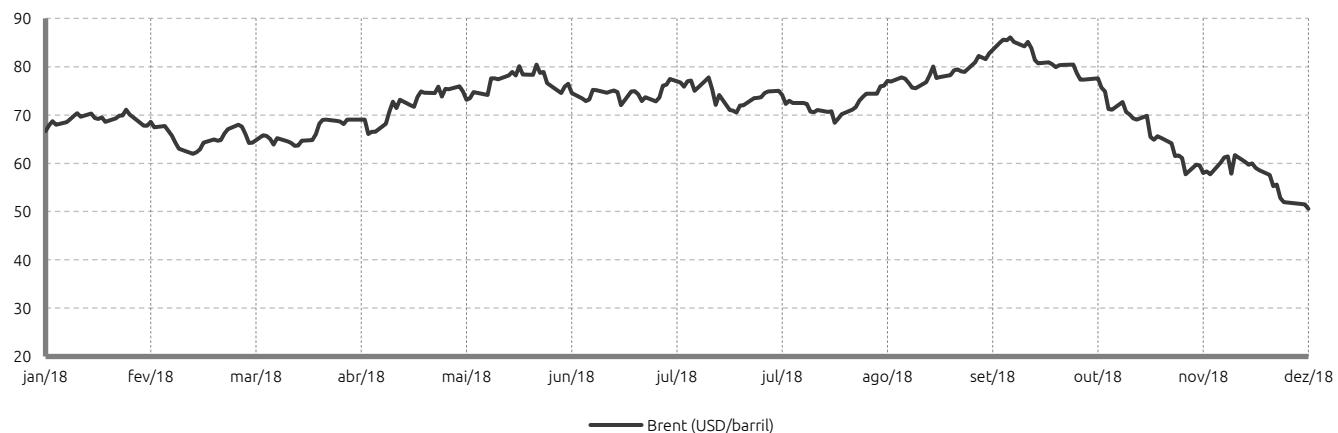
Fig. 63 Evolução do preço médio anual da cotação do Brent

No decorrer dos últimos anos, conforme ilustrado no gráfico da Fig. 63, verificou-se uma grande volatilidade no preço do Brent, tendo atingido o seu máximo histórico de 143,95 USD/barril no início de julho de 2008, versus 34,16 USD/barril, em dezembro do mesmo ano.

Progressivamente, a cotação do Brent inverteu a sua tendência ascendente, tendo atingido o seu mínimo, em janeiro de 2016 (26,01 USD/barril). Desde então, as cotações do Brent têm registado uma tendência de subida, com oscilações.

No período 2008-2018 verificou-se uma TCMA de -3,0% nos preços em USD enquanto que, em euros, foi de -0,5%.

Ao longo de 2018, o preço do Brent registou uma tendência de subida, tendo registado o valor máximo de 86,07 USD/barril em outubro e terminado com a cotação mais baixa do ano, 50,57 USD/barril em dezembro.



Fonte: EIA

Fig. 64 Evolução do preço diário do petróleo bruto, em 2018.

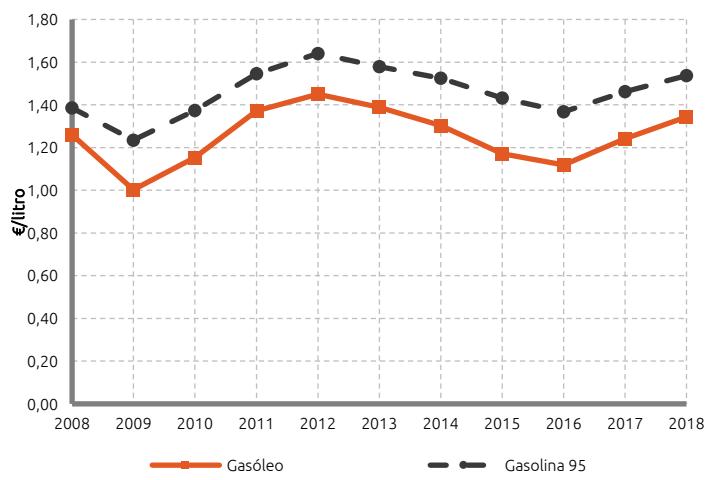
7.2. Preços médios dos combustíveis rodoviários em Portugal Continental

Relativamente aos preços médios de venda ao público dos combustíveis líquidos em Portugal Continental, em 2018, a totalidade dos combustíveis sofreu um aumento em relação a 2017, exceto a gasolina de mistura. Destaque para os principais produtos, como é o caso da gasolina simples 95, do gasóleo simples e do GPL Auto, cujos preços médios de venda ao público (PMVP) foram 1,537 €/litro (+5,1%), 1,343 €/litro (+8,1%) e 0,658 €/litro (+9,4%), respetivamente.

Tab. 11 Preços médios dos Combustíveis rodoviários em Portugal Continental

Produto	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Gasóleo Colorido	€/litro	0,734	0,807	9,9	0,899	11,4
Gasóleo de Aquecimento	€/litro	0,965	1,053	9,1	1,159	10,1
Gasóleo Especial	€/litro	1,178	1,278	8,5	1,388	8,6
Gasóleo simples	€/litro	1,119	1,242	11,0	1,343	8,1
Gasolina 98	€/litro	1,528	1,535	0,5	1,622	5,6
Gasolina de Mistura	€/litro	1,955	1,963	0,4	1,888	-3,8
Gasolina Especial 95	€/litro	1,399	1,480	5,8	1,575	6,4
Gasolina Especial 98	€/litro	1,595	1,640	2,8	1,721	4,9
Gasolina simples 95	€/litro	1,367	1,463	7,0	1,537	5,1
Gasolina substituta da super c/ chumbo	€/litro	1,552	1,586	2,2	1,642	3,5
GPL Auto	€/litro	0,545	0,602	10,4	0,658	9,4

Fonte: DGEG



Fonte: DGEG

Fig. 65 Evolução dos preços médios de venda ao público de combustíveis rodoviários em Portugal Continental.

Analisando a evolução dos preços médios de venda ao público dos dois principais combustíveis líquidos consumidos em Portugal Continental (Fig. 65), observa-se no caso do Gasóleo, que entre 2008 (1,260 €/litro) e 2018 (1,343 €/litro) o PMVP aumentou 6,6%, a uma TCMA de 0,6%.

No caso da gasolina 95, entre 2008 (1,386 €/litro) e 2018 (1,537 €/litro) o aumento foi de 10,6%, a uma TCMA de 1,0%.

Nas Fig. 66 e Fig. 67, apresentam-se a evolução anual da estrutura do preço médio de venda ao público da gasolina 95 e gasóleo rodoviário, em €/litro.

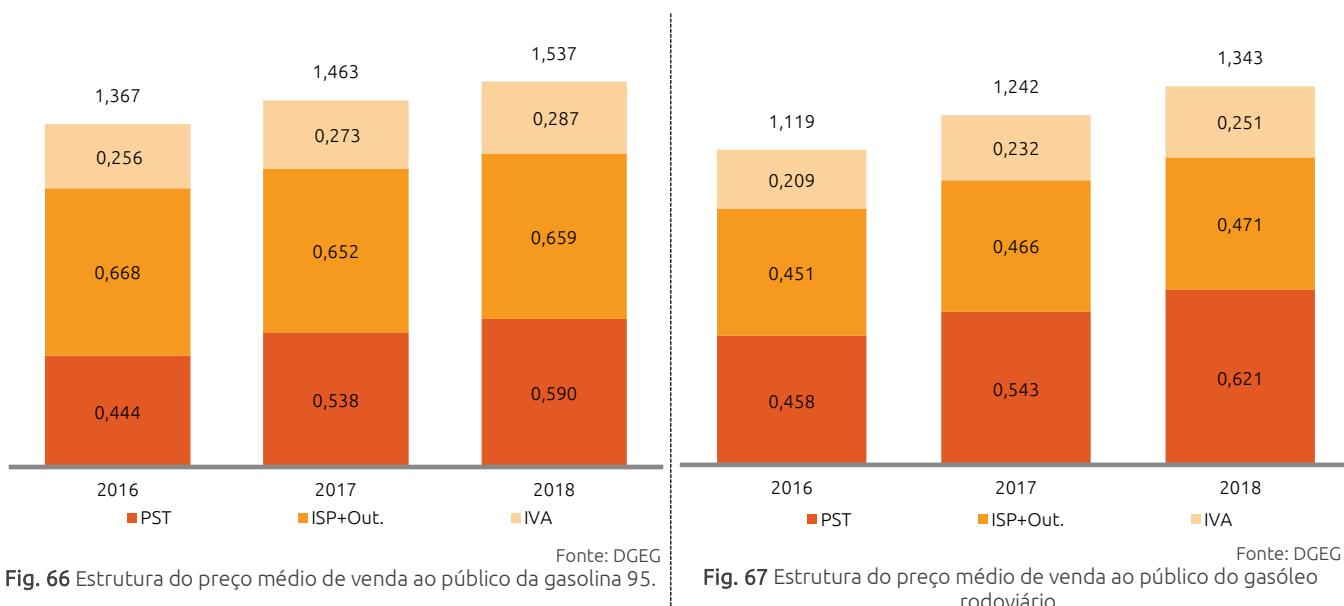


Fig. 66 Estrutura do preço médio de venda ao público da gasolina 95.

Fonte: DGEG
Fig. 67 Estrutura do preço médio de venda ao público do gasóleo rodoviário.

7.3. Comparativo UE-28

7.3.1. Gasolina 95

Em 2018, o preço médio sem taxas (PMST) em Portugal foi o 3.º mais alto da UE-28 (5,9% superior à média da UE-28), tendo Espanha ocupado a 2.º posição (+8,0% acima da média da UE-28).

Quanto ao PMVP, em 2018, Portugal foi superior em 7,8% face ao preço médio na UE-28 (1,431 €/litro), ocupando a 5.ª posição na UE-28, enquanto que Espanha ocupou a 18.ª posição (1,293 €/litro). Esta grande diferença deve-se à fiscalidade aplicada em Espanha, em que os impostos representaram 53,1% do PMVP, bastante inferior à média UE-28 (60,7%). Em Portugal os impostos representaram 61,4% do

PMVP.

Numa análise comparativa do PMVP na UE-28, o país com os preços mais baixos foi a Bulgária, com um PMVP de 1,098 €/litro, enquanto que os países que registaram os preços mais elevados foram a Holanda (1,625 €/litro), Itália (1,604 €/litro) e Grécia (1,597 €/litro). Entre os países com o preço mais reduzido e com o preço mais elevado verificou-se uma diferença de cerca de 53 cêntimos por litro.

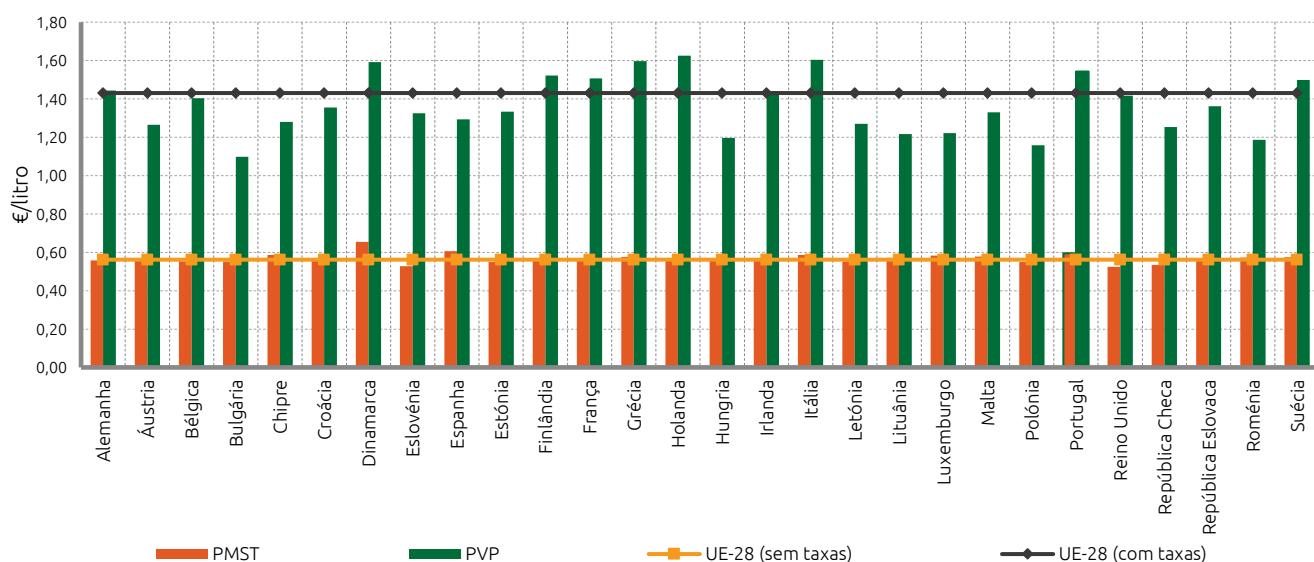


Fig. 68 Preço médio de venda ao público da gasolina 95 no conjunto dos países da UE-28 em 2018.

Fonte: CE

7.3.2. Gasóleo rodoviário

Em 2018, o PMST em Portugal foi o 10.º mais elevado da UE-28 (2,8% superior à média da UE-28), tendo Espanha ocupado a 7.ª posição (3,7% superior à média da UE-28).

Quanto ao PMVP, em 2018, Portugal foi superior em 0,6% face ao preço médio na UE-28 (1,339 €/litro), ocupando o 9.º lugar mais elevado da UE-28, enquanto que Espanha ocupou a 22.ª posição (1,206 €/litro). Mais uma vez, esta grande diferença deve-se à fiscalidade aplicada em Espanha, em que os impostos representaram 47,8% do PMVP, bastante inferior à UE-28 (54,7%). Em Portugal, os impostos representaram 53,7% do PMVP.

Numa análise comparativa do PMVP na UE-28, o Luxemburgo apresentou o PMVP mais baixo, 1,098 €/litro, e os mais altos foram registados na Suécia (1,511 €/litro), Itália (1,491 €/litro) e no Reino Unido (1,471 €/litro). Entre o país com o preço mais baixo e aquele com o preço mais elevado, verificou-se uma diferença de cerca de 41 cêntimos por litro.

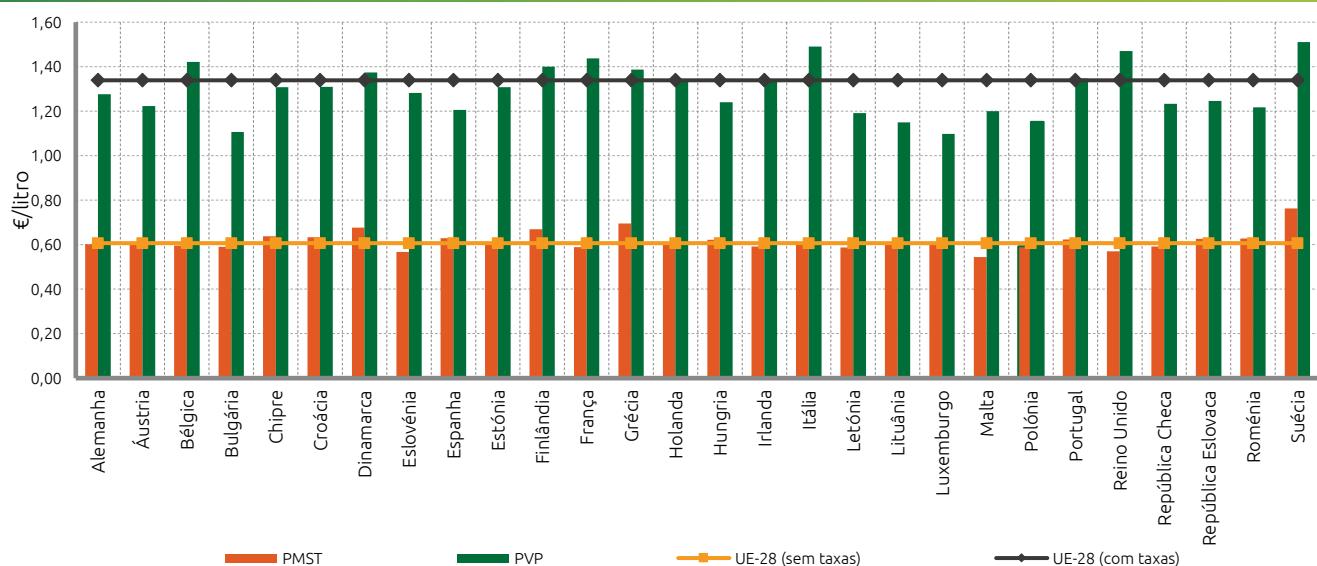


Fig. 69 Preço médio de venda ao público do gasóleo no conjunto dos países da UE-28 em 2018.

Fonte CE

7.4. Preços médios do fuelóleo em Portugal Continental

No caso do fuelóleo, o preço médio praticado em Portugal em 2018 foi de 0,718 €/kg (+12,9% face a 2017).

Tab. 12 Preço do fuelóleo em Portugal Continental

Produto	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Fuelóleo	€/kg	0,543	0,636	17,1	0,718	12,9

Fonte: DGEG

7.5. Preços dos combustíveis gasosos em Portugal Continental

Quanto aos preços médios dos combustíveis gasosos em Portugal Continental, em 2018 manteve-se a trajetória de subida, com destaque para o propano garrafa e propano granel, cujos preços médios foram respetivamente, 2,244 €/kg e 1,484 €/kg, o que representou um aumento de 10,8% e 10,7%, respetivamente, face a 2017.

Tab. 13 Preços dos combustíveis gasosos em Portugal Continental

Produto	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Butano Garrafa	€/kg	1,575	1,770	12,4	1,889	6,7
Butano Granel	€/kg	1,233	1,308	6,1	1,402	7,2
Propano Garrafa	€/kg	1,828	2,025	10,8	2,244	10,8
Propano Granel	€/kg	1,235	1,341	8,6	1,484	10,7
Propano Canalizado	€/kg	1,882	2,025	7,6	2,211	9,2

Fonte: DGEG

7.6. Preços médios de eletricidade

Nos quadros e gráficos seguintes, apresenta-se a evolução dos preços médios anuais da energia elétrica para o setor doméstico e para a indústria para as bandas de consumo de referência, em termos do Eurostat (banda DC e IC, respetivamente). Esta estatística tem como base o Regulamento (UE) 2016/1952 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016.

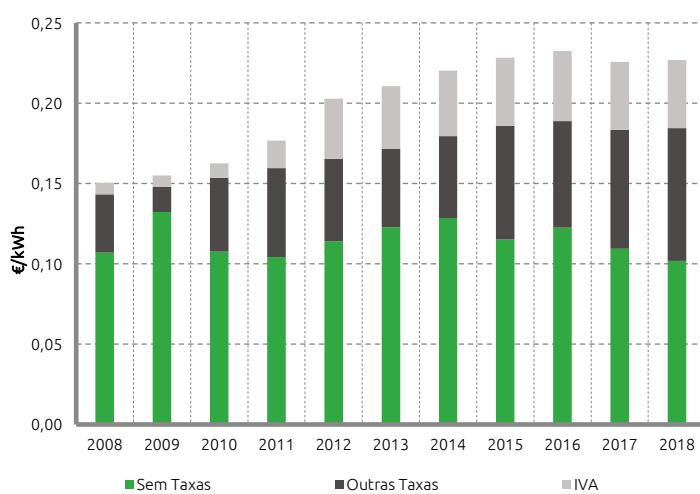
7.6.1. Setor doméstico em Portugal

Na Tab. 14 e gráfico da Fig. 70, apresenta-se a desagregação dos preços médios da eletricidade para os consumidores domésticos na banda DC (Banda de Referência), que corresponde ao consumo anual entre 2 500 kWh e 5 000 kWh. A evolução dos preços médios da eletricidade ao consumidor final em Portugal (Preço com taxas), registou um aumento de 0,6% face a 2017 (Tab. 14).

Tab. 14 Preços médios da eletricidade no setor doméstico em Portugal - Banda DC

Produto	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Sem Taxas	€/kWh	0,123	0,109	-10,8%	0,102	-6,9%
Sem IVA	€/kWh	0,189	0,184	-2,9%	0,185	0,5%
Com Taxas	€/kWh	0,232	0,226	-2,9%	0,227	0,6%

Fonte: DGEG



Ao longo dos últimos anos, verificou-se um aumento dos preços entre 2008 a 2016, seguindo-se uma redução em 2017 (Fig. 70).

Em outubro de 2011 ocorreu o aumento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) de 6% para 23%.

O setor doméstico registou uma TCMA no período 2008-2018 de 4,2%.

Fonte: DGEG

Fig. 70 Evolução dos preços médios da eletricidade no setor doméstico (banda DC) em Portugal.

7.6.2. Setor doméstico – comparativo UE-28

Para os consumidores domésticos, os preços da eletricidade (Preço com Taxas) durante o ano de 2018 na UE-28 (Fig. 71), foram mais elevados na Dinamarca (0,312 €/kWh), Alemanha (0,299 €/kWh) e na Bélgica

(0,284 €/kWh). Os preços da eletricidade mais baixos registaram-se no Leste Europeu, designadamente na Bulgária (0,099 €/kWh), na Lituânia (0,110 €/kWh) e na Hungria (0,112 €/kWh). Portugal ocupou o 6.º lugar (0,227 €/kWh) com um preço superior em 9,0% face à média da UE-28 (0,208 €/kWh). Espanha ocupou o 5.º lugar, mais 16,7% face à média da UE-28 (0,243 €/kWh).

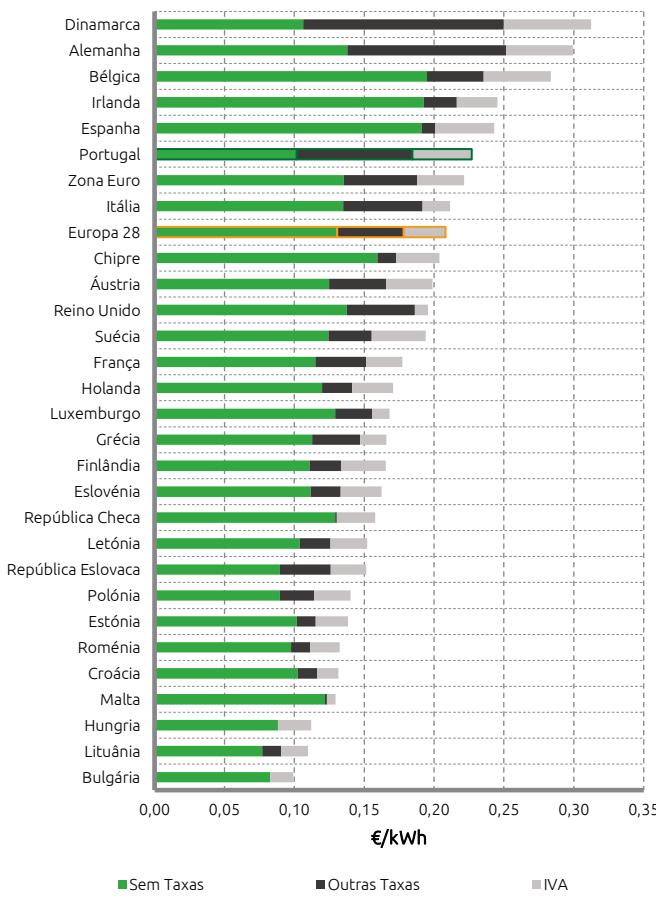


Fig. 71 Preços médios de eletricidade no setor doméstico (banda DC) na UE-28 em 2018.
Fonte: Eurostat

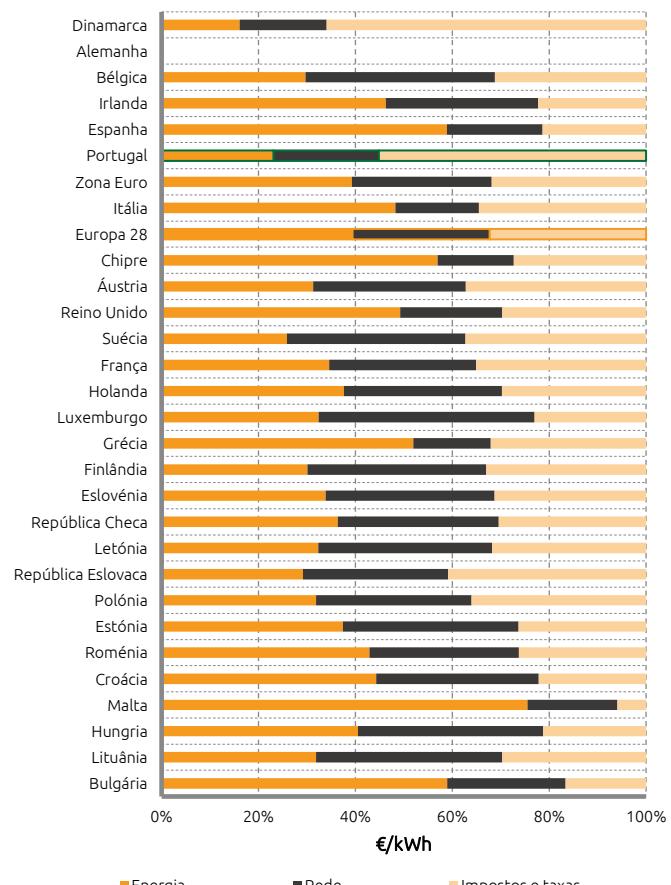


Fig. 72 Decomposição dos preços de eletricidade no setor doméstico (band DC) na UE-28 em 2018.
Fonte: Eurostat

No gráfico da Fig. 72, observa-se a decomposição dos preços da eletricidade no setor doméstico para o ano 2018. O preço é composto por 3 componentes: a energia, rede, impostos e taxas. Esta última componente integra impostos, como o IVA, imposto especial sobre o consumo e os custos de interesse económico geral (CIEGs). Relativamente a Portugal, o peso da energia foi de 23,1%, a rede representou 21,7% e por último, as taxas e impostos representaram 55,2% do preço de venda ao consumidor final.

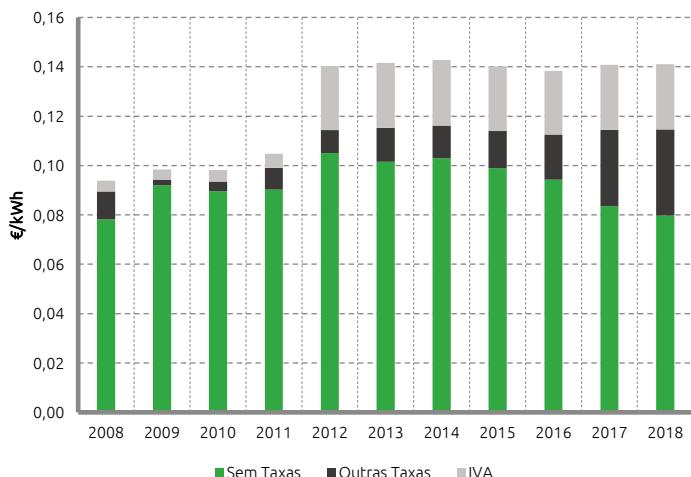
No conjunto dos países da UE-28, Malta registou o valor mais elevado na componente energia (75,5%), Luxemburgo na componente da rede (44,6%) e Dinamarca nos impostos e taxas (66,0%). Relativamente à média da UE-28, a energia representou 39,4%, a rede 28,3% e os impostos e taxas 32,3%. Existem países para os quais a decomposição não é apresentada (a saber: Alemanha), uma vez que ainda não reportam estes dados.

7.6.3. Setor indústria em Portugal

Na Tab. 15 e gráfico da Fig. 73, apresenta-se a desagregação dos preços médios da eletricidade para os consumidores industriais na banda IC (Banda de Referência), que corresponde ao consumo anual entre 500 MWh e 2 000 MWh. Os preços médios da eletricidade (preço com taxas) em Portugal, registou um aumento de 0,1% face a 2017.

Tab. 15 Preços médios da eletricidade no setor indústria em Portugal - Banda IC

Produto	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Sem Taxas	€/kWh	0,095	0,084	-11,6%	0,080	-4,6%
Sem IVA	€/kWh	0,113	0,115	1,6%	0,115	0,0%
Com Taxas	€/kWh	0,139	0,141	1,5%	0,141	0,1%



Nos últimos anos (Fig. 73), verificou-se um aumento acentuado desde 2012, tendo passado de 0,110 €/kWh em 2011 para 0,141 €/kWh em 2012 (+28,2%), depois uma redução entre 2015 e 2016 e voltado a novo aumento em 2018 (+0,1% face a 2017).

O setor industrial registou uma TCMA no período 2008-2018 de 4,1%.

Fig. 73 Evolução dos preços médios da eletricidade na indústria (banda IC) em Portugal.

Fonte: DGEG

7.6.4. Setor indústria – comparativo UE-28

Para os consumidores industriais, os preços da eletricidade (Preço com taxas), durante o ano de 2018, na UE-28 (Fig. 74), foram mais elevados na Dinamarca (0,252 €/kWh), Alemanha (0,198 €/kWh) e em Chipre (0,190 €/kWh). Os preços da eletricidade mais baixos registaram-se na Finlândia (0,086 €/kWh), na República Checa (0,088 €/kWh) e na Suécia (0,088 €/kWh). Portugal ocupou o 9.º lugar (0,141 €/kWh) e Espanha (0,131 €/kWh) o 11.º lugar, tendo os respetivos preços sido inferiores em 0,5% e 7,9%, Face à média da UE-28 (0,142 €/kWh).

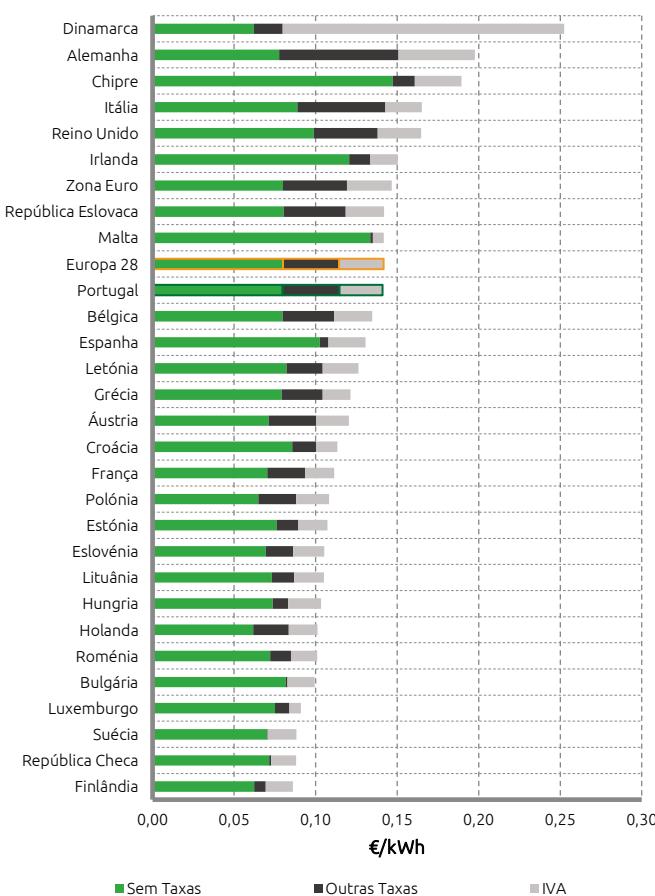


Fig. 74 Preços médios de eletricidade na indústria (banda IC) na UE-28 em 2018.

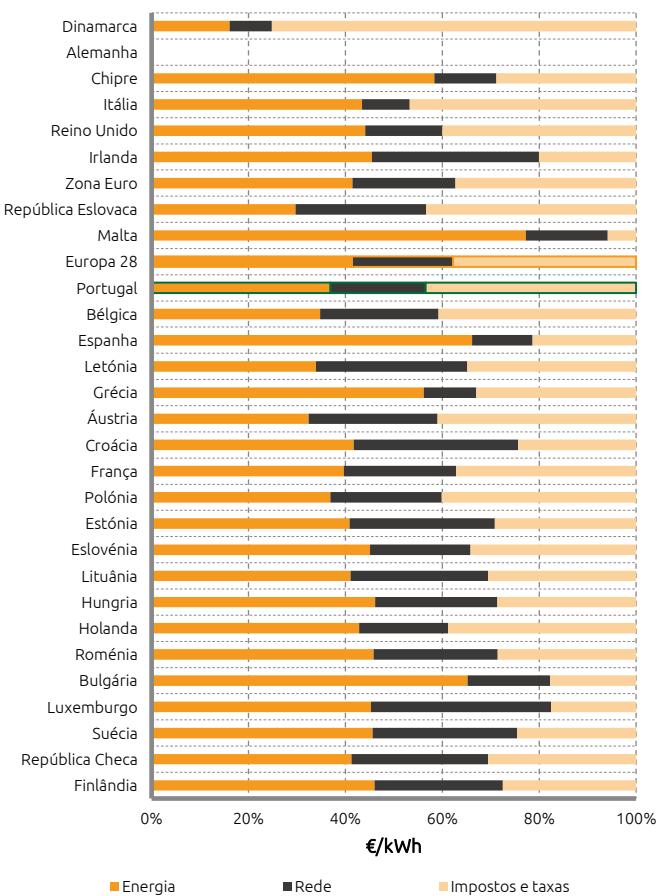


Fig. 75 Decomposição dos preços de eletricidade na indústria (banda IC) na UE-28 em 2018.

No gráfico da Fig. 75, observa-se a decomposição dos preços da eletricidade para o setor indústria para o ano 2018. Relativamente a Portugal, o peso da energia foi de 36,9%, a componente rede representou 19,6% e por último, a componente taxas e impostos representaram 43,4% do preço de venda (preço com taxas).

No conjunto dos países da UE-28, Malta registou o custo mais elevado com a energia (77,3%), Luxemburgo com a rede (37,4%) e Dinamarca com os impostos e taxas (75,1%). Relativamente à média da UE-28, a energia representou 41,4%, a rede 20,9% e os impostos e taxas 37,8%. Existem países para os quais a decomposição não é apresentada (a saber: Alemanha), uma vez que ainda não reportam estes dados.

7.7. Preços médios de gás natural

Nos quadros e gráficos seguintes, apresenta-se a evolução dos preços médios anuais do gás natural para o setor doméstico e indústria para as bandas de consumo de referência, em termos do Eurostat (Banda D2 e I3, respetivamente). Esta estatística tem como base o Regulamento (UE) 2016/1952 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016.

7.7.1. Setor doméstico em Portugal

No gráfico da Fig. 76 Evolução dos preços médios do gás natural no setor doméstico (banda D2) em Portugal., apresentam-se os preços médios do gás natural para os consumidores domésticos na banda D2 (banda de referência), que corresponde ao consumo anual entre 20 GJ e 200 GJ.

Os preços médios do gás natural ao consumidor final (preço com taxas) em Portugal registaram uma redução de 1,9% face a 2017.

Tab. 16 Preços médios do gás natural no setor doméstico em Portugal - Banda D2

Produto	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Sem Taxas	€/GJ	18,340	15,989	-12,8%	16,011	0,1%
Sem IVA	€/GJ	19,505	17,749	-9,0%	17,415	-1,9%
Com Taxas	€/GJ	23,990	21,828	-9,0%	21,421	-1,9%

Fonte: DGEG

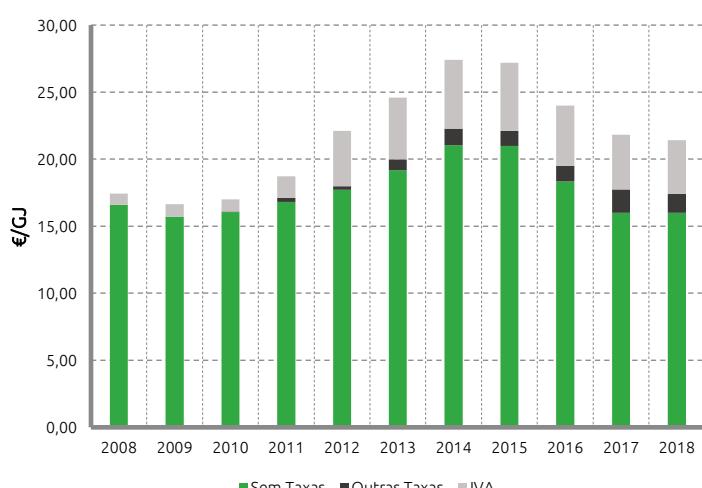


Fig. 76 Evolução dos preços médios do gás natural no setor doméstico (banda D2) em Portugal.

Na última década, verificou-se uma redução dos preços desde 2015, tendo passado de 27,195 €/GJ em 2015 para 21,421 €/GJ em 2018, ou seja, menos 21,2% que em 2015 (Fonte: DGEG).

Fig. 76).

Em outubro de 2011 ocorreu o aumento do IVA de 6% para 23%.

O setor doméstico registou uma TCMA no período 2008-2018 de 2,1%.

7.7.2. Setor doméstico – comparativo UE-28

Para os consumidores domésticos, os preços do gás natural (Preço com taxas) durante o ano de 2018 na UE-28, foram mais elevados na Suécia (32,995 €/GJ), Dinamarca (24,789 €/GJ) e na Holanda (23,277 €/GJ), gráfico da Fig. 77. Os preços do gás natural mais baixos registaram-se na Roménia (9,368 €/GJ), na Hungria (9,795 €/GJ) e na Croácia (10,100 €/GJ). Portugal ocupou o 5º lugar (21,421 €/GJ) e Espanha (21,385 €/GJ) o 6.º lugar, cujos preços foram respetivamente superiores, em 22,4% e 22,2%, face à média da UE-28 (17,505 €/GJ).

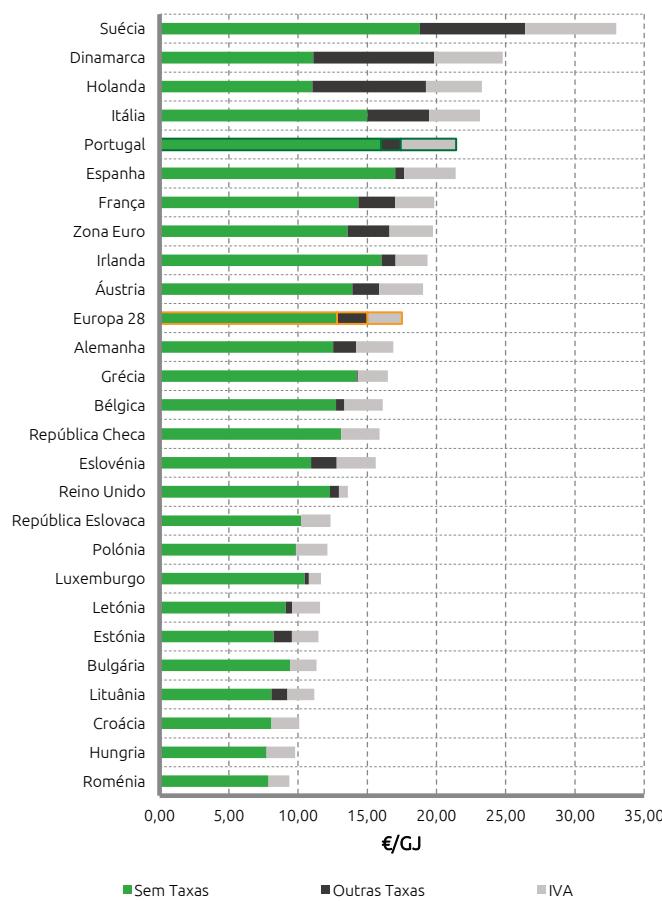


Fig. 77 Preços médios do gás natural no setor doméstico (banda D2) na UE-28 em 2018.

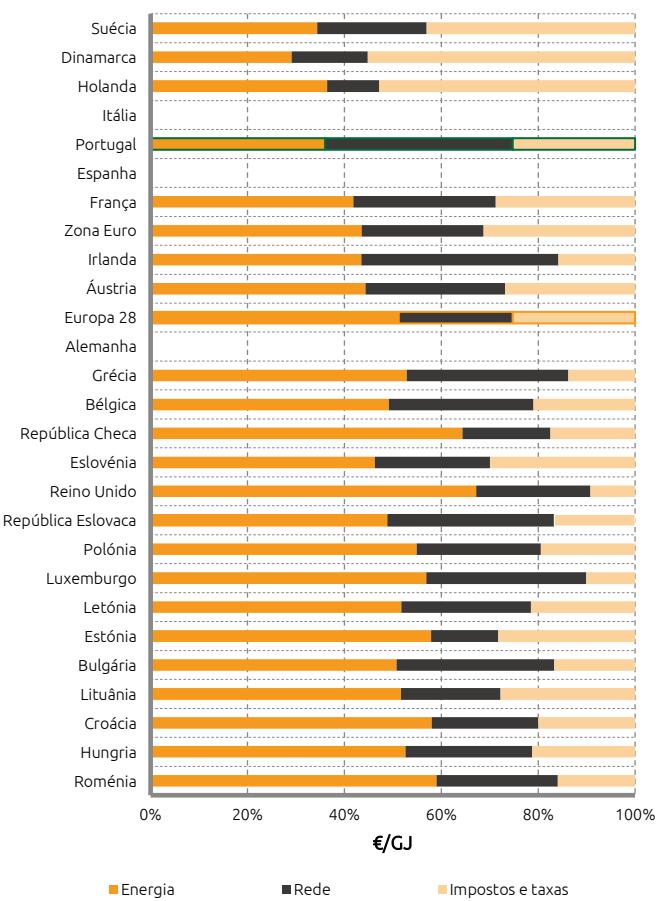


Fig. 78 Decomposição dos preços do gás natural no setor doméstico (banda D2) na UE-28 em 2018.

No gráfico da Fig. 78, observa-se a decomposição dos preços do gás natural no setor doméstico para o ano 2018. Relativamente a Portugal, o peso da energia foi de 36,0%, a rede representou 38,7% e por último as taxas e impostos representaram 25,3% do preço de venda ao consumidor final (Preço com taxas).

No conjunto dos países da UE-28, o Reino Unido registou os custos mais elevados com a energia (67,2%), a Irlanda com a rede (40,7%) e a Dinamarca com os impostos e taxas (55,2%). Relativamente à média da UE-28, a energia representou 51,2%, a rede 23,5% e os impostos e taxas 25,2%. Existem países para os quais a decomposição não é apresentada (a saber: Alemanha, Espanha e Itália), uma vez que ainda não reportam estes dados.

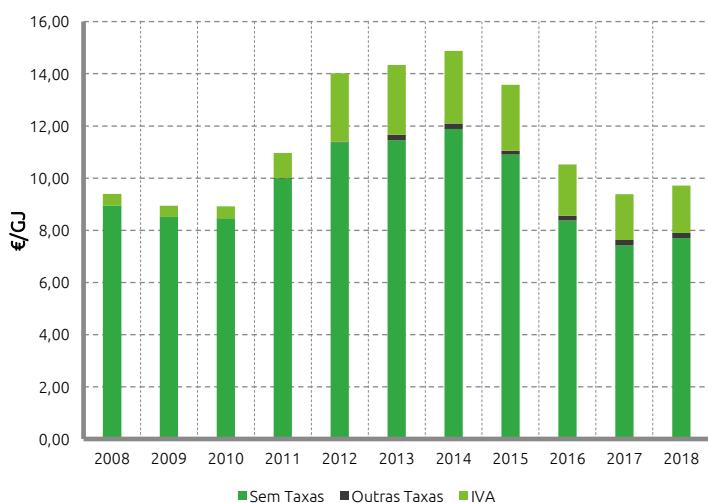
7.7.3. Setor indústria em Portugal

Na Tab. 17 e gráfico da Fig. 79, apresentam-se os preços médios do gás natural para os consumidores industriais na banda I3 (banda de referência, que corresponde ao consumo anual entre 10 000 GJ e 100 000 GJ). Os preços médios do gás natural (preço com taxas) em Portugal, registaram um aumento de 3,5% face a 2017.

Tab. 17 Preços médios do gás natural no setor indústria em Portugal - Banda I3

Produto	Unid.	2016	2017	% 2017/_16	2018	% 2018/_17
Sem Taxas	€/GJ	8,380	7,416	-11,5%	7,702	3,9%
Sem IVA	€/GJ	8,560	7,631	-10,8%	7,895	3,5%
Com Taxas	€/GJ	10,525	9,386	-10,8%	9,711	3,5%

Fonte: DGEG



Na última década verificou-se um aumento acentuado entre 2012 e 2014, tendo a média destes 3 anos sido de 14,405 €/GJ.

A partir de 2015 verificou-se uma redução de preços, tendo aumentado em 2018 (+3,5% face a 2017).

O setor industrial registou uma TCMA no período 2008-2018 de 0,3%.

Fonte: DGEG

Fig. 79 Evolução dos preços médios do gás natural na indústria (banda i3) em Portugal.

7.7.4. Setor indústria – comparativo UE-28

Para os consumidores industriais, os preços do gás natural (preço com taxas) durante o ano de 2018 na UE-28 (Fig. 80), foram mais elevados na Suécia (23,346 €/GJ), Dinamarca (20,123 €/GJ) e na Finlândia (19,756 €/GJ). Os preços mais baixos registaram-se, na Bélgica (8,108 €/GJ), na República Checa (8,787 €/GJ) e no Reino Unido (8,846 €/GJ). Portugal ocupou o 18.º lugar (9,711 €/GJ) e Espanha (9,893 €/GJ) o 16.º lugar, cujos preços foram inferiores respetivamente, em 5,5% e 3,8%, face à média da UE-28 (10,280 €/GJ).

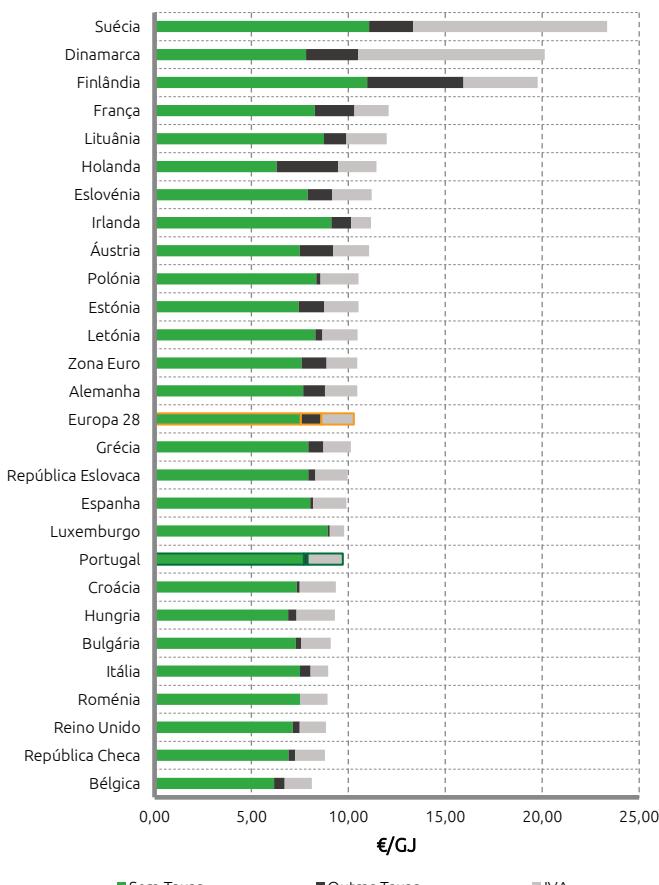


Fig. 80 Preços médios do gás natural na indústria (banda I3) na UE-28 em 2018.

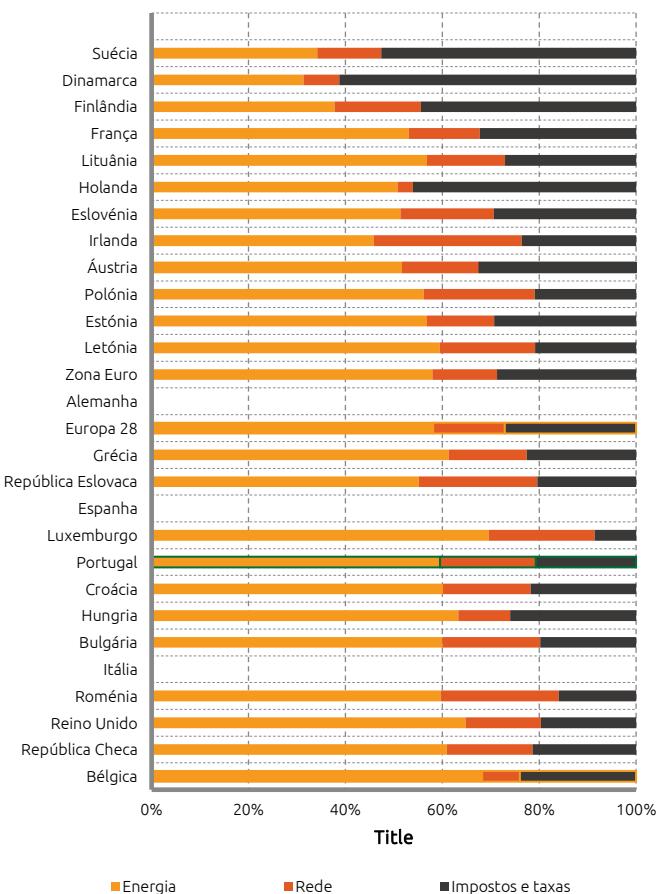


Fig. 81 Decomposição dos preços do gás natural na indústria (banda I3) na UE-28 em 2018.

No gráfico da Fig. 81, observa-se a decomposição dos preços do gás natural no setor indústria para o ano 2018. Relativamente a Portugal, o peso da energia foi de 59,5%, a rede representou 19,8% e por último as taxas e impostos representaram 20,7% do preço de venda (preço com taxas).

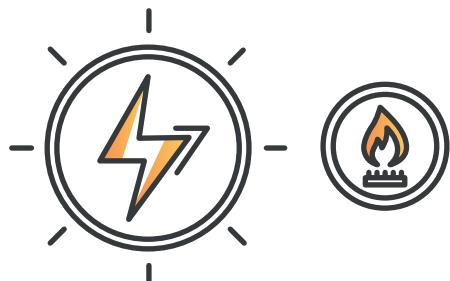
No conjunto dos países da UE-28, o Luxemburgo registou os custos mais elevados com a energia (69,6%), Irlanda com a rede (30,6%) e Dinamarca com os impostos e taxas (61,2%). Relativamente à média da UE-28, a energia representou 58,1%, a rede 14,8% e os impostos 27,1%. Existem países para os quais a decomposição não é apresentada (a saber: Alemanha, Espanha e Itália), uma vez que ainda não reportam estes dados.

8



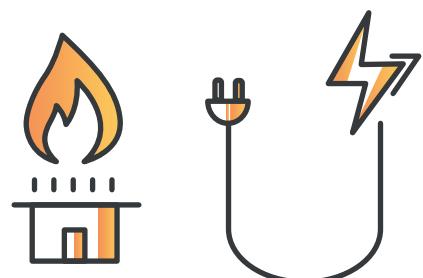
OLMC
Operador Logístico de
Mudança de comercializador

8. OLMC



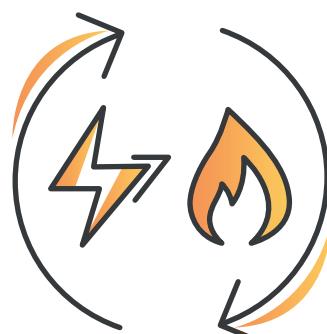
Em 2018, existiam **6M** clientes de eletricidade e **1,5M** clientes de gás natural, em Portugal.

8 comercializadores de ofertas dual (eletricidade e gás natural) para o setor residencial e não residencial, **25** de eletricidade e **11** de gás natural.



Mais de **300** ofertas tarifárias de eletricidade, gás natural e dual destinadas aos clientes residenciais e empresariais.

1855 mudanças de comercializador concluídas diariamente, em 2018, das quais **1521** de eletricidade e **334** de gás natural.



8.OLMC

8.1. Operador Logístico de Mudança de Comercializador

O OLMC foi criado pelos Decretos-Lei n.ºs 29/2006 e 30/2006, de 15 de fevereiro, nos quais se determinou que esta atividade deveria ser comum para os Sistema Elétrico Nacional (SEN) e Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), como previsto no Decreto -Lei n.º 140/2006, de 26 de julho, e no Decreto -Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto. O Decreto-Lei n.º 38/2017, de 31 de março, estabelece o regime jurídico aplicável à atividade de OLMC e incumbe o exercício desta atividade à ADENE – Agência para a Energia.

Para além da atividade de gestão de mudança de comercializador, o OLMC pode desempenhar as funções de leitura e recolha dos dados de consumo de energia, fornecimento de informação sobre os agentes do mercado e prestação de informação personalizada aos consumidores de energia.

8.1.1. Eletricidade

A Diretiva n.º 2003/54/CE estabelecia que, a partir de 1 de julho de 2007, todos os consumidores de eletricidade poderiam escolher livremente o seu fornecedor de energia elétrica. Em Portugal continental este processo é possível desde setembro de 2006.

Adicionalmente o Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março, estabeleceu um regime de extinção gradual das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais, prevendo mecanismos de salvaguarda de clientes finais economicamente vulneráveis.

Mais recentemente, os prazos inicialmente foram revistos e fixados em 31 de dezembro de 2020, sendo disponibilizada pelos comercializadores de último recurso uma tarifa denominada tarifa transitória para clientes finais com consumos em AT, MT, BTE e BTN que não tenham o seu contrato de fornecimento no mercado livre.

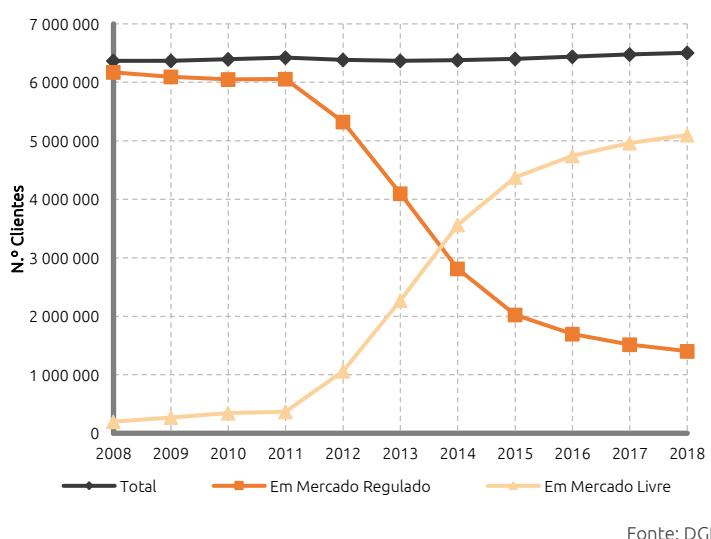


Fig. 82 Evolução do número de clientes nos mercados de eletricidade em Portugal.

De acordo com a Fig. 82, a migração dos consumidores tem sido um processo gradual.

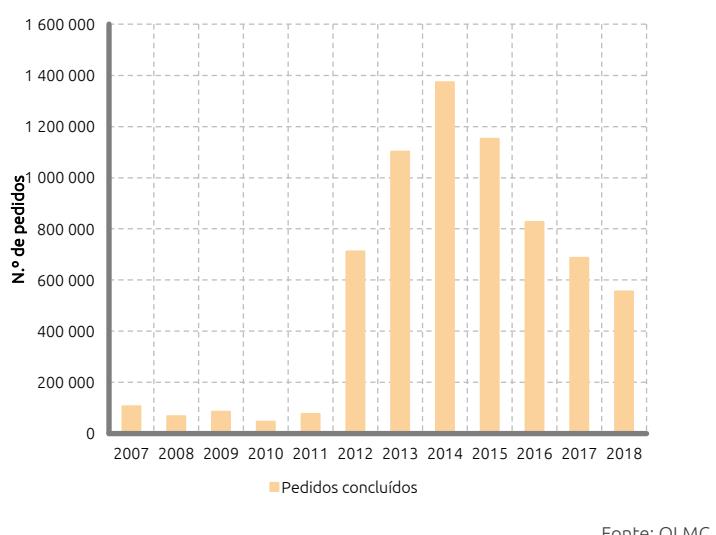
Em 2018, existiam 6 504 755 clientes de eletricidade em Portugal, dos quais 83% eram clientes do setor doméstico e 17% clientes do setor indústria (inclui comércio e serviços).

Neste ano, existiam 5 100 303 clientes no mercado livre, representando 78% do n.º de clientes, existindo ainda 1 404 452 clientes no mercado regulado.

A entrada para o mercado livre de eletricidade pode dar-se por entrada direta (clientes que não possuem

um contrato e contratualizam diretamente um comercializador do mercado livre) ou por mudança de comercializador (do mercado regulado para o mercado livre). Em casos específicos (por exemplo, insolvência de um comercializador) poderão existir pedidos de mudança de comercializador do mercado livre para o Comercializadores de Último Recurso (CUR), por forma a garantir que o consumidor mantém o serviço.

Após iniciado o processo de mudança de comercializador de eletricidade, o pedido pode não ser concluído com sucesso por diversos motivos: realização de múltiplos pedidos de mudança em simultâneo, para o mesmo Código de Ponto de Entrega (CPE); indisponibilidade do consumidor para cumprir o agendamento da realização de possíveis alterações na instalação elétrica; objeção à mudança por existência de dívida aos CUR; e/ou objeções à mudança pelos Operadores de Rede de Distribuição (ORD), por motivos técnicos.



Fonte: OLMC

Fig. 83 Evolução do número de pedidos de mudança de comercializador nos mercados de eletricidade, em Portugal Continental.

No gráfico da Fig. 83, apresentam-se os pedidos de mudança de comercializador concluídos.

A partir de 2011 o número de pedidos de mudança aumentou, tendo atingido um máximo em 2014, com 1 373 058 pedidos concluídos com sucesso.

Desde então, o número de mudanças tem abrandado, fixando-se em 555 197 pedidos concluídos com sucesso, em 2018.

8.1.2. Gás natural

A Diretiva n.º 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, veio estabelecer as regras comuns para o mercado interno do gás natural, obrigando à liberalização deste mercado.

O Decreto-Lei n.º 74/2012, de 26 de março, estabeleceu o regime de extinção gradual das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais, prevendo mecanismos de salvaguarda de clientes finais economicamente vulneráveis.

Mais recentemente, tal como no mercado da eletricidade, os prazos inicialmente foram revistos e fixados em 31 de dezembro de 2020, sendo disponibilizada pelos comercializadores de último recurso uma tarifa denominada tarifa transitória para os clientes finais que não tenham o seu contrato de fornecimento no mercado livre.

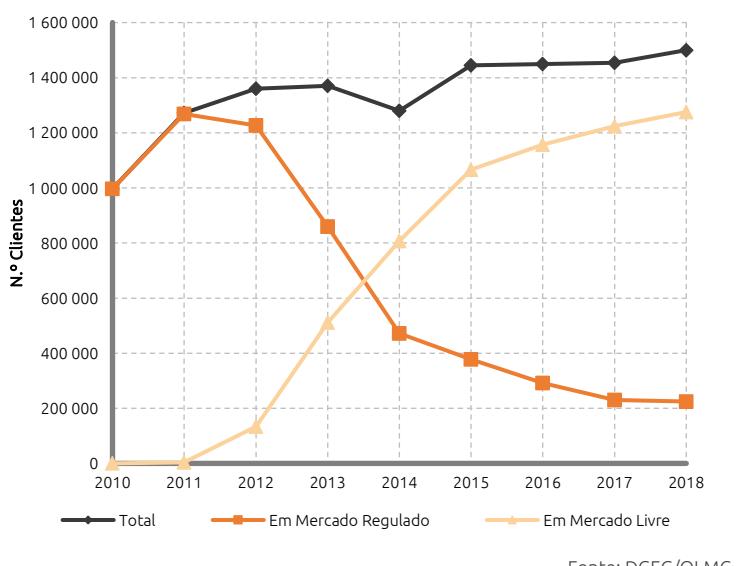


Fig. 84 Evolução do número de clientes nos mercados de gás natural em Portugal.

De acordo com a Fig. 84, após o arranque em 2011, a migração dos consumidores tem sido um processo gradual.

Em 2018, existiam 1 499 861 clientes de gás natural em Portugal, dos quais 98% eram clientes do setor doméstico e 2% clientes do setor indústria (inclui comércio e serviços).

Destes, 1 274 650 clientes encontravam-se no mercado livre, representando 85% do n.º de clientes, existindo ainda 225 211 clientes no mercado regulado.

A entrada para o mercado livre de gás natural pode dar-se por entrada direta (clientes que não possuem um contrato e contratualizam diretamente um comercializador do mercado livre) ou por mudança de comercializador (do mercado regulado para o mercado livre). Em casos específicos (por exemplo, insolvência de um comercializador) poderão existir pedidos de mudança de comercializador do mercado livre para o Comercializador de Último Recurso (CUR), garantindo assim que o consumidor mantém o serviço.

Após iniciado o processo de mudança de comercializador de gás natural, o pedido pode não ser concluído com sucesso por diversos motivos: realização de múltiplos pedidos de mudança simultâneos para o mesmo Código Universal de Instalação (CUI); indisponibilidade do consumidor cumprir o agendamento para a realização de possíveis alterações na instalação de gás natural; objeção à mudança por existência de dívida aos CURs; e/ou objeções à mudança pelos ORDs por motivos técnicos.

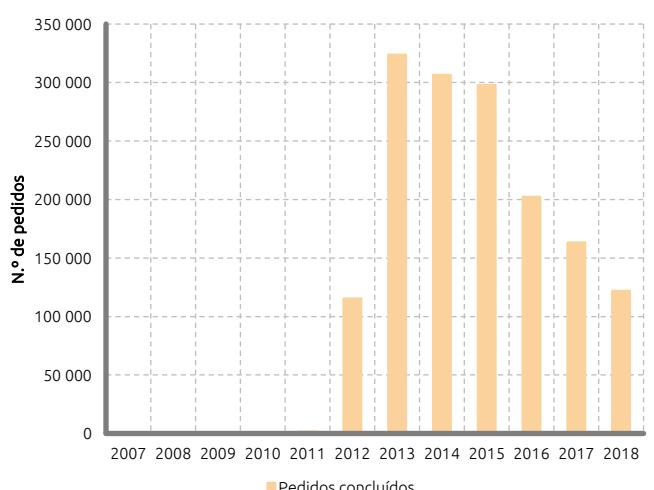


Fig. 85 Evolução do número de pedidos de mudança de comercializador nos mercados de gás natural, em Portugal Continental.

No gráfico da Fig. 85, apresentam-se os pedidos de mudança de comercializador concluídos.

A partir de 2012 o número de pedidos de mudança aumentou, tendo atingido um máximo em 2013, com 323 868 pedidos concluídos com sucesso.

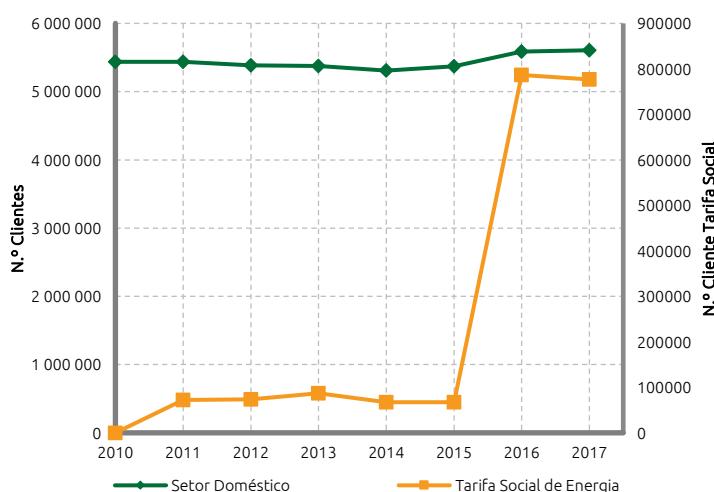
Desde então, o número de mudanças tem abrandado fixando-se em 121 891 pedidos concluídos com sucesso, em 2018.

8.2. Tarifa social de energia

A tarifa social de energia é um apoio social destinado a clientes economicamente vulneráveis do setor doméstico. Este apoio consiste num desconto na tarifa de acesso às redes de eletricidade em baixa tensão e/ou de gás natural em baixa pressão, que compõe o preço final faturado ao cliente de eletricidade e/ou de gás natural.

Com a entrada em vigor, a 1 de julho de 2016, das alterações ao Decreto-Lei nº 138-A/2010 e ao Decreto-Lei nº 101/2011, efetuadas pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento do Estado para 2016), artigo 121º, o acesso ao benefício da tarifa social da energia elétrica e do gás natural passou a ser realizado através de um mecanismo de reconhecimento automático.

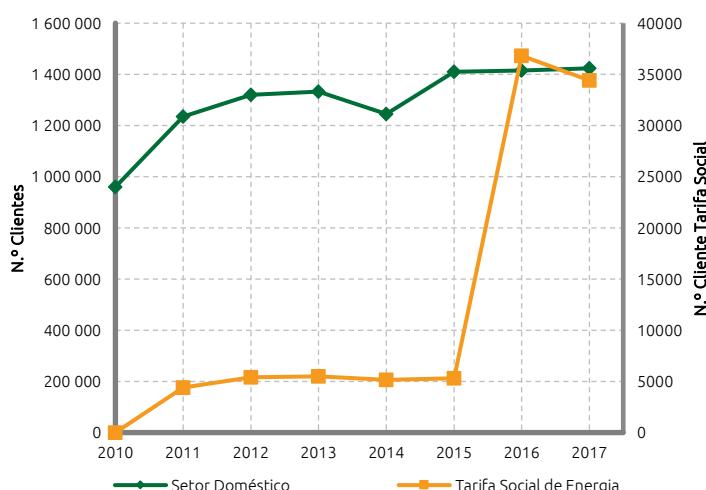
A lista de beneficiários é elaborada pela DGEG, com base nos dados de clientes finais recebidos dos agentes do setor após verificação das condições de elegibilidade dos clientes junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social.



Fonte: DGEG/OLMC

Fig. 86 Evolução do número de beneficiários da tarifa social de energia (eletricidade) em Portugal.

No gráfico da Fig. 86 verifica-se que com automatização do processo de atribuição da Tarifa Social de Energia, em 2016, o número de beneficiários deste apoio na eletricidade aumentou 726% face a 2015.



Fonte: DGEG/OLMC

Fig. 87 Evolução do número de beneficiários da tarifa social de energia (gás natural) em Portugal.

No gráfico da Fig. 87 verifica-se que, com automatização do processo de atribuição da Tarifa Social de Energia, em 2016, o número de beneficiários deste apoio aumentou 293% face a 2015.

9



Eficiência
energética

9.1 Eficiência energética



Em 2017, existiam **3,5M** edifícios de habitação em Portugal, dos quais 92% têm 1-2 fogos e 8% têm 3 ou mais fogos, resultando num total de **6M** de alojamentos.

1 804 Peritos Qualificados para a elaboração de Certificados energéticos para a habitação e **320** Peritos Qualificados para a elaboração de Certificados energéticos para comércio e serviços.



52% do parque edificado tem menos de 40 anos, em que 1 011 960 foram construídos em 1981-90, no período 1991-2000 construíram-se 1 098 329 e os restantes 952 546 após 2001.

As medidas de melhoria propostas nos certificados energéticos representam um potencial de poupança de **60%** da energia consumida na habitação. No comércio e serviços esse potencial é de **20%**.



9. Eficiência Energética

9.1. Sistema de Certificação Energética dos Edifícios

O SCE resulta da publicação do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, com o qual foi assegurada a transposição para o direito nacional da Diretiva 2010/31/EU, bem como a revisão da legislação nacional referente ao SCE, em vigor desde 2006. Neste novo diploma único, estão incluídos os Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH) e Comércio e Serviços (RECS).

O Certificado Energético descreve a situação efetiva de desempenho energético de um imóvel, em que consta o cálculo dos consumos anuais de energia previstos e qualifica a qualidade do ar interior de um edifício ou fração autónoma, classificando o imóvel em função do seu desempenho energético numa escala de 8 classes (de A+ a F).

Após 1 de janeiro de 2009, qualquer edifício, novo ou existente, deve possuir um certificado válido, o qual será de apresentação obrigatória aquando da celebração do respetivo contrato de compra, locação ou arrendamento. Acresce que a partir do dia 1 de dezembro de 2013, qualquer anúncio publicado com vista à venda ou locação ou arrendamento de um edifício, deve indicar a classificação energética constante do respetivo projeto de certificado ou certificado energético. Deste modo, o número de certificados energéticos emitidos, encontra-se desagregado em três tipologias: projeto (pré-certificado), concluído (edifício novo), existente (edifício existente).

9.1.1. Certificados energéticos emitidos

Os gráficos correspondentes ao período de 2009 a 2013 (doravante designado SCE-I) refletem os certificados energéticos emitidos de acordo com os Decretos-Lei 78/2006, 79/2006 e 80/2006 de 4 de abril e os dados apresentados correspondentes ao período de 2014-2018 (doravante designado SCE-II) refletem os certificados energéticos emitidos de acordo com o Decreto-Lei 118/2013 de 20 de agosto, resultante da transposição da referida diretiva europeia, existindo por esse motivo uma quebra de série nos anos 2013 e 2014.

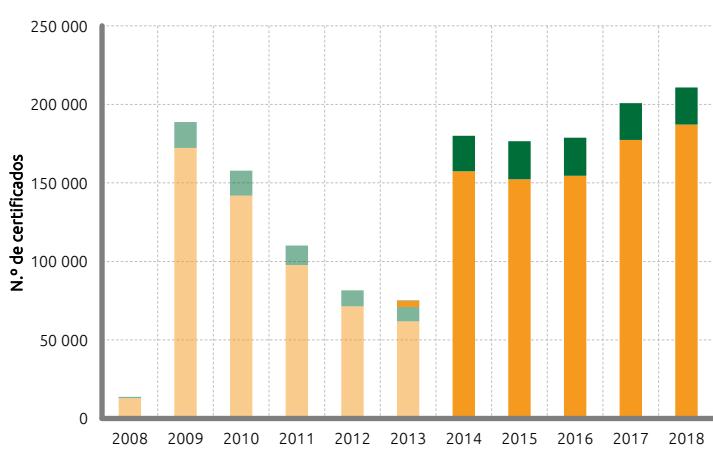


Fig. 88 Certificados energéticos emitidos

Fonte: ADENE

Dos 1,57 milhões de certificados energéticos emitidos entre 2009 e 2018, em média, 88% referem-se a imóveis do setor da habitação e os restantes 12% a edifícios do setor do comércio e serviços.

Em 2013 regista-se um mínimo no número de certificados energéticos emitidos, com 77 286 certificados.

Após a entrada em vigor do SCE-II, o número de certificados energéticos emitidos tem-se mantido em números próximos aos de 2009 com uma tendência crescente para o número de certificados emitidos e um maior volume de certificados de edifícios de comércio e serviços.

9.1.1.1. Habitação

O setor da habitação, por via da existência de um maior parque edificado destinado a este fim, tem representado o maior volume de certificados emitidos com 1,39 milhões de certificados energéticos emitidos.

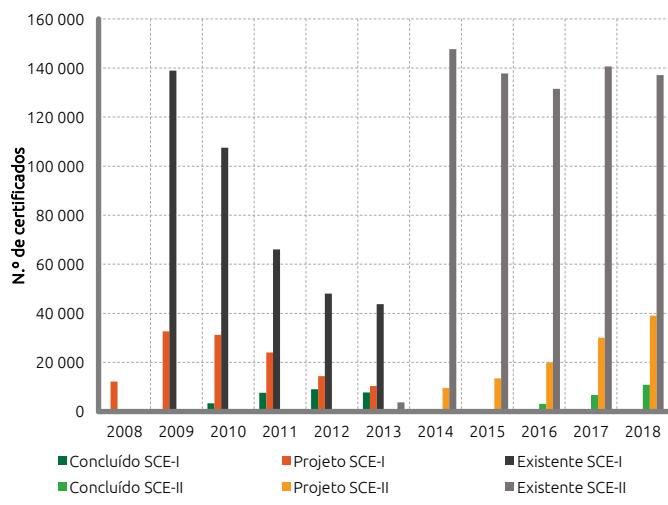


Fig. 89 Certificados energéticos emitidos

Fonte: ADENE

A alteração à legislação referida anteriormente, impulsionou a emissão de certificados do parque habitacional existente (Fig. 89).

A dinâmica do mercado imobiliário sentida nos anos mais recentes tem sido importante na evolução do número e tipo de certificados emitidos.

Destaca-se ainda a crescente emissão de projetos de certificados (projeto SCE-II).

2018

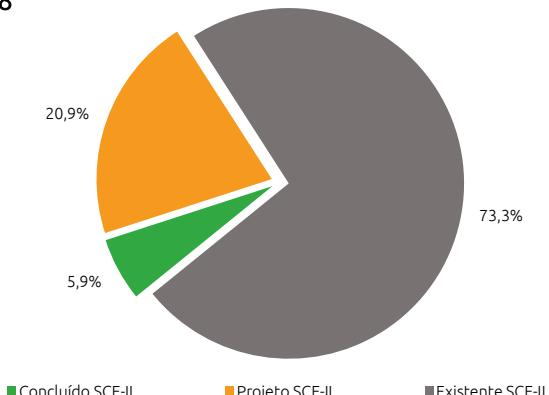
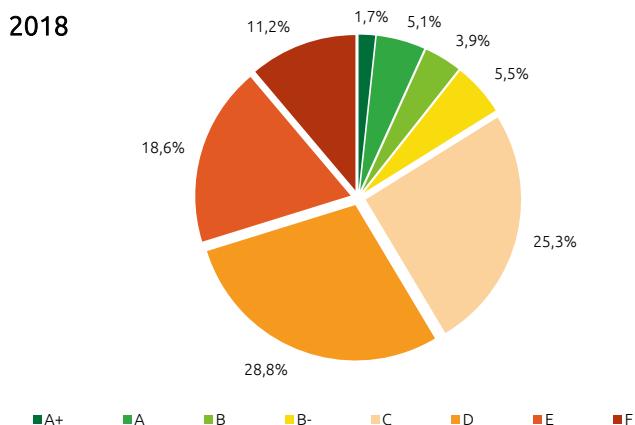


Fig. 90 Tipo de certificados energéticos emitidos

Fonte: ADENE

Analizando o tipo de certificado energético emitidos (Fig. 90) verifica-se uma predominância de certificados destinados a edifícios existentes.

Os Projetos SCE-II permitem antever um maior volume de certificados SCE-II concluídos, para o próximo biénio.



Em 2018, de acordo com a Fig. 91, predominavam no parque habitacional as classes C, D e E, representando um total de 72,7% do parque certificado.

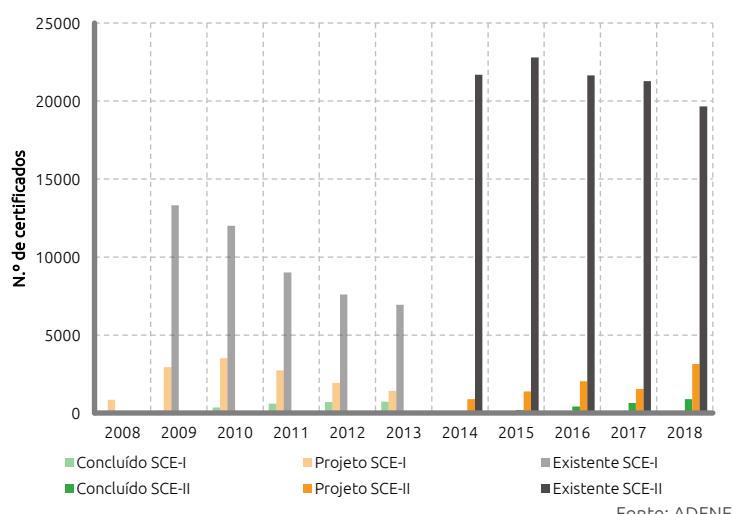
Este valor deve-se ao facto do maior volume de certificados emitidos ser respeitante a edifícios existentes, maioritariamente de períodos de construção anteriores a 1990.

Fonte: ADENE

Fig. 91 Classe energética do parque habitacional em 2018

9.1.1.2. Comércio e Serviços

O parque certificado de edifícios de comércio e serviços totaliza 183 mil edifícios com certificado energético.



A certificação de edifícios de comércio e serviços, segue a mesma tendência da certificação de edifícios de habitação, verificando-se um aumento significativo do número de certificados após revisão da legislação (Fig. 92).

Fonte: ADENE

Fig. 92 Certificados energéticos emitidos

2018

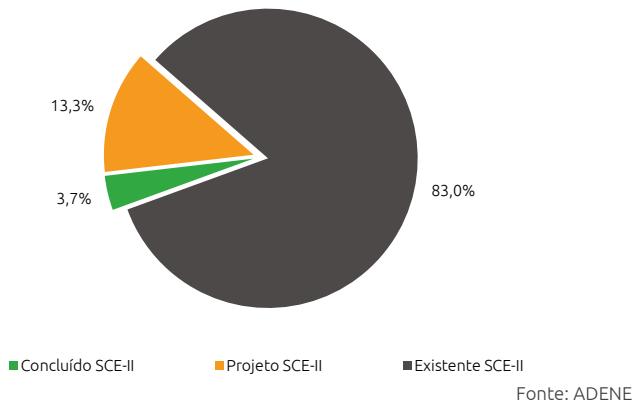


Fig. 93 Tipo de certificados energéticos emitidos

Neste setor, predomina também a emissão de certificados energéticos em edifícios existentes (Fig. 93).

2018

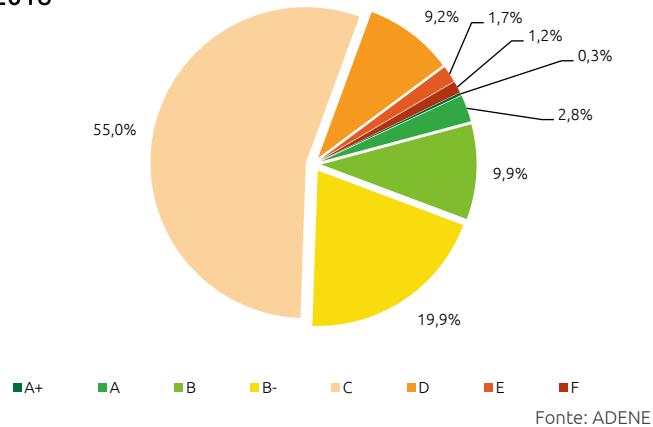


Fig. 94 Classe energética do parque de comércio e serviços

Em 2018, predomina no parque certificado (Fig. 94) a classe C, representando um total de 55% do parque certificado.

Assim, verifica-se que a maioria do parque certificado apresenta uma classe energética muito próxima dos patamares mínimos exigidos para edifícios novos.

9.1.2. Medidas de melhoria e poupança estimada

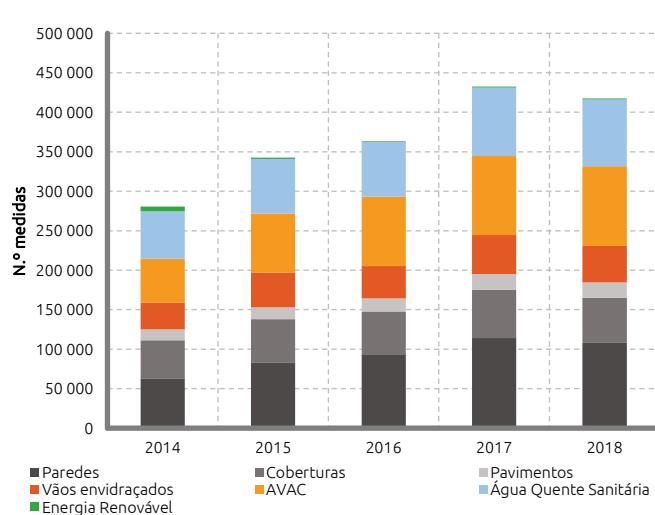
As medidas de melhoria previstas no certificado energético são uma ferramenta para potenciar a eficiência energética do parque edificado nacional, uma vez que apoiam o proprietário, fornecendo soluções de acordo com as características da habitação, potenciando dessa forma uma redução dos consumos energéticos.

Estas encontram-se discriminadas por âmbito da intervenção: paredes, coberturas, pavimentos, vãos envidraçados, iluminação (predominantemente no setor do comércio e serviços), AVAC, água quente sanitária e energia renovável.

As medidas de melhoria apresentadas nos certificados energéticos, apresentam o valor estimado do investimento necessário à implementação da medida e poupança nominal estimada resultante da implementação da mesma.

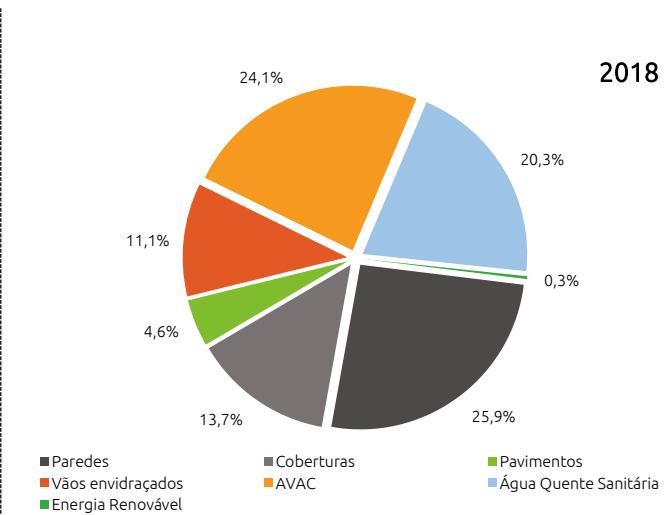
9.1.2.1. Habitação

No setor da habitação, de acordo com a metodologia do SCE-II, foram propostas um total de 1,8 milhões de medidas de melhoria, representando uma média de 2,2 medidas de melhoria por certificado energético emitido.



Fonte: ADENE

Fig. 95 Medidas de melhoria por âmbito de intervenção

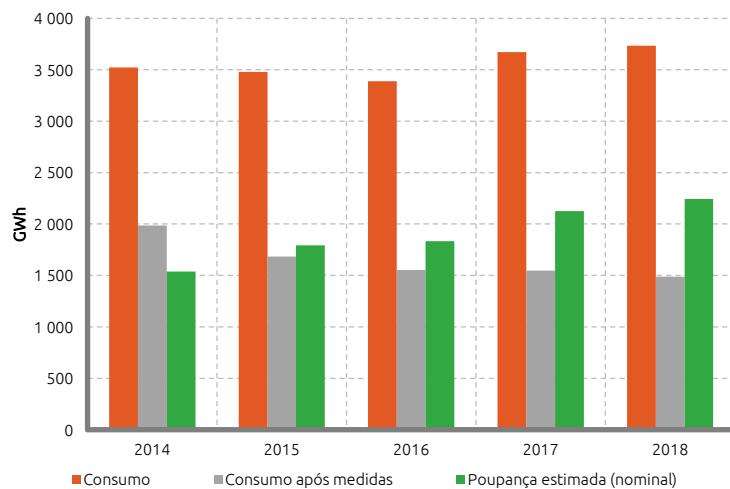


Fonte: ADENE

Fig. 96 Medidas de melhoria por âmbito de intervenção, em 2018

Nas medidas propostas nos certificados têm predominado propostas de intervenção ao nível das paredes, dos equipamentos de AVAC e dos equipamentos para produção de água quente sanitária (Fig. 95).

Em 2018, estas medidas representaram 70,3% das medidas propostas (Fig. 96). As medidas que incidem sobre a envolvente do edifício (considerado o primeiro patamar de intervenção no edificado) totalizam 55,3% das medidas propostas.

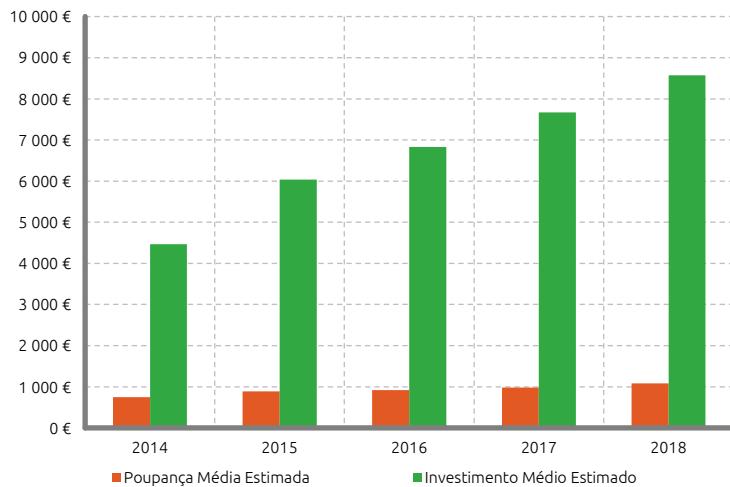


Fonte: ADENE

Fig. 97 Evolução do consumo de energia e poupanças estimadas do setor residencial

Em 2018, o consumo de energia primária do parque residencial certificado era 3 734 GWh (Fig. 97).

A implementação da totalidade das medidas de melhoria propostas nos Certificados Energéticos, conduziria a uma redução do consumo de 2 244 GWh, representando uma poupança de 60% (considerando valores nominais).



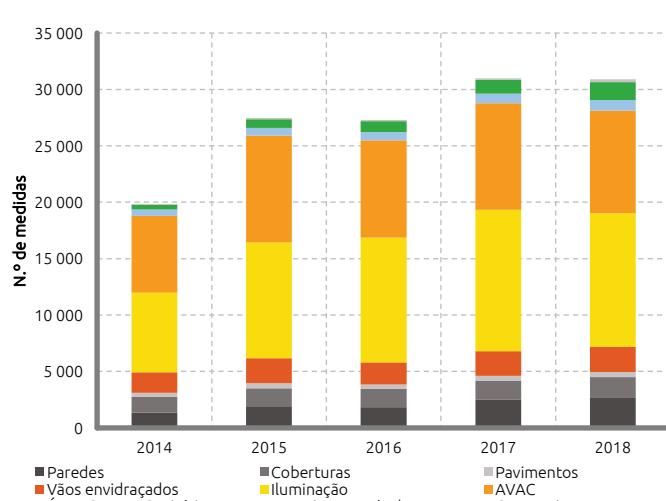
Fonte: ADENE

Fig. 98 Evolução do investimento e poupança associado às medidas de melhoria

O investimento médio associado às medidas de melhoria propostas, em 2018, era de 7 900 €, permitindo obter poupanças nominais de 1 000 €/ano, apresentando um *payback* médio de 7,9 anos (Fig. 98).

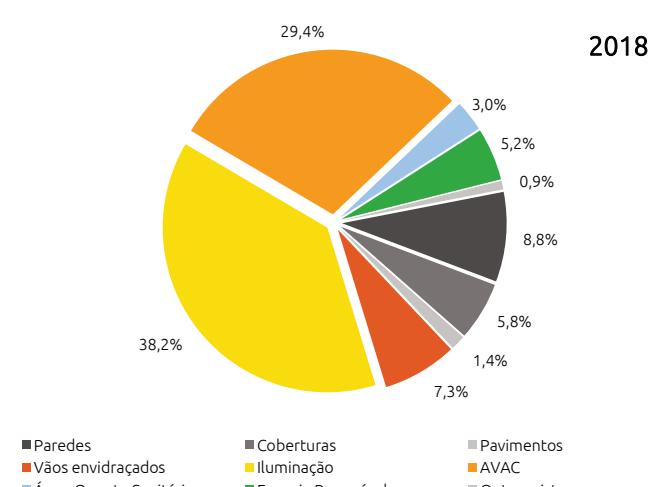
9.1.2.2. Comércio e Serviços

No setor do comércio e serviços, de acordo com a metodologia do SCE-II, foram propostas um total de 136 mil de medidas de melhoria, representando uma média de 1,2 medidas de melhoria por certificado energético emitido.



Fonte: ADENE

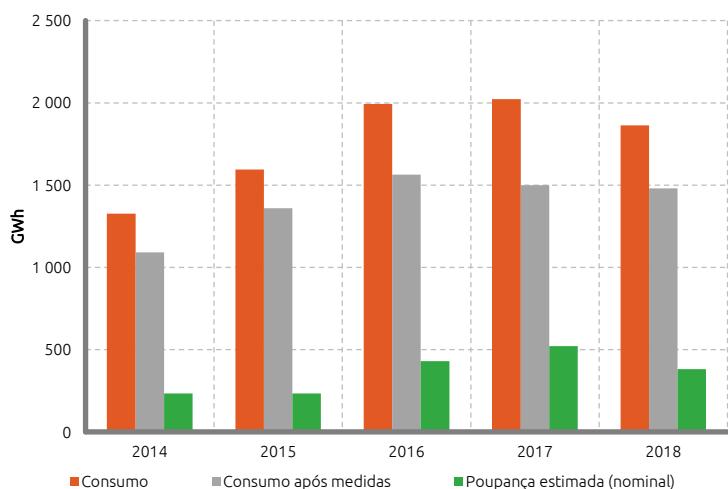
Fig. 99 Medidas de melhoria por âmbito de intervenção



Fonte: ADENE

Fig. 100 Medidas de melhoria por âmbito de intervenção, em 2018

Nas medidas propostas nos certificados têm predominado as propostas de intervenção ao nível da iluminação e dos equipamentos de AVAC (Fig. 99). Em 2018, estas medidas representaram 67% das medidas propostas (Fig. 100), destacando-se o facto das intervenções na iluminação serem de relativa facilidade de implementação.

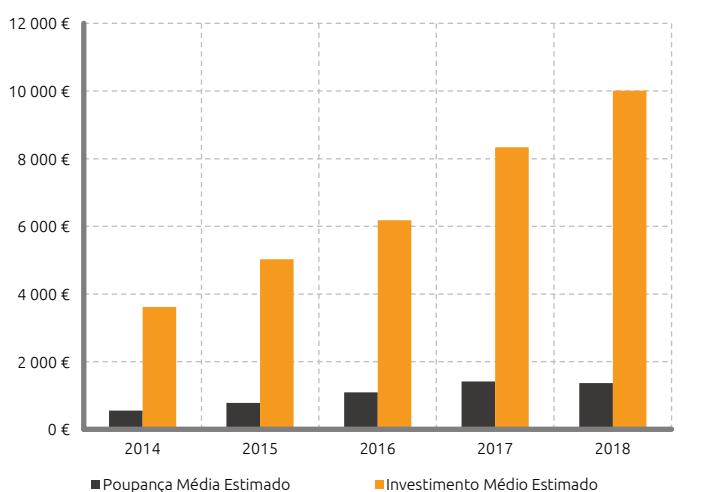


Em 2018, o consumo de energia primária do parque certificado de comércio e serviços era de 1 862 GWh (Fig. 97).

A implementação da totalidade das medidas de melhoria propostas nos certificados energéticos, conduziria a uma redução do consumo de 1 480 GWh, representando uma poupança de 20% (considerando valores nominais).

Fonte: ADENE

Fig. 101 Evolução do consumo de energia e poupanças estimadas do setor comércio e serviços

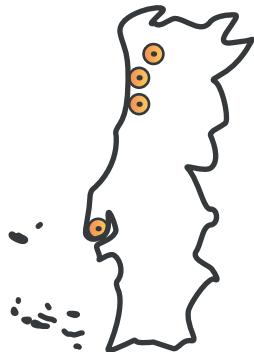


Verifica-se que o investimento associado às medidas de melhoria tem aumentado e que, em 2018, com um investimento médio de 10 000 €, permitindo obter poupanças nominais de 1 400 €/ano, apresentando *payback* médio de 6,3 anos.

Fonte: ADENE

Fig. 102 Investimento e poupança das medidas de melhoria por certificado energético.

9.2 Eficiência energética



Em 2017, **60%** das instalações consumidoras intensivas de energia registadas no SGCIE estão localizadas nos distritos de Aveiro (16%), Lisboa (15%), Braga (14%) e Porto (14%).

35% das instalações consumidoras intensivas de energia registadas no SGCIE pertencem aos setores de atividade das indústrias Alimentar, Têxtil e Cerâmica e Vidro.



Entre 2012 e 2017, **99%** das medidas de eficiência energética previstas inicialmente foram implementadas e reportadas.

As medidas de eficiência energética propostas em cerca de 1 500 auditorias, realizadas no período de 2006 a 2017 apresentam um potencial de redução de emissões de GEE de **614 000 tCO₂e**, e de **243 218 tep** em energia primária.



9.2. Consumidores Intensivos de Energia

O SGCIE regulado pelo Decreto-Lei nº 71/2008 e posteriormente alterado pela Lei n.º 7/2013 de 22 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, tem como objetivo promover a eficiência energética e monitorizar os consumos energéticos das instalações consumidoras intensivas de energia (CIE), ou seja, instalações com consumo anual igual ou superior a 500 tep.

Para o efeito, prevê que as instalações CIE realizem, periodicamente, auditorias energéticas que incidam sobre as condições de utilização de energia e promovam o aumento da eficiência energética, incluindo a utilização de fontes de energia renováveis. Prevê, ainda, a elaboração e a respetiva execução de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (PREn), estabelecendo Acordos de Racionalização (ARCE) desses consumos com a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) que, contemplem objetivos mínimos de eficiência energética, associando ao seu cumprimento na obtenção de incentivos pelos operadores (entidades que exploram as instalações CIE). A gestão operacional do SGCIE é da competência da ADENE.

No âmbito da aplicação do Regulamento, é obrigatória a realização de auditorias energéticas e a elaboração do Plano de Racionalização do Consumo de Energia (PREn) conducente à melhoria de 6% ou 4% da Intensidade Energética (Energia/VAB) e Consumo Específico de Energia (Energia/Produção), quando se trate de instalações com consumo ≥ 1000 tep/ano ou inferior àquele valor, respetivamente, durante um período de 8 anos.

9.2.1. Registo de instalações

Desde a entrada em vigor do SGCIE e até 2018, foram registadas cumulativamente no sistema 1 201 instalações.

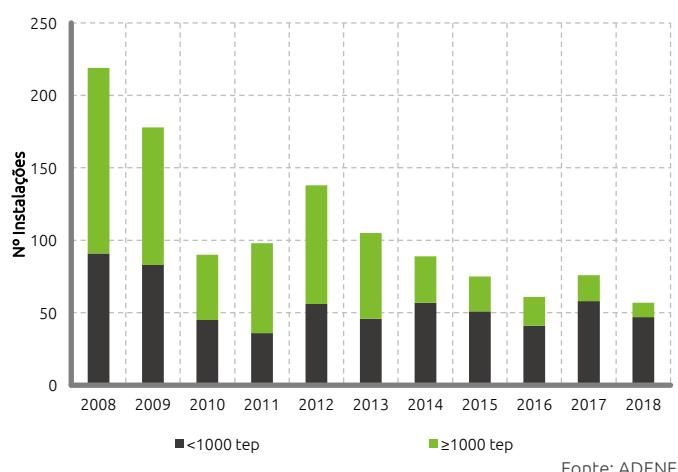


Fig. 103 Evolução do registo de instalações CIE

Na Fig. 103 apresenta-se a evolução do registo de instalações consumidoras intensivas de energia relativo ao período 2008 - 2018.

Os registos elevados referentes a 2008 devem-se ao facto de serem registos provenientes do extinto Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE).

9.2.2. Planos de Racionalização Aprovados

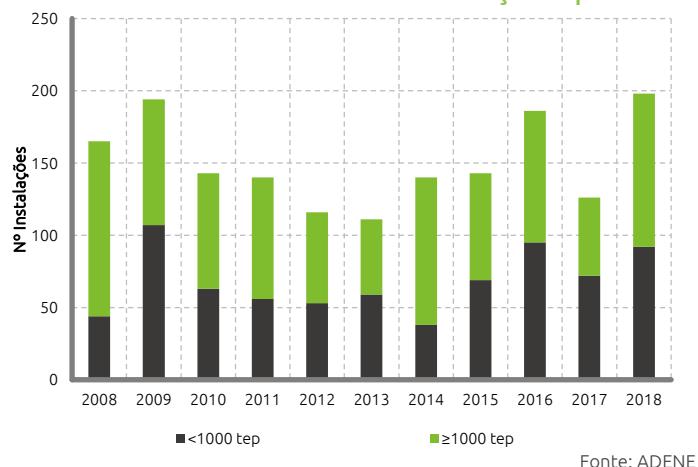


Fig. 104 Evolução do número de PREn aprovados.

Até 2018, foram aprovados cumulativamente, 1 662 planos de racionalização dos consumos de energia⁴; na Fig. 104 apresenta-se a evolução do número de planos de racionalização dos consumos de energia aprovados.

Fonte: ADENE

9.2.3. Consumo de Energia dos PREn aprovados

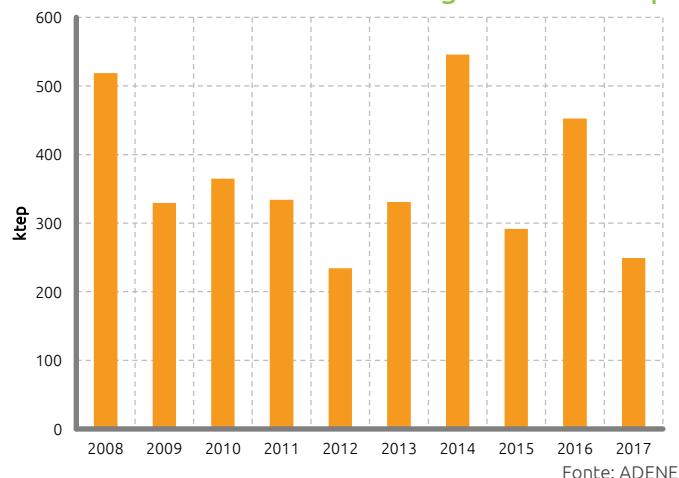
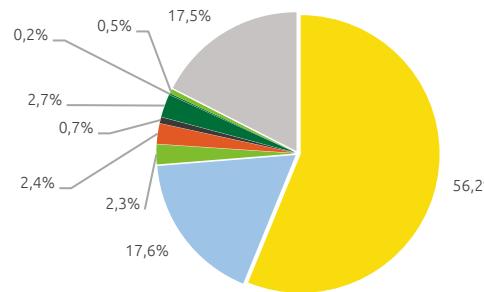


Fig. 105 Evolução do consumo de energia primária dos PREn aprovados

Em 2017, consumo de energia primária dos PREn aprovados totalizava cumulativamente 3 652 ktep; no gráfico da Fig. 105 apresenta-se a evolução do consumo de energia primária dos PREn aprovados.

⁴ O facto do valor acumulado de planos de racionalização aprovados ser superior ao número acumulado de registo de instalações, deve-se à realização do 2.º ciclo de auditorias energéticas conforme o estabelecido na legislação.



A eletricidade é a principal componente do consumo de energia primária dos PREn aprovados (56,2%), seguindo-se o gás natural (17,6%) e outros⁵ b) (17,5%) (Fig. 106); a repartição dos consumos de energia foi calculada com base no total acumulado de cada fonte.

Fonte: ADENE

Fig. 106 Distribuição do consumo de energia primária

9.2.4. Potencial de economias de energia dos PREn aprovados

O potencial de economias de energia proveniente das medidas de eficiência energética estabelecidas nos acordos de racionalização dos consumos de energia dos PREn foi de 243 218 tep, valor que equivale a 6,7% do consumo total de energia primária dos PREn acumulados.

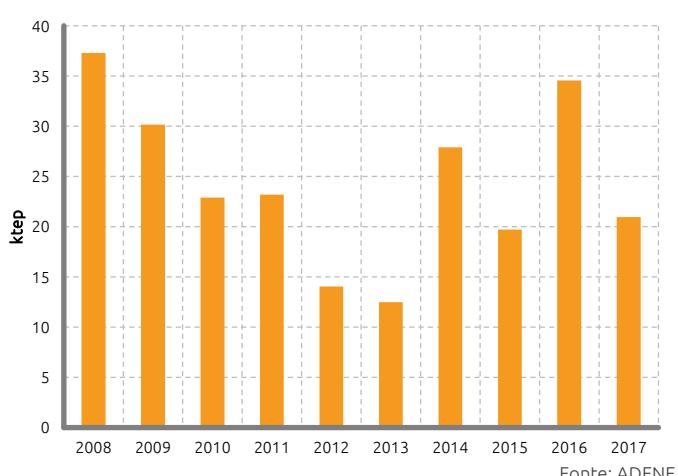


Fig. 107 Evolução do potencial de economias de energia

No gráfico da Fig. 107 apresenta-se a evolução das potenciais economias de energia primária dos PREn aprovados.

Entre 2012 e 2017, 99% das medidas de eficiência energética previstas nos planos de racionalização foram implementadas.

As medidas de eficiência energética propostas em 1 500 auditorias energéticas, realizadas entre 2006 e 2017, apresentam um potencial de redução do consumo de energia primária de 243 ktep e de redução das emissões de GEE em 614 kt de CO₂e.

Até 2017, foram apurados 350 M€ no investimento em medidas de eficiência energética, que gerariam um potencial de redução dos custos energéticos na ordem dos 117 M€.

⁵ Inclui fontes renováveis (fotovoltaico, solar térmico, etc.), vapor, outros produtos derivados do petróleo

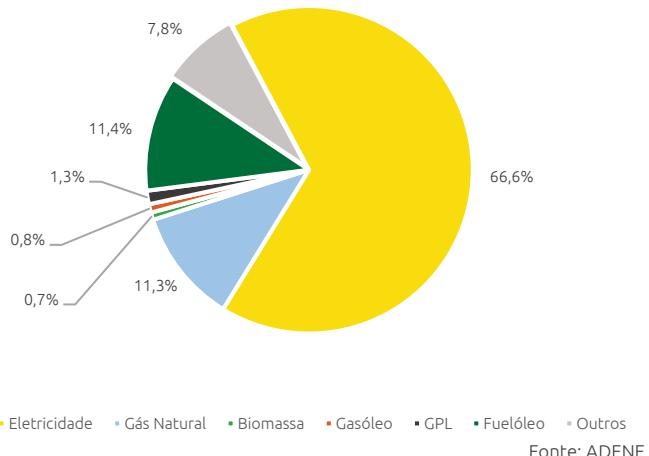


Fig. 108 Distribuição do potencial de economias de energia por fonte

A eletricidade é a principal componente do potencial de economias de energia dos PREn aprovados (66,6%), seguindo-se o fuelóleo (11,4%) e o gás natural (11,3%) (Fig. 108); a repartição das potenciais economias de energia foi calculada com base no total acumulado de cada fonte de energia.

9.2.5. Medidas transversais

As medidas de eficiência energética que constam dos planos de racionalização e que visam a redução dos consumos de energia das instalações, e por consequência, a melhoria dos respetivos indicadores de eficiência energética designam-se por transversais quando comum a qualquer setor de atividade e por específicas ou setoriais, quando exclusivas de determinados setores de atividade.

As medidas transversais são pela natureza as mais aplicadas, e representam em média, mais de 90% da totalidade do potencial de economias de energia.

Em 2017, o valor acumulado das medidas transversais totalizava 225 ktep, cerca de 6,2% do consumo total de energia primária dos PREn acumulados.

As medidas transversais envolvem concretamente, medidas específicas aplicadas em Motores Elétricos, na Produção de Calor e Frio, na Iluminação, na Eficiência do Processo Industrial e Outras.

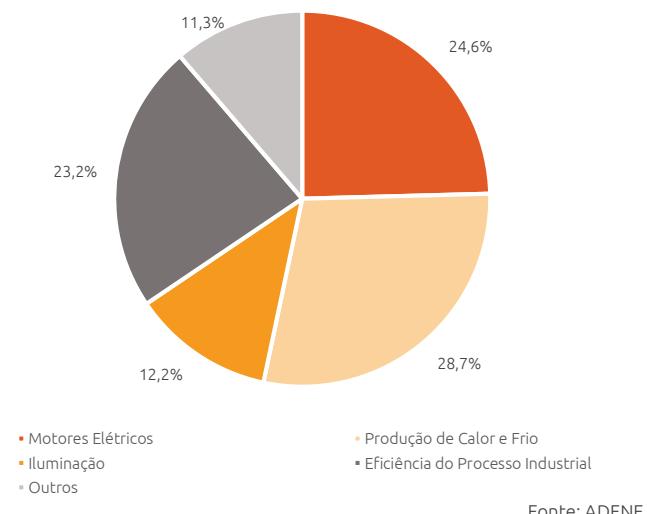


Fig. 109 Distribuição do potencial de economias de energia por tipologia de medida

As principais medidas geradoras de maior potencial de economias de energia são as respeitantes à Produção de Frio e Calor (28,7%), Motores Elétricos (24,6%) e Eficiência do Processo Industrial (23,2%) (Fig. 109); a repartição das potenciais economias de energia por tipologia de medida foi calculada com base no total acumulado de cada tipologia.

Glossário

Glossário

Certificado Energético - Documento emitido por perito qualificado para a certificação energética de um edifício ou fração, caracterizando-o em termos de desempenho energético.

Dependência Energética - Proporção de energia que uma economia deve importar em relação ao seu consumo. Mostra até que ponto uma economia depende das importações para dar resposta às suas necessidades energéticas. Dependência Energética = Saldo Importador / (Consumo de Energia Primária + Consumo Aviação Internacional + Consumo Transporte Marítimo Internacional).

Dependência Energética (normalizada) - Proporção de energia que uma economia deve importar em relação ao seu consumo. Mostra até que ponto uma economia depende das importações para dar resposta às suas necessidades energéticas. Dependência Energética = Saldo Importador / (Consumo de Energia Primária + Consumo Aviação Internacional + Consumo Transporte Marítimo Internacional). O consumo de Energia Primária é recalculado tendo em conta as produções hídrica e eólica normalizadas de acordo com a Diretiva 28/2009/CE (considera a média dos últimos 15 anos para a hídrica e a média dos últimos 5 anos para a eólica).

Energia Final - Corresponde ao consumo final observado. Do consumo final exclui-se o consumo para outras formas de energia, o consumo no setor energético e o consumo como matéria-prima.

Energia Primária - Toda a energia utilizada diretamente ou a que é sujeita a transformação para outras formas de energia. Resulta da soma das importações com a produção doméstica, retirando as saídas e variação de stocks.

Mudança de Comercializador - O mercado livre de energia permite ao consumidor escolher o seu comercializador de eletricidade e/ou gás natural, optando pela solução mais adequada às suas

necessidades. Este processo não tem qualquer custo associado e pode ser feito a qualquer altura.

Plano de Racionalização Energética (PREn) - Conjunto de medidas de racionalização energética, de redução de consumos ou de custos de energia, definidos na sequência de uma auditoria energética.

Produção Doméstica de Energia - Engloba a extração de produtos energéticos (caso ocorra), a produção de energia elétrica com origem em fontes renováveis e a produção de biomassa para fins energéticos.

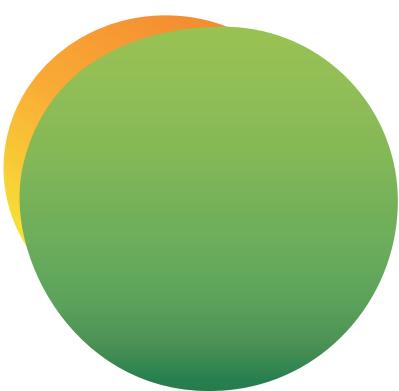
Projeto de Certificado Energético - Documento emitido por perito qualificado para a certificação energética, em fase de projeto, de edifício ou fração, novo ou reabilitado, caracterizando-o em termos de desempenho energético.

Saldo Importador (fatura energética) - Fluxos financeiros e respetivas quantidades na importação e exportação dos produtos. As quantidades aqui registadas podem diferir do saldo importador ao nível do Balanço Energético, uma vez que no período a que se refere a fatura, critério deve ser a data de emissão do "Bill of Lading" (declaração de importação/exportação emitida pelo despachante), pode não coincidir com as quantidades que fisicamente atravessaram a fronteiras.

Tarifa Social de Energia - Apoio social que consiste num desconto na tarifa de acesso às redes de eletricidade em baixa tensão e/ou de gás natural em baixa pressão, que é uma componente do preço final faturado ao consumidor final de eletricidade e/ou de gás natural.

Transformação de Energia - Consumo de energia primária para produção de outra forma de energia.

Anexos



Anexo 6. Saldo energético por NUTS II, 2017

(tep)	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Produção	1 775 278	2 921 387	611 190	1 330 751	81 733
Carvão	0	0	0	0	0
Petróleo Energético	0	0	0	0	0
Petróleo Não Energético	0	0	0	0	0
Gás Natural	0	0	0	0	0
Energia Elétrica	1 470 605	2 101 463	210 375	1 107 456	61 949
Hídrica	479 032	100 430	0	67 557	7
Eólica	403 743	509 594	23 083	51 612	51 564
Geotermia	0	0	0	0	0
Fotovoltaica	7 749	11 318	14 787	30 484	8 538
Microprodução	7 030	9 488	3 066	3 913	1 736
Térmica	580 080	1 480 121	172 505	957 803	1 840
Renovável	43 049	166 328	75 970	832	1 247
Calor (produzido em cogeração)	292 768	689 456	246 425	203 995	484
Resíduos Industriais	nd	nd	nd	nd	nd
Geotermia (Calor)	619	926	0	0	0
Solar Térmico	nd	nd	nd	nd	nd
Biomassa	nd	nd	nd	nd	nd
Biocombustíveis	11 286	129 541	154 390	19 300	19 300
Consumo	5 214 172	6 425 996	3 852 917	5 177 423	701 894
Carvão	5 625	977 952	5 233	2 258 559	3
Petróleo Energético	2 243 203	2 001 250	1 711 924	1 781 848	390 400
(biocombustíveis incorporados)	12 769	146 556	174 669	21 835	21 835
Mercado Interno	2 216 407	1 992 718	1 567 235	1 736 656	368 028
Bancas Marítimas Nacionais	1 513	1 600	34 300	41 878	120
Aviação Nacional	25 284	6 932	110 390	3 313	22 252
Petróleo Não Energético	146 343	111 144	43 717	791 395	21 285
Gás Natural	1 628 836	2 474 422	650 048	722 699	9 768
Energia Elétrica	1 565 769	1 243 486	1 190 055	577 565	277 293
Consumo Final	1 287 449	1 126 960	1 019 999	474 047	194 709
Perdas + Consumo em Bombagem Hidroeléctrica	278 320	116 526	170 056	103 518	82 585
(proveniente de outros produtos) (1)	-580 080	-1 480 121	-172 505	-957 803	-1 840
Calor (consumido da cogeração)	292 768	689 456	246 425	203 995	484
(proveniente de outros produtos) (1)	-292 768	-689 456	-246 425	-203 995	-484
Resíduos Industriais	1 311	6 425	0	0	0
Geotermia (Calor)	619	926	0	0	0
Solar Térmico	nd	nd	nd	nd	nd
Biomassa p/ Produção de Calor	nd	nd	nd	nd	nd
Biomassa p/ Produção de En. Ele. e Calor em Cogeração	201 762	1 090 310	423 337	3 073	4 984
Biodiesel	784	203	1 107	88	0
Saldo (Produção - Consumo)	-3 438 894	-3 504 609	-3 241 726	-3 846 673	-620 161

(1) Ao consumo de Energia Elétrica e Calor tem de se retirar a produção por via térmica. Caso não se retirasse ocorreia a duplicação de consumos. O consumo de energia primária para a produção de termoeléctricidade, está contida nos consumos de Carvão, Petróleo, Gás Natural e Biomassa.

Notas:

- Tendo como fontes de informação os produtores, importadores e grandes distribuidores de energia, no caso particular dos combustíveis derivados do petróleo, desconhecemos a distribuição provocada pelas redes de revenda, por grosso e retalho, na localização final do consumo.
- O consumo de energia elétrica inclui o consumo próprio das centrais.
- A Biomassa para produção de energia elétrica e calor em cogeração inclui: lenhas, resíduos florestais e vegetais, biogás e licores sulfíticos.
- Por impossibilidade de apresentar dados desagregados por NUTs-II, o consumo exclui: Biomassa e Resíduos Industriais para a produção de calor; Calor proveniente do solar térmico.

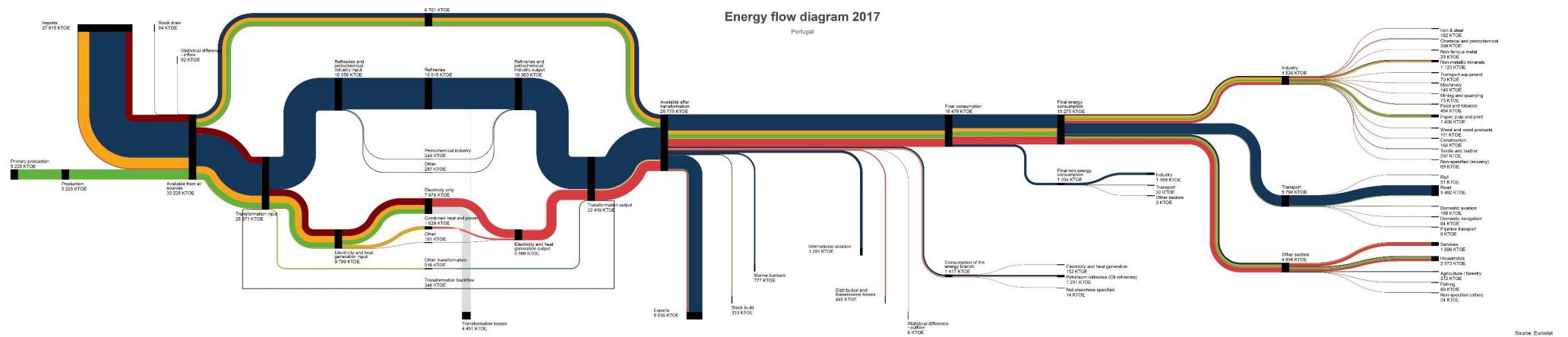
Anexo 7. Fatores de conversão da unidade de origem para tep

Produto energético	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Derivados do petróleo (PCI)																			
GPL (Butano, Propano e Gás Auto)	t	1,130	1,130	1,130	1,130	1,130	1,130	1,130	1,099	1,099	1,099	1,099	1,099	1,099	1,099	1,099	1,099	1,099	
Gasolinhas (aditivada, s/ chumbo e aviação)	t	1,070	1,070	1,070	1,070	1,070	1,070	1,070	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	
Petróleos (iluminante e carburante)	t	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	1,045	
Jets (JP1 e JP8)	t	1,065	1,065	1,065	1,065	1,065	1,065	1,065	1,027	1,027	1,027	1,027	1,027	1,027	1,027	1,027	1,027	1,027	
Nafta química	t	1,075	1,075	1,075	1,075	1,075	1,075	1,075	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	1,051	
Gasóleos (rodoviário e coloridos)	t	1,035	1,035	1,035	1,035	1,035	1,035	1,035	1,018	1,018	1,018	1,018	1,018	1,018	1,018	1,018	1,018	1,018	
Fuelóleo	t	0,960	0,960	0,960	0,960	0,960	0,960	0,960	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	
Coque de petróleo	t	0,960	0,960	0,960	0,960	0,960	0,960	0,960	0,764	0,764	0,764	0,764	0,764	0,764	0,764	0,764	0,764	0,764	
Lubrificantes	t	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	1,003	
Asfaltos	t	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	0,932	
Parafinas	t	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	0,955	
Solventes	t	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	1,041	
Gás natural (PCI)	10 ³ Nm ³	0,949	0,935	0,929	0,926	0,931	0,923	0,923	0,922	0,922	0,926	0,925	0,926	0,922	0,918	0,904	0,913	0,913	
Gás natural (PCs)	10 ³ Nm ³	1,050	1,034	1,028	1,024	1,030	1,022	1,022	1,021	1,020	1,022	1,023	1,025	1,020	1,015	1,001	1,011	1,010	
Carvão (PCI)																			
Hulha	t	0,631	0,631	0,631	0,631	0,631	0,631	0,631	0,609	0,606	0,611	0,612	0,596	0,598	0,595	0,592	0,591	0,591	
Antracite	t	0,700	0,700	0,700	0,700	0,700	0,700	0,700	0,742	0,710	0,708	0,739	0,716	0,678	0,703	0,650	0,613	0,700	
Coque de carvão	t	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,670	0,698	0,702	0,706	0,686	0,679	0,714	0,736	0,736	0,736	
Resíduos não renováveis	t										0,582	0,582	0,583	0,567	0,457	0,451	0,308	0,640	0,673
Renováveis (PCI)																			
Lenhas	t	0,300	0,300	0,300	0,300	0,300	0,300	0,300	0,250	0,250	0,250	0,250	0,250	0,250	0,250	0,250	0,250	0,250	
Resíduos vegetais	t	0,350	0,350	0,350	0,350	0,350	0,350	0,350	0,350	0,350	0,350	0,350	0,350	0,350	0,195	0,187	0,198	0,197	
Briquetes / Pellets	t													0,420	0,420	0,450	0,450	0,450	
Resíduos sólidos urbanos	t	0,168	0,168	0,168	0,168	0,168	0,168	0,168	0,168	0,168	0,180	0,176	0,174	0,172	0,173	0,173	0,166	0,173	
Lixívia / licores sulfíticos	t	0,400	0,400	0,400	0,400	0,400	0,400	0,400	0,290	0,290	0,286	0,283	0,275	0,283	0,281	0,281	0,283	0,287	
Biogás (gás combustível c/ origem na biomassa)	10 ³ Nm ³	0,550	0,550	0,550	0,550	0,550	0,550	0,550	0,550	0,550	0,543	0,493	0,487	0,495	0,501	0,514	0,489	0,491	
Biodiesel (éster metílico de origem vegetal ou animal)	t										0,884	0,884	0,884	0,884	0,884	0,884	0,884	0,884	0,884
Bioetanol (etanol produzido a partir de biomassa)	t															0,645	0,645	0,645	
Bio-ETBE (éter etil-ter-butílico produzido a partir de bioetanol)	t															0,860	0,860	0,860	
Carvão vegetal	t										0,346	0,351	0,462	0,462	0,528	0,406	0,406	0,413	0,413
Outros renováveis	t															0,705	0,705	0,705	
Energia Elétrica	GWh	86	86	86	86	86	86	86	86	86	86	86	86	86	86	86	86	86	

Anexo 8. Fatores de conversão da unidade de origem para GJ

Produto energético	Unidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Derivados do petróleo (PCI)																			
GPL (Butano, Propano e Gás Auto)	t	47,31	47,31	47,31	47,31	47,31	47,31	47,31	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	46,00	
Gasolinhas (aditivada, s/ chumbo e aviação)	t	44,80	44,80	44,80	44,80	44,80	44,80	44,80	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	
Petróleos (iluminante e carburante)	t	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	43,75	
Jets (JP1 e JP8)	t	44,59	44,59	44,59	44,59	44,59	44,59	44,59	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	
Nafta química	t	45,01	45,01	45,01	45,01	45,01	45,01	45,01	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	
Gasóleos (rodoviário e coloridos)	t	43,33	43,33	43,33	43,33	43,33	43,33	43,33	42,60	42,60	42,60	42,60	42,60	42,60	42,60	42,60	42,60	42,60	
Fuelóleo	t	40,19	40,19	40,19	40,19	40,19	40,19	40,19	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	
Coque de petróleo	t	40,19	40,19	40,19	40,19	40,19	40,19	40,19	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	
Lubrificantes	t	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	
Asfaltos	t	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	
Parafinas	t	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	
Solventes	t	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	43,60	
Gás natural (PCI)	10^3 Nm^3	39,74	39,15	38,91	38,76	38,97	38,62	38,63	38,58	38,60	38,77	38,72	38,78	38,59	38,42	37,84	38,24	38,20	38,43
Gás natural (PCs)	10^3 Nm^3	43,94	43,30	43,03	42,87	43,14	42,80	42,78	42,73	42,70	42,77	42,84	42,91	42,70	42,51	41,89	42,33	42,29	42,53
Carvão (PCI)																			
Hulha	t	26,41	26,41	26,41	26,41	26,41	26,41	26,41	25,51	25,38	25,58	25,62	24,95	25,04	24,91	24,76	24,74	24,74	24,92
Antracite	t	29,31	29,31	29,31	29,31	29,31	29,31	29,31	31,05	29,73	29,64	30,95	29,99	28,39	29,41	27,19	25,68	29,31	30,36
Coque de carvão	t	28,05	28,05	28,05	28,05	28,05	28,05	28,05	28,05	28,05	29,22	29,40	29,56	28,72	28,43	28,43	29,90	30,81	30,81
Resíduos não renováveis	t										24,37	24,37	24,41	23,74	19,13	18,88	12,91	26,80	28,18
Renováveis (PCI)																			
Lenhas	t	12,56	12,56	12,56	12,56	12,56	12,56	12,56	10,47	10,47	10,47	10,47	10,47	10,47	10,47	10,47	10,47	10,47	
Resíduos vegetais	t	14,65	14,65	14,65	14,65	14,65	14,65	14,65	14,65	14,65	14,65	14,65	14,65	14,65	8,16	7,84	8,29	8,24	8,04
Briquetes / Pellets	t													17,58	17,58	18,84	18,84	18,84	18,84
Resíduos sólidos urbanos	t	7,04	7,04	7,04	7,04	7,04	7,04	7,04	7,04	7,04	7,54	7,37	7,29	7,20	7,24	7,24	6,96	7,24	7,21
Lixívia / lixívia sulfíticos	t	16,75	16,75	16,75	16,75	16,75	16,75	16,75	12,14	12,14	11,97	11,85	11,51	11,85	11,76	11,76	11,86	12,01	12,23
Biogás (gás combustível c/ origem na biomassa)	10^3 Nm^3	23,03	23,03	23,03	23,03	23,03	23,03	23,03	23,03	23,03	22,73	20,64	20,39	20,72	20,98	21,52	20,45	20,57	21,24
Biodiesel (éster metílico de origem vegetal ou animal)	t										37,01	37,01	37,01	37,01	37,01	37,01	37,01	37,01	37,01
Bioetanol (etanol produzido a partir de biomassa)	t															27,00	27,00	27,00	27,00
Bio-ETBE (éter etil-ter-butílico produzido a partir de bioetanol)	t															36,01	36,01	36,01	36,01
Carvão vegetal	t															29,52	29,52	29,52	29,52
Outros renováveis	t										14,49	14,70	19,34	19,34	22,11	17,00	17,00	17,29	17,29
Energia Elétrica	GWh	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	3600	

Anexo 9. Diagrama do fluxo de energia Portugal, em 2017



Source: Eurostat

